



Joana Andreia Solipa Batista

O *ONLINE* NO *OFFLINE*: RELATOS DAS COMUNIDADES DIGITAIS EM PORTUGAL

Dissertação de mestrado em Antropologia Social e Cultural
2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Dedicatória

Esta dissertação é dedicada a todos sem a ajuda dos quais a mesma não teria sido possível. Um obrigado especial à minha orientadora Andrea Gaspar, assim como aos restantes professores do mestrado em Antropologia Social e Cultural, ao Rui Cruz, e a todos os participantes no Date with Data, especialmente à Ana Isabel Carvalho, ao Ricardo Lafuente, à Marta Pinto e à Cátia Matos pelo tempo disponibilizado fora dos encontros.

Imagem de capa: “Foto das primeiras eleições pós-25 de Abril. Arquivo Diário de Notícias. Montagem Jorge Matos”. Disponível em: <http://festivalpolitica.pt/>. Consultado a 17/05/2017.

Resumo

As interações e práticas *online* encontram-se enleadas de forma complexa com o cotidiano e com a vida política e social de cada um de nós. A tecnologia emerge como espaço onde a experimentação, a abertura e o saber fazer se tornam marcas identitárias dos atores (*hackers*) e espaços (*hackerspaces*) onde é produzida. Nesta dissertação, através duma articulação entre trabalho de campo multissituado, entrevistas e exploração de arquivos digitais, explorei os atores, grupos e entidades que, em Portugal, materializam o digital. Argumentarei que o conceito mais adequado para caracterizar estes coletivos é o de públicos recursivos, usando o exemplo do grupo Transparência *Hackday* Portugal para discutir a sua aplicação no estudo de atores para os quais o encontro físico é bastante importante. Argumentarei também que, neste grupo, o projeto é o código-fonte, a técnica é a linguagem de programação e a prática colaborativa é o domínio, componentes na interseção das quais o grupo é chamado à existência com configurações identitárias e sociais específicas, mas sempre precárias. Discutirei ainda o papel do digital e das práticas colaborativas no esbater de barreiras entre amadores e especialistas; a importância da diversão pessoal e do humor para os *hackers*; e o potencial do *hacking* como ferramenta de reconfiguração de outras áreas de conhecimento, nomeadamente a antropologia. Metodologicamente, discutirei o potencial da flexibilidade, da experimentação e dos arquivos digitais e discutirei a colaboração como ferramenta de produção de conhecimento etnográfico.

Abstract

The online interactions and practices are interconnected in complex ways in our daily social and political lives. Technology emerges as a space where experimentation, openness and know how became trademarks of the actors (hackers) and spaces (hackerspaces) that produce it. In this dissertation, through an articulation between multi-sited fieldwork, interviews and exploration of digital archives, I will explore the actors, groups and entities that, in Portugal, materialize the digital. I will argue the concept of recursive publics is the most suitable one to characterize them, using the group Transparência Hackday Portugal as an example to discuss the use of the concept in groups to whom the physical encounter is very important. I will also argue that for this group the project is the source-code, the technique is the coding language and the collaborative practice is the domain, components that intersect to bring the group to existence with specific social and identity configurations, but always precarious. I will also discuss the role of the digital and collaborative practices in blurring the borders between amateurs and specialists; the importance of personal pleasure and humour for the hackers; and the potential of hacking as a tool to reconfigure other areas of knowledge, for example anthropology. Methodologically, I will discuss the potential of flexibility, experimentation and digital archives and will discuss collaboration as a tool for production of ethnographic knowledge.

Índice

Introdução	2
Capítulo 1. O digital em Portugal	5
Hackers e hackerspaces: os múltiplos espaços de materialização do digital	9
A Tugaleaks	10
O Transparência Hackday Portugal	13
Os participantes	17
Outras entidades em Portugal	20
As influências: O TMRC, a ética hacker e o movimento de free software e open source	25
Públicos recursivos	30
Capítulo 2. O grupo Transparência Hackday Portugal e os encontros Date with Data	35
De Hackday para Date with Data	39
O projeto como código-fonte, a técnica como linguagem, a colaboração como domínio	43
Os encontros e a estrutura participativa	54
O trabalho como dádiva, a diversão pessoal como retorno	61
Capítulo 3. Discussão metodológica	66
Ativistas pela abertura – metodologias abertas?	66
Do meio digital para o arquivo digital	68
Os sítios múltiplos e a colaboração	73
Conclusão	75
Anexos	78
Referências bibliográficas	79

Introdução

As comunidades digitais surgem como um dos novos objetos complexos, difíceis de perscrutar pelo estudo etnográfico: são comunidades cujo relevo social provém, à primeira vista, de práticas realizadas *online*, que transcendem ou sobrepõem-se a limites e identidades territoriais específicas (Appadurai, 2004:72). Sem presença física automaticamente reconhecida, prosperam no *matrix* da realidade (ou ficção) virtual, de forma anónima e na maioria das vezes sem deixar rasto. Este tipo de ambientes, onde os objetos de estudo são frequentemente difusos, fragmentados e localizados em múltiplos campos, apresentam uma *mise-en-scène* diferente para a prática etnográfica (Holmes e Marcus, 2005: 246). Não são inerentemente espaços políticos, mas podem sê-lo se forem usados com esse intuito, ou se o que emergir das suas práticas tiver uma componente política (boyd, 2014: 206).

O digital surgiu como meio que expandiu a escala de criatividade e interação social existente, proporcionando espaços globais para a performatização da cultura participativa (Stryker, 2011: 14). No entanto, por si, o digital e a tecnologia não são deterministas: nem a tecnologia configura a sociedade nem é configura por ela, ambas são partes do mesmo todo complexo de interações que deve ser analisado em simultâneo não de forma independente (Castells, 2010a: 5). Não sendo determinista, devido às questões de audiência e amplificação da mensagem neste meio, nele as práticas, relações, interações e comportamentos latentes ganham uma visibilidade que não teriam sem ele (Stryker, 2011: 32), não sendo a história da internet apenas tecnológica, mas também humana (Stryker, 2011: 107). As formas globais articuladas em situações específicas, como o são os grupos emergentes do digital e da tecnologia, definem também novas relações materiais, coletivas e discursivas, sítios de formação e redefinição dos problemas antropológicos (Ong e Collier, 2005: 4) emergindo como objetos de interesse na ‘intervenção técnica, política e discussão ética’ (Ong e Collier., 2005: 6).

Nesta dissertação, centrada no estudo das práticas e atores do grupo Transparência *Hackday* Portugal¹ e da *Tugaleaks*², irei analisar os espaços, grupos e indivíduos que trabalham questões relacionadas com o meio digital e a tecnologia, assim como as suas influências e configurações sociais, explorando as diferenças entre estudá-los olhando meramente para a sua presença *online*, meramente *offline* ou na

¹ Website: <http://www.transparenciahackday.org/>. Consultado a 04/05/2017.

² Website: <https://www.tugaleaks.com/>. Consultado a 03/05/2017.

junção dos dois espaços. Da análise dos vários grupos dos quais tomei conhecimento no trabalho de campo irei argumentar que neles o *hacking* emerge como ferramenta de reconfiguração do conhecimento em áreas não-técnicas (jornalismo, geografia, ciência, educação); e que as práticas colaborativas e a organização flexível e com grande rapidez de resposta, fazem esbater as barreiras entre amadores/entusiastas e profissionais/especialistas, reconfigurando também as fontes reconhecidas de autoridade e legitimidade na produção de conhecimento. Irei ainda argumentar que, devido à dificuldade de enquadrar este tipo de públicos sob as marcas conceptuais mais comumente atribuídas no estudo dos atores e da ação social (nomeadamente de comunidade e movimento social), e também pela loquacidade através da qual os próprios repescam vários conceitos dispares (por exemplo, *citizen scientist* e *civic tech*) sob os quais tentam enquadrar a sua existência, o conceito que a eles melhor se aplica é o de públicos recursivos (Kelty, 2005, 2008a e 2008b) (primeiro capítulo).

No segundo capítulo, tendo por base o material empírico recolhido na participação nos eventos *Date with Data*, assim como as entrevistas levadas a cabo a membros do Transparência *Hackday*, irei explorar questões relacionadas com a sua identidade, objetivos, motivações e práticas, a sua evolução cronológica, as influências, metodologias, encontros, estrutura participativa e organizativa, os projetos e ferramentas técnicas. Irei argumentar que o Transparência *Hackday* se materializa como grupo pela articulação de três elementos fundamentais: os projetos, a técnica e a prática colaborativa, sendo por isso um público recursivo, onde a ideologia e a identidade não existem à partida, emergem das práticas que levam a cabo (Kelty, 2005, 2008a e 2008b). Irei também discutir a questão do encontro físico pouco explorada na conceptualização original de públicos recursivos, mas que é de extrema importância no Transparência *Hackday* uma vez que, apesar de a internet permanecer como espaço de encontro sempre presente, entre os participantes o encontro físico é valorizado pela sua importância na socialização, produtividade do trabalho e combate à dispersão. Da exploração dos vários projetos o *hacking* emerge também no seio destes grupos como ferramenta para a participação cívica, para a defesa dos dados abertos e para a intervenção na cidade do Porto, mas sem que exista uma preocupação *à priori* com as consequências dos projetos, nem uma motivação maior que não seja a do interesse e diversão pessoal, e onde a questão humorística é bastante importante, inserido numa economia de atribuição de valor diferente, mas não necessariamente altruísta ou sem retorno.

Por último irei explorar a questão metodológica. Apesar da dificuldade de inscrição das práticas em contexto digital, as interações deste tipo são atualmente parte integrante do tecido da existência coletiva (Latour e Venturini, 2009: 2) e, como espaço, a internet atribui ao fenómeno coletivo propriedades particulares de rastreamento e agregação (mais recursos, mais informação e em locais de onde é facilmente retirada sem grande esforço/custo) (Venturini, 2012: 5-6) vantajosas à investigação em antropologia. Para investigar estes grupos é fundamental repensar os métodos e metodologias disponíveis no seio das ciências sociais, para que estes sejam suficientemente flexíveis e maleáveis para acompanhar atores que têm essas características como marca identitária. Mais do que isso, as práticas e contributos destes públicos podem também ser apropriados como ferramentas reflexivas através das quais podemos questionar e reconfigurar outras áreas de conhecimento, como a antropologia (nomeadamente em relação à documentação e arquivo digital e à prática colaborativa na produção de conhecimento). Nesta dissertação irei explorar metodologicamente a questão do acesso, da experimentação, da tradução dos significados e práticas sociais e do potencial da abertura da informação e dos projetos, dos arquivos digitais e da colaboração, apostando numa etnografia multitituada (Marcus, 1995) e no uso de vários métodos (trabalho de campo, arquivo digital e entrevistas) que permitam resgatar a informação em relação a estes grupos onde esta se encontra (seja nas interações *online* ou *offline*) (terceiro capítulo).

Notas:

Ao longo desta dissertação são usados alternadamente os nomes *Transparência Hackday* e *Date with Data*³, ambas são cúpulas identitárias do mesmo grupo. Este surgiu como *Transparência Hackday* Portugal, pelo que esta é a denominação usada quando me refiro a questões abrangentes relacionadas com o grupo. Quando falo dos eventos em específico uso a denominação de *Date with Data*, nome que emergiu racionalmente como alternativa a algo com *hack* no nome, que afastava pessoas sem competências técnicas. Em relação aos conceitos teóricos, ao longo desta dissertação uso, sempre que possível, os conceitos mais imparciais de grupo e coletivo como forma de evitar o uso de termos carregados de implicações teórico-conceptuais como comunidade e movimento social⁴. Esta escolha e os conceitos mencionados serão explorados e debatidos no primeiro capítulo.

³ Website: <http://datewithdata.pt/>. Consultado a 07/04/2017.

⁴ Usados apenas quando menciono movimentos mais gerais como a cultura *hacker* e *maker* ou o movimento *free software* e *open source*.

Capítulo 1. O digital em Portugal

Rui Cruz é o fundador do *Tugaleaks*, plataforma online portuguesa de denúncia que segue parâmetros semelhantes aos da *Wikileaks*⁵, mas que possui uma peculiaridade bastante interessante tendo sido reconhecida pela ERC⁶ em 2012 como órgão de comunicação social legítimo e possuindo os seus trabalhadores carteira de jornalista reconhecida. O Rui é também gestor de conteúdo do *website Hackers Portugal*⁷, onde é partilhada informação de interesse em relação à comunidade *hacker*, a questões relacionadas com segurança informática, ferramentas técnicas e notícias sobre o tema. Foi ele a primeira pessoa com a qual me reuni quando iniciei o trabalho de campo, tendo levado a cabo uma entrevista exploratória na Montra Digital, empresa de consultoria na área de informática da qual é um dos parceiros, localizada no Pinhal Novo, que se encontrava na altura ainda em fase de desenvolvimento.

Após esse primeiro encontro, e como consequência do problema do acesso a públicos com uma forte presença *online*, e para os quais as questões do anonimato são bastante importantes, necessitei de reconfigurar o projeto que tinha inicialmente proposto. Numa primeira fase o principal objetivo científico para a minha dissertação passava pelo estudo das práticas, ações e relações do coletivo *Anonymous Portugal*⁸, através da aplicação de metodologias digitais (Miller e Slater, 2000 e Horst e Miller, 2012), que permitissem a exploração dos canais onde os membros do grupo comunicam, para um melhor entendimento dos significados sociais e políticos que atribuem às suas práticas. No entanto, através dos canais de *IRC*⁹ para onde direcionam as pessoas interessadas em entrar em contato com eles, não foi possível ter acesso ao grupo, uma vez que em nenhuma das tentativas para estabelecer contato se encontravam neles mais do que duas/três pessoas, entre as quais não foi possível observar qualquer tipo de comunicação e não tendo eu conseguido obter resposta às minhas tentativas de contato.

Aquando da construção do projeto de investigação já sabia que essa questão poderia surgir, mas pensei que seria possível ultrapassá-la com a ajuda do Rui Cruz, uma vez que ele tem fontes próximas dos *Anonymous* às quais recorre/ou recorreu no passa-

⁵ Plataforma fundada em 2006 como espaço online para denúncia e publicação de informação censurada, de submissão anónima e divulgação global (Brevini et al. (ed.), 2013: 2)

⁶ Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

⁷ Fonte: <https://www.hackersportugal.com/>. Consultado a 27/01/2017.

⁸ Website: <https://anonymouspt.blogspot.pt/>. Consultado a 23/04/2017.

⁹ *Internet Relay Chat*, fóruns de conversação sem necessidade de criação de conta e onde se pode conversar de forma segura e anónima, uma vez que os registos não são armazenados.

do para a escrita de notícias para a *Tugaleaks*. No entanto, aquando do primeiro encontro cara-a-cara ficou claro que isso não seria possível pois ele foi perentório a afirmar que não me poria em contato, uma vez que a sua credibilidade provém da forma como protege as fontes, não estando por isso disponível para comprometer a confiança que têm nele de nenhuma forma. Face a esse obstáculo fui confrontada com a necessidade de reconfigurar o projeto de investigação inicial, tendo abandonado os *Anonymous*, e centrando-me no estudo etnográfico do coletivo Transparência *Hackday* Portugal, seguindo as relações das pessoas que nele participam para paralelamente estudar outros grupos/projetos em Portugal onde o digital, a cultura *hacker* e as redes sociotécnicas se materializam. A *Tugaleaks* permaneceu também como objeto de estudo.

Nesse primeiro momento de trabalho de campo, uma das afirmações levada a cabo pelo Rui foi também um bom exemplo da crise de representação, mencionada por Kelty (2008a), com a qual o antropólogo se debate quando estuda grupos provenientes da cultura digital, com alta qualificação técnica e com uma loquacidade que os incentiva a atribuírem explicações críticas sobre as suas próprias ações, mas devendo estas ser desconstruídas pelo antropólogo pois são fruto de uma autorrepresentação ficcionada (ibid, 2008a: 19), estes públicos apegam-se a ‘passados úteis’, histórias entre a ficção e a realidade usadas como mitos de criação que permitem atribuir sentido ao presente e ao futuro (Kelty, 2008a: 65). O Rui Cruz afirmou nesse momento que não acredita que as práticas da cultura *hacker* e a ideologia a ela subjacente afetarão ou influenciarão, de forma consciente, as práticas de outros grupos, ou serão apropriadas por estes noutros contextos. No entanto, tendo as práticas de *hacking* em si uma componente interventiva com potencial político, e sendo as motivações dos *hackers* múltiplas, complexas e difíceis de perscrutar, declarações generalistas como esta são difíceis de sustentar.

Para além disso, ao longo desta investigação foi possível observar o contrário em dois processos diferentes: por um lado, não sendo o *hacking* uma prática generalizada, é apropriada por várias pessoas de áreas de conhecimento não técnicas (pelo menos não relacionadas com a computação e programação) como ferramenta de reconfiguração de espaços específicos (como por exemplo a educação, a ciência e o design). Por outro emergem também atores (como grupo ou individualmente) que, encontrando-se próximos da comunidade *hacker* e possuindo competências técnicas bastante elevadas, as aplicam noutras áreas (não necessariamente técnicas) pelas quais têm interesse, reconfigurando-as também no processo (exemplos no jornalismo, no direito e na geografia).

Estes dois movimentos intersectam-se na reconfiguração do conhecimento e do poder (Kelty, 2008a; Appadurai, 2004) e no processo diluem-se um no outro aumentando as potencialidades para a participação aberta de todos (especialistas e não-especialistas, contributos multidisciplinares e sociedade civil) na produção, circulação e utilização/reutilização do conhecimento.

Este facto é consequência das características da nova revolução tecnológica, que tem a informação como o seu material em bruto, informação essa que, por ser parte integrante de todas as atividades humanas, numa lógica de rede e num sistema crescentemente integrado e flexível, tem potencial para reconfigurar todos os processos de existência coletiva (Castells, 2010a: 70-1). O esbatimento da barreira entre amador e especialista e entre entusiasta e profissional (Brevini et al. (ed), 2013; Cummings et al., 2007; Kelty, 2008a; 2008b), encontra-se também diretamente relacionado com o facto de a internet ter vindo demonstrar que o número de pessoas com competências em determinada área é consideravelmente superior ao número com capacidade para as usar profissionalmente, e de se ter posicionado como espaço onde todas se podem reunir para construir coisas novas sem as restrições tradicionais (Swaartz, 2015: 188) e sem limites à liberdade criativa (Stryker, 2011).

Irei argumentar, ao longo deste capítulo, que é possível observar estes processos nos vários grupos e projetos portugueses e na dinâmica entre eles um esbatimento das fronteiras entre especialistas e entusiastas (Brevini et al. (ed), 2013; Cummings et al., 2007; Kelty, 2008a; 2008b), mas também entre estes e as autoridades formais reconhecidas. Irei também argumentar que o conceito teórico mais adequado para enquadrar estes grupos é o de públicos recursivos (Kelty, 2005, 2008a e 2008b), públicos que têm como uma das características principais o facto de, independentemente de serem ou não serem ouvidos, produzirem alternativas através das quais se representam a si mesmos, libertando-se da necessidade de uma autoridade que o faça (Kelty, 2008a:3). No entanto, a autoridade não se liberta deles: devido à burocracia, as autoridades formais têm uma velocidade de adaptação mais lenta, e por isso, aproveitam os esforços já realizados noutros meios na busca do *know-how* necessário à adaptação e, no processo, deixam vácuos momentâneos de autoridade onde espaços como o *Transparência Hackday* se

posicionam (não formalmente, mas como consequência do trabalho que fazem) como as fontes legítimas de autoridade¹⁰.

O Transparência *Hackday* Portugal, reúne no Porto mensalmente, tendo os encontros o nome de *Date with Data*. Os dados empíricos expostos nesta dissertação são consequência da participação, de forma colaborativa, não tendo apenas observado os eventos, mas também participado ativamente nos diferentes projetos neles desenvolvidos, entre janeiro e junho de 2017. Para além da recolha empírica direta pela participação, levei também a cabo algumas entrevistas informais nos momentos de pausa dos eventos e posteriormente fiz entrevistas formais a quatro participantes¹¹. Observei também um encontro complementar no *IRC* do grupo e explorei o seu arquivo digital. Em relação à *Tugaleaks* fiz uma entrevista formal ao fundador Rui Cruz e analisei o arquivo digital da plataforma. As outras entidades/grupos surgiram como espaços de interesse ou por deles fazerem parte participantes dos *Date with Data* e terem focos similares ou por terem estado presentes em encontros.

A internet não é nem um sítio uno, nem um ciberespaço sem correspondência territorial, mas sim ‘um conjunto de numerosas novas tecnologias, usadas por diversas pessoas em diversas localizações reais pelo Mundo’ (Miller e Slater, 2000: 1). No estudo de grupos provenientes do digital, a antropologia e a etnografia, permanecem como áreas privilegiadas para a compreensão. Mas um tipo específico de etnografia – a etnografia multissituada – que articula diferentes esferas, diferentes locais e diferentes atores (Marcus, 1995: 112), adaptando as práticas de campo existentes a objetos de estudo mais complexos, cuja observação e participação se desenrolam em sítios múltiplos (Marcus, 1995: 95). A etnografia multissituada mantém a preocupação tradicional com a agência, com os símbolos e práticas quotidianas (Marcus, 1995: 98), mas foca-se no rastreamento de formações culturais existentes tanto dentro de como através de vários locais de atividade, desenvolvendo uma etnografia móvel e investigando e construindo etnograficamente a vida global de vários sujeitos situados, encontra-se melhor equipada para responder às questões metodológicas e epistemológicas provenientes do estudo deste tipo de comunidade (Marcus, 1995: 95-97).

¹⁰ Exemplo do projeto Central de Dados que será discutido em detalhe mais à frente.

¹¹ Três entrevistas a quatro participantes: uma entrevista a dois deles em conjunto – a Ana Isabel Carvalho e o Ricardo Lafuente –, a segunda à Marta Pinto, e a terceira (por email) à Cátia Matos.

***Hackers e hackerspaces*¹²: os múltiplos espaços de materialização do digital**

Num mundo altamente globalizado e tecnológico os *hackers*, e os *hackerspaces* onde se reúnem, são atores e lugares privilegiados na compreensão das complexas e dinâmicas redes de significado entre as questões práticas da tecnologia e as questões práticas da vida social. Os *hackers*, surgindo como indivíduos dispostos a melhorarem o mundo através das máquinas (Levy, 2010: ix), possuem uma identidade própria, que emerge de um equilíbrio ténue entre experiência coletiva e o enaltecimento individual (Coleman, 2013: 105-7), e onde a prática de *hacking* surge como ato que em simultâneo afirma o individuo dentro do grupo e contra este (Ellison *in* Coleman, 2013: 118). As ferramentas de comunicação¹³ por eles usadas são ferramentas técnicas, que podem também emergir como lugares políticos, participativos e integrativos, onde é levado a cabo um diálogo colectivo acerca da vida pública e das necessidades sociais (Santos, 1989: 12), e onde todos, não só um punhado de políticos e empresários reunidos em segredo, podem discutir de forma aberta o tipo de mundo em que querem viver (Greenwalt, 2014: 253). Os *hackers*, devido ao seu *know-how* técnico e às suas práticas colaborativas emergem como públicos que usam a linguagem da ciência e da computação, expressa não com letras, mas com código binário, para articularem uma ‘crítica imanente da governação’ (Kelty, 2008b:202) que desafia a política questionando quem controla e edifica os meios para nela participarmos ativamente (Kelty, 2005: 188).

Os *hackerspaces* têm surgido como espaços alternativos onde também a nacionalidade e a cidadania parece ser performatizada (Estalella, 2015: 5), espaços onde a experimentação social é apropriada como meio para a produção de conhecimento e como estilo cultural e sociológico próprio de partilha, interação e colaboração (Corsín, 2013: 381). São laboratórios de difusão de informação; espaços inovadores, abertos a todos e com potencial para ocuparem o lugar de discussão pública anteriormente reservado aos cafés, clubes, e sociedades de debate, e com a vantagem adicional de serem lugares desprofissionalizados e descentralizados, espaços onde amadores e entusiastas são recebidos de braços abertos (Cummings et al., 2007: 143) e valorizados pelos seus contributos. Nestes espaços, a hospitalidade e a transparência trabalham em simultâneo como marca identitária e como código ético que atribui ao espaço físico a *ambience*

¹² Proveniente do verbo *to hack*, cortar, partir, reduzir. Em contexto informático o conceito de *hacking* remete para a modificação de *soft* ou *hardware* ou a escrita hábil de um programa. Pode também significar o violar da segurança (com intuito malicioso) de determinada rede, computador ou ficheiro (Fonte: <http://www.dictionary.com/browse/hack>. Consultado a 19/06/2017.)

¹³ Canais de IRC, fóruns, wikis, pads colaborativos.

imbuída nas práticas dos seus participantes, materializando o digital (Estalella, 2015: 6-8) e a ética *hacker*. São espaços em permanente versão *beta*, sujeitos a testes constantes e cuja configuração permanece sempre em aberto (Estalella, 2015: 3).

Os conceitos de *hacker* e *hackerspace* são fundamentais na compreensão das dinâmicas e relações complexas no seio dos grupos explorados ao longo desta dissertação (*Tugaleaks*, *Transparência Hackday*, *Open Street Map*) e da relação particular destes com a tecnologia.

A Tugaleaks

O percurso profissional do Rui Cruz sempre se encontrou relacionado com as questões informáticas, trabalhando nas áreas da segurança, da programação, do design, entre outras. O interesse por estas questões surgiu na adolescência e teve vários *websites* e blogues ao longo dos anos com alguma notoriedade. Atualmente, tanto na *Tugaleaks* como no *website Hackers Portugal*¹⁴, publica notícias referentes a novidades nestas áreas, ferramentas técnicas e desenvolvimentos tecnológicos. Pelos comentários e *feedback* que tem de ambos, a maioria das pessoas que acedem a eles tem um *background* técnico e consultam-nos por serem espaços de referência na divulgação de informação.

A *Tugaleaks* surgiu em dezembro de 2010, inspirada por plataformas como a *Wikileaks* e tendo como objetivo inicial ser o *mirror* desta em Portugal¹⁵. No entanto, no processo, tornou-se algo diferente, um híbrido *sui generis* entre plataforma *online* de denúncia anónima e divulgação de notícias e espaço reconhecido formalmente como meio de comunicação social legítimo onde existe um processo de investigação jornalística, seja iniciado por denúncias externas ou por iniciativa própria de investigação. A *Wikileaks* influenciou uma geração de ativistas e *whistleblowers*, mas não surgiu do vácuo, mas sim de um movimento motivado pelas questões de anonimato (Greenberg, 2013: 4), e da divulgação de informação sem represálias, que, apoiando-se na técnica, desenvolveu ferramentas de criptografia. Este facto é exemplo de como as plataformas e grupos *online* são configuradas pela tecnologia específica na qual se encontram assentes (Greenberg, 2013: 6). Para este tipo de plataformas as pessoas não teriam interesse nos dados em bruto, sendo necessária a interpretação e contextualização da informação re-

¹⁴ Que também é gerido por ele. Fonte: <https://www.hackersportugal.com/>. Consultado a 02/05/2017.

¹⁵ Divulgando por um lado, notícias provenientes de outros locais e referentes aos documentos tornados públicos pela *Wikileaks*, ou escrevendo artigos fazendo uma interpretação dos mesmos (menos comum). No entanto, logo a partir do momento inicial de criação do *website* começaram a surgir algumas publicações não enquadradas nestes parâmetros, mas também não provenientes de denúncia. Fonte: <https://www.tugaleaks.com/2010/12>. Consultado a

cebida (Brevini et al. (ed.), 2013: 48), opinião contrária ao Transparência *Hackday* para quem os dados em bruto se devem encontrar acessíveis para permitir que todos, e não apenas jornalistas ou investigadores, os possam explorar, partilhar e manipular.

Na *Tugaleaks* é dado um espaço aos casos que os outros meios de comunicação ignoram, por não terem uma componente sensacionalista, ou por outros motivos. Para o Rui todas as notícias que possam ser de interesse público (independentemente da sua dimensão), merecem um espaço que as explore¹⁶. Em relação à publicação de notícias relacionadas com a questão informática, a sua maior visibilidade pública provém do facto de, por ter fontes próximas do grupo *Anonymous* Portugal, conseguir publicar notícias relacionadas com ataques informáticos ou outras questões similares com maior rapidez, sendo essas notícias repescadas pelos restantes meios de comunicação. Essa questão trouxe-lhe problemas legais¹⁷, em consequência dos quais esteve 299 dias proibido de aceder à internet, o que na prática o impediu de trabalhar, tanto na *Tugaleaks* como fora dela¹⁸. Menciona que, no caso da *Tugaleaks*, e do sistema judicial português, o problema provém de um desconhecimento do poder judiciário, tanto de quem investiga como de quem julga, das questões informáticas relacionadas com este tipo de casos. Menciona também a dificuldade de separação entre quem noticia e quem comete o que esta a ser noticiado, tendo dificuldade em aceitar que as fontes (e a sua proteção) são um direito (mas também dever) fundamental dos jornalistas e que o seu uso para o rápido acesso à informação é a norma no meio jornalístico.

Plataformas como a *Wikileaks*, a *Tugaleaks* e similares surgem como exemplo da aplicação de competências técnicas e ferramentas de *hacking*, na melhoria/reconfiguração de outras áreas de conhecimento (jornalismo), onde as novas tecnologias e ferramentas de arquivo, partilha de informação¹⁹ e proteção de denúncias emergem como algo que dá uma nova dimensão à agência dos atores e despoleta uma cultura

02/05/2017. Também foi sempre constante a divulgação esporádica de ferramentas práticas ou desenvolvimentos tecnológicos.

¹⁶ Sejam elas relacionadas, por exemplo, com grupos religiosos: <https://www.tugaleaks.com/opus-dei-portugal.html>, desportivos: <https://www.tugaleaks.com/atletas-pagar-900eur-representar-portugal-no-estrangeiro.html>, ou com a função pública: <https://www.tugaleaks.com/falsas-escalas-de-servico-gnr.html>. Consultados a 02/05/2017.

¹⁷ Foi constituído arguido da Operação Caretos, de 2015 (Fonte: <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7BBAC53401-7048-4CF7-986C-4096D4B7DE93%7D>), processo relacionado com ataques informáticos a sistemas públicos e privados, processo que ainda se encontra em segredo de justiça, sendo por isso a informação apresentada baseada apenas na entrevista com Rui Cruz. Já em 2012 e 2013 tinha sido nomeado em processos judiciais similares, mas ambos arquivados (Fonte: <https://www.ruicruz.pt/299-dias-sem-internet.html>). Consultados a 02/05/2017.

¹⁸ Foi despedido.

¹⁹ Por exemplo o surgimento de agregadores de conteúdo como o *Reddit* permitiram uma democratização no jornalismo, ‘que influenciou não só como as notícias são consumidas, mas também como são formadas, enquadradas e distribuídas’ (Stryker, 2011: 121-2)

participativa (Brevini et al. (ed.), 2013: 91). No jornalismo esta reconfiguração é ainda mais premente tendo em conta o aumento da discussão em relação ao poder real do *quarto poder*²⁰: cada vez com maior frequência os meios de comunicação social encontram-se enredados em complexas relações corporativas, económicas e políticas, perdendo objetividade jornalística e tornando-se instrumentos que perpetuam visões e agendas políticas em vez de as investigarem e questionarem (Greenwalt, 2014: 230). A discussão teórica em relação a esta questão encontra-se relacionada com as discussões mais abrangentes do potencial para a participação e colaboração no meio digital e têm surgido conceitos como o de *'quinto poder'* (Greenwalt, 2014), *'Quarto poder em rede'* (Brevini et al. (ed.), 2013: 11) e *'esfera pública em rede'* (Brevini et al. (ed.), 2013: 13) que remetem para uma reconfiguração nos meios de comunicação social, na qual a internet foi causa e efeito, onde as fontes tradicionais se encontram articuladas como novos media (Brevini et al. (ed.), 2013: 11). O jornalismo emerge cada vez mais da interseção entre diversos modelos de produção, deixando de existir uma autoridade única legítima: meios de comunicação social tradicionais, sites de agregação do conteúdo, organizações sem fins lucrativos focadas no jornalismo de investigação e na produção colaborativa, jornalismo partidário e o indivíduo²¹ (Brevini et al. (ed.), 2013: 13-6).

No centro de todos eles (e de todos nós) surge a internet como epicentro das interações e relações sociais e que por isso, quando atacada e sujeita a vigilância (seja ela de que tipo for: estatal, corporativa, etc.), o é da forma mais pernicioso pois sujeita 'todas as formas de interação humana, planeamento e até o próprio pensamento a um exame estatal [ou outro] compreensivo' (Greenwalt, 2014: 6). Inerente a esta ideia, e ao caso da *Tugaleaks*, encontra-se o facto de também o direito ser confrontado com as consequências de rápidas modificações causados pelo digital às quais, devido à sua burocracia e modo de funcionamento, nem sempre consegue dar resposta. Especificamente em relação à informação, o direito a ela foi reconhecido no artº 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos²² e do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos (Nações Unidas, 2015: 4), e, tendo em conta a sua importância para a liberdade de

²⁰ Conceito de *quarto poder* é frequentemente usado para caracterizar a função de monitorização e controlo dos abusos de por parte do Estado (e de privados) pelos meios de comunicação social (Greenwalt, 2014: 210).

²¹ A tecnologia equipa o indivíduo com ferramentas para observar e comunicar o que acontece à sua volta, permitindo distribuir a força de observação, surgindo como atores com comentário crítico e como especialistas (Brevini et al. (ed.), 2013: 15-6).

²² 'Art.º 19. Todos têm direito à liberdade de expressão e opinião; este direito inclui a liberdade para defender opiniões sem interferência e para procurar, receber e transmitir informação e ideias através de qualquer meio e independentemente das fronteiras.' (Nações Unidas, 1948)

pensamento e de expressão, e o papel destas na construção da individualidade de cada um, é um dos direitos que pode ser considerado inerente ao direito à vida (Chun, 2001: 29). A legislação deve ser atualizada para dar respostas às questões despoletadas pelo digital, nomeadamente em relação às contradições entre o direito à informação e os direitos de autor, no assegurar que o princípio da transparência máxima esta presente em todas esferas (nacionais e internacionais), sendo a informação de interesse público²³ de fácil e rápido acesso e sem comportar custos para quem a consulta; que as exceções ao acesso são limitadas e bem justificadas; e que os atores provenientes da sociedade civil que tornam pública informação (*whistleblowers*) recebem proteção, que previna a perseguição política ou condenação legal (Article 19, 1999:2-10).

O Transparência Hackday Portugal

O Transparência *Hackday* é um grupo com uma dinâmica muito própria, localizado algures entre um grupo ativista (pelos dados abertos), e um grupo de interesse onde as motivações à participação são, primeiro que tudo, as provenientes da diversão e retorno pessoal dos eventos e dos projetos que desenvolvem do que propriamente as consequências ou configurações específicas destes. Neste grupo, que reúne mensalmente no Porto nos eventos *Date with Data*, os projetos e a técnica têm uma posição central nas suas práticas; as temáticas da tecnologia e da cidadania são as bases para o tipo de projetos desenvolvidos, mas emergindo de uma forma natural sem diretivas restritas, nem objetivos claros; a construção colaborativa de ferramentas, aplicações e *websites* com o contributo horizontal de todos os queiram participar (com ou sem competências técnicas).

Este coletivo foi criado, de forma orgânica, pela vontade de cerca de dez pessoas que tinham estado presentes num *workshop* sobre tecnologia e cidadania dinamizado em 2010 no seio do *Hack la Viva*²⁴, *hackerspace* portuense que existiu entre 2009 e 2012, e do qual faziam parte alguns dos participantes iniciais no Transparência *Hackday*. Nesse *workshop* estiveram presentes dois oradores, um que apresentou o *hackerspace Global Voices*, que trabalhava sobre assuntos com pouca cobertura nos media tradicionais, e outro que moderou um exercício prático acerca da liberalização dos preços da gasolina onde tentaram criar uma correlação entre as oscilações de preço e as notícias acerca delas e provando que essa relação não era linear e que é importante empregar os números e as relações para compreender a realidade que nos rodeia. No *Hack la Viva* leva-

²³ Conceito em si problemático pela dificuldade de limitação.

vam a cabo alguns projetos relacionados com tecnologia e outro tipo de atividades que também possuíam uma componente interventiva e cívica, por exemplo, reparavam computadores usados, doando-os posteriormente a escolas do Porto. Em 2012 o espaço encerrou, mas foi deixado ativo o *site* como uma espécie de artefacto póstumo, de um espaço que foi encerrado, mas que primava pela abertura.

Em relação à questão legal este grupo partilha dois pontos de encontro com a *Tugaleaks*: o primeiro relacionado com o facto de tanto o Rui Cruz como alguns dos participantes no *Date with Data* (nomeadamente a Ana e o Ricardo), terem trabalhado em conjunto nos esforços para a criação de uma associação formal, sem fins lucrativos, de defesa dos direitos digitais em Portugal – Associação D3²⁵ – que foi oficialmente criada em março e lançada em abril de 2017, tendo por objetivo a supressão de uma lacuna existente na área da defesa dos direitos e liberdades em contexto digital, que pretende trazer para o debate público as questões relacionadas, por exemplo com direitos de autor, liberdade de expressão, censura e dados abertos²⁶, e cujo estudo do processo de criação é também possível pela análise do arquivo digital²⁷ onde está presente informação detalhada desde a ideia inicial até à materialização da associação.

O segundo ponto de encontro é em relação às consequências legais provenientes de um sistema que não se encontra adequadamente adaptado para lidar com as questões que emergem do digital. Esta questão colocou-se no Transparência *Hackday* aquando do projeto Demo.crática, iniciado informalmente entre 2010 e 2011 e que começou a ganhar forma numa *Open Data Hackathon*, focada na discussão de formas de publicação e análise de informação pública. Após esta *hackathon* continuaram a trabalhar a possibilidade de construção de ferramentas que permitissem uma extração, análise, documentação e visualização simples de conjuntos de dados públicos e, com esse intuito, exploraram vários conjuntos de dados, nomeadamente o relacionado com os dados da Assembleia da República Portuguesa. Esses esforços culminariam na criação do *website* Demo.crática, lançado a 19 de maio de 2011, onde se encontra reunida informação acerca dos deputados, e das sessões do Parlamento desde 1976 até 2015, sob os princípios de acesso livre e sem restrições, neutralidade e uso de *software* aberto. O *website* permanece em versão *beta* e, à partida, já sabiam que devido às características deste conjunto de

²⁴ Fonte: <http://hacklaviva.net/>. Consultado a 27/01/2017.

²⁵ *Website*: <https://www.direitosdigitais.pt/>. Consultado a 02/05/2017.

²⁶ Fonte: <https://dd.indie.host/t/press-release-criada-associao-portuguesa-de-direitos-digitais/300>. Consultado a 02/05/2017.

dados (volume enorme de informação e em permanente atualização) que seria difícil fechar o projeto.

A Demo.cráfica levantou uma questão legal uma vez que, apesar de terem reunido com a equipa responsável pelos dados do Parlamento, e destes terem demonstrado disponibilidade à alteração das suas práticas mediante a apresentação de propostas concretas, o *website* atualmente funciona de forma ilegal, visto que os termos de acesso aos documentos parlamentares permitem o descarregamento, mas proíbem a modificação dos ficheiros, algo que necessitam de fazer para a uniformização dos dados e colocação *online* posterior. O Ricardo apontou como mote herdado do movimento de *free software* e *open source* o de ‘antes pedir desculpa do que autorização’, ou seja, sempre que surgem questões no processo de construção de projetos que possam ser dúbias em relação à legalidade, por norma seguem sempre a máxima de fazer de qualquer forma e aguardar para ver se alguém se impõe, e caso isso aconteça pedirem desculpa ou justificarem-se.

Aproveitam-se do facto de serem um grupo informal, sem personalidade jurídica nem obrigações impostas por outras vias que não as da decência e do senso comum para esticarem ao máximo os limites do que podem fazer, sobrepondo a legitimidade do que fazem à sua (i)legalidade. Até ao momento nunca tiveram nenhum problema direto por empregarem esse tipo de mentalidade, em parte por não terem como intuito o confronto direto com a autoridade, primando sempre pela elegância na ação, mas também por considerarem que as transgressões que cometem não são antagonistas, que na prática não perturbam as entidades contra as quais são cometidas, e que em parte se enquadram no âmbito da ilegalidade mais pelo desconhecimento das autoridades da existência/aplicabilidade da legislação aberta do que da defesa direta da fechada. Afirmou também que no caso de algum dia serem confrontados com problemas legais estão preparados para lidarem com eles e que, por um lado, até seria algo bastante vantajoso pois traria atenção para o trabalho que levam a cabo e para a temática dos dados abertos.

Outro projeto de interesse em relação ao esbater das barreiras entre as autoridades reconhecidas e os grupos da sociedade civil, é o projeto Central de Dados, repositório de conjuntos de dados abertos em Portugal. Uma das características mais interessantes deste projeto é o facto de o Transparência *Hackday* ser percecionado por quem consulta e acede aos conjuntos de dados como a autoridade de referência no que a eles diz respeito: são contactados frequentemente por utilizadores para esclarecimento de dúvidas, correção ou atualização de dados. Os contactos são maioritariamente em relação ao

²⁷ Arquivo: <https://dd.indie.host/>. Consultado a 02/05/2017.

conjunto de dados que desde o momento inicial é o acedido mais frequentemente – o dos códigos postais. Em relação a este é possível também observar uma problemática enquadrada nas questões mais abrangentes da privatização da internet, nomeadamente em relação ao papel preponderante de empresas cujo interesse é o lucro na configuração de como determinados serviços/ferramentas são apresentadas (Castells, 2010a: 397), uma vez que, atualmente, os CTT, entidade de onde é proveniente esta informação, e empresa que foi privatizada, exigem que seja feito um registo no *website* para ser possível aceder à consulta dos códigos postais, lucrando depois com a venda de bases de dados com a informação dos utilizadores.

Este facto é relevante na discussão da problemática de existência de dados de interesse público²⁸ geridos por privados, cujos objetivos não são claros. No evento do dia internacional dos dados abertos esta questão foi também debatida pelas várias entidades, surgindo uma contribuição bastante premente da parte de um dos representantes do *Open Street Map* e trabalhador da administração local, e que mencionou que o problema não é necessariamente na questão pública ou privada, visto que, apesar da privatização, a informação geográfica permanece de interesse público e sob a alçada pública do poder local, podendo qualquer pessoa fazer um pedido aos representantes locais para acesso à informação. O problema encontra-se, portanto, na facilidade e rapidez do acesso mais do que no acesso em si. Para além do processo se tornar muito mais complexo e demorado para quem pede a informação por essa via, pois esbarra na burocracia ineficaz do poder local, existe também uma replicação de esforços no seio deste para dar resposta a este tipo de pedidos, que seria desnecessária se existissem mais meios, como a Central de Dados, de uniformização e centralização deste tipo de informação.

No entanto, quando questionei formalmente a Ana e o Ricardo sobre esta questão, mencionaram o quão importante é que sejam as autoridades competentes a cumprir os seus deveres na publicação de informação de interesse público e que, apesar de não existir interesse da parte do grupo em se tornarem ativistas políticos nos corredores do poder, um dos motivos pelos quais se viraram para a defesa dos dados abertos foi exatamente para incentivarem uma mudança estrutural. Consideram que a atividade de grupos como o Transparência *Hackday* não deve surgir como substituição às entidades pú-

²⁸ Mas tendo em mente que não existe uma definição homogénea de interesse público.

blicas que têm responsabilidade nestas áreas²⁹. Reconhecem também que grande parte do problema não vem da má vontade por parte destas entidades, mas sim de uma política inquestionada de defesa dos direitos de autor por defeito sem que os critérios de abertura entrem na equação, e também que não é uma questão de mera vontade política, mas fortemente condicionada pelo o investimento e estrutura necessários à abertura.

Os participantes

Kelty (2008a) aponta como um dos problemas, do ponto de vista da antropologia, no estudo deste tipo de públicos o facto de não ser possível atribuir-lhes um rótulo uniforme – nem identitário, nem socioeconómico, nem político – ou descrever de uma forma geral o *geek*³⁰ típico, pois a identificação provém não de características, físicas, sociais ou culturais específicas, mas sim do conjunto de práticas transversais que levam a cabo, e da relação com a infraestrutura de base onde estas se localizam – a internet (Kelty, 2008a: 94). Também no Transparência *Hackday* não é possível fornecer uma descrição geral do participante típico, mas foi possível observar que em todos eles por um lado, o trabalho desenvolvido neste grupo se encontra articulado, de forma mais ou menos direta, com o seu percurso académico ou profissional, por outro, tal como apontado por Coleman (2013), tendo como base o estudo etnográfico levado a cabo no seio dos *hackers* do movimento de *free software* e *open source*, é possível identificar uma história de vida padronizada iniciada pela descoberta da tecnologia, pela partilha da vontade de fazer coisas e explorar ferramentas técnicas, e por uma identificação com outras pessoas com interesses similares que os insere num movimento técnico para o qual o código e a prática são as leis reguladoras do comportamento social (ibid, 2013: 25-7). Tendo por base três entrevistas formais realizadas, e notas recolhidas informalmente ao longo dos eventos, irei desenvolver um pouco o percurso profissional paralelo de alguns dos participantes do grupo, assim como outros projeto a que pertencem que também se encontram na interseção das temáticas entre tecnologia e cidadania.

A Ana Isabel Carvalho e o Ricardo Lafuente fazem parte do Transparência *Hackday* desde a sua criação inicial, uma vez que tinham uma relação pessoal com o *hackerspace Hack la Viva* do qual o grupo emergiu. Por antiguidade e por vontade, ambos

²⁹ Dado como exemplo o caso do projeto Geodevolutas (<http://geodevolutas.org/>), onde fizeram o mapeamento das casas devolutas na cidade do Porto por essa questão se ter tornado fruto de discussão pública aquando de uma recusa do presidente Rui Rio de aceder a um pedido na Assembleia Municipal que pretendia que a lista de casas devolutas (que era sabido que existia) fosse tornada pública. O projeto surgiu como esforço deles de colmatar essa questão, mas, mais tarde quando contactaram um membro da Câmara do Porto perguntando o porquê da lista não ser pública, este desresponsabilizou-se dizendo que até já havia um *website* público que tinha feito esse trabalho (que era o deles).

³⁰ Termo usado por ele em vez de *hackers*.

fazem parte do núcleo central do Transparência *Hackday*, mas mais que isso são especialmente eles os dois que asseguram a manutenção do grupo fora e dentro dos encontros: preparam e moderam estes, representam os seus projetos noutras instâncias e fazem a gestão das infraestruturas técnicas. A título pessoal trabalham juntos na Manufactura Independente, estúdio de design com foco ‘no *free software* e *open source*, na cultura livre e no compromisso crítico com as ferramentas de design’. Neste estúdio, entre outras coisas, desenvolvem projetos de design interativo centrados nos processos de manipulação e visualização dos dados, realizam *workshops*³¹ e criaram a revista *Libre Graphics*³². Na Manufactura Independente, tal como no Transparência *Hackday*, a ideia de abertura está sempre presente, sendo o estúdio uma cristalização de uma assinatura pessoal que foi evoluindo dinamicamente de tudo o que faziam. Um dos pontos que os distingue dos estúdios de design mais tradicionais é a aplicação de ferramentas provenientes da comunidade *hacker*, como as pistas metodológicas do desenvolvimento de *software*, aplicando-as aos problemas específicos do design. Um dos exemplos é o facto de terem usado o GitHub na edição da revista *Libre Graphics* permitindo assim que esta estivesse aberta a contribuições de fora.

Para além do Manufactura Independente outro projeto do qual fazem parte é o *Journalism ++*, rede internacional com presença em seis países³³, da qual a Ana e o Ricardo são a representação portuguesa. Nesta plataforma está reunida uma rede de empresas e indivíduos que partilham questões éticas e metodológicas em relação ao jornalismo, à visualização dos dados e à tecnologia. Entre eles partilham o interesse pela informação e o reconhecimento da sua importância na compreensão da realidade; a vontade de reconfigurar o jornalismo através do uso de novas ferramentas; a crença no *storytelling*, na abertura, no jornalismo fora dos meios de produção tradicionais e na comunidade; partilham a definição de jornalismo assente no tornar interessante o que é importante, abstendo-se de fazer o contrário; e partilham uma visão do trabalho assente não só no retorno financeiro deste, mas também na sua capacidade de melhorar a área na qual é realizado³⁴. O primeiro contato com esta plataforma foi em 2013, no *GitHub* em relação ao projeto *Spending Stories*, espaço de visualização comparativa de despesas³⁵. Posteriormente estiveram presentes no evento europeu de *open software* – Fosdem – no qual o

³¹ Fonte: <http://manufacturaindependente.org/>. Consultado a 01/03/2017.

³² Fonte: <http://libregraphicsmag.com/>. Consultado a 01/03/2017.

³³ Fonte: <http://www.jplusplus.org/en/>. Consultado a 01/03/2017.

³⁴ Fonte: <http://www.jplusplus.org/en/manifesto/>. Consultado a 01/03/2017.

Journalism ++ também esteve presente tendo-se encontrado informalmente e surgindo a proposta para trabalharem com o grupo.

Outra das participantes é a Marta Pinto, que desenvolve trabalho na área dos recursos educativos abertos, dos jogos educativos, e da visualização da informação; é também membro da organização do festival de arte de Guimarães Noc Noc³⁶. Teve conhecimento do grupo, por volta de 2012/2013, através de um amigo que tinha sido convidado a falar sobre a questão da visualização da informação, e quando, mais tarde, se mudou para o Porto decidiu experimentar os eventos e foi atraída pela abertura, descontração e pela possibilidade de se manter em contato com uma área sobre a qual já tinha feito investigação (educação aberta e recursos educativos abertos), mas da qual estava afastada profissionalmente na altura.

Na articulação entre a área da educação e tecnologia já possuía uma conceptualização pessoal de abertura, proveniente do senso comum e da sensibilidade, e tinha noção dos problemas associados aos recursos fechados, sem acesso e sem tradução. Só mais tarde se familiarizou com os conceitos formais de dados abertos e de recursos educativos abertos, tendo-se tornado ativista nestas áreas. Na área da educação a importância vem, na sua opinião, por um lado no reconhecimento que o uso de licenças abertas não extingue o controlo sobre o produto final, por outro na tomada de consciência do potencial dos recursos abertos no processo de produção e divulgação do conhecimento, no reconhecimento da capacidade individual nos processos de mudança política, na intervenção sobre aquilo a que temos acesso, na participação nos processos de interesse na vida pública, e na criação de cidadãos mais ativos, participativos e reivindicativos, mas também de uma crença que o trabalho proveniente da sociedade civil tem uma maior fluidez, evolução e experimentação que permite uma resposta mais adequada aos problemas. Para ela é fundamental que a questão dos dados abertos ganhe visibilidade na educação formal pois é através da reconfiguração desta que se reconfigura a sociedade, dando como exemplo o caso da educação para a reciclagem que, em Portugal, num curto espaço de tempo permitiu uma reconfiguração da perceção geral da questão, através das mudanças na educação formal das crianças³⁷.

³⁵ Projeto do *Open Knowledge International* em colaboração com a *Journalism ++*. Fonte: http://spendingstories.org/#/?lang=en_GB. Consultado 27/04/2017.

³⁶ Também ele um festival aberto onde qualquer pessoa pode propor espaços e obras a exposição, e sendo a participação gratuita e livre. Fonte: <http://www.guimaraesnocnoc.com/>. Consultado a 27/04/2017.

³⁷ Esta mentalidade esta também presente na equipa dos dados abertos da Câmara Municipal de Lisboa que está a preparar um projeto que pretende realizar um concurso nas escolas secundárias para premiar trabalhos relacionados

Por último, a Cátia Matos, proveniente da área da biologia e *open science*, é membro do *Liquen Data Lab*³⁸, laboratório ainda em processo de construção e configuração que pretende colocar-se como espaço reflexivo onde pessoas provenientes de várias áreas de conhecimento possam participar na discussão acerca do enviesamento cognitivo nos processos de produção e circulação de conhecimento. O projeto emergiu de uma vontade de exploração das ferramentas de análise de dados na compreensão das relações humanas, nomeadamente no espaço digital. O principal projeto do qual o laboratório emergiu foi o *Liquen*, aplicação de aprendizagem colaborativa, criada para atender às necessidades das comunidades feministas de conhecimento³⁹.

Os objetivos do laboratório estão ainda a ser configurados, mas a ideia inicial passa pela aplicação de uma nova metodologia, de análise de dados de espaços/comunidades online, que reconheça a toxicidade como elemento integral do comportamento humano, estudando-a como forma de adquirirmos maior entendimento sobre a natureza humana e os processos de avaliação, entendimento e processamento da informação como espécie. Em segundo plano está também presente a vontade de se posicionarem como laboratório independente de desenvolvimento de investigação sobre as novas problemáticas das comunidades *online* e *offline*, por exemplo questões de género no trabalho, papel da mulher na ciência, e sustentabilidade ambiental. O *Liquen Data Lab* emerge como espaço onde a interdisciplinaridade tem potencial pela inovação das ideias, um maior espírito crítico e maior abertura científica, desde que os objetivos sejam claros e não criem dispersão. A abertura dos dados está também presente como algo que deve ser questionado, de forma ética, ao longo do trabalho académico.

Outras entidades em Portugal

No evento de comemoração do dia internacional dos dados abertos, que decorreu no dia 4 de março de 2017, estiveram presentes oradores de três entidades que trabalham a questão dos dados abertos/liberdade de informação em Portugal, duas delas representações de plataformas de âmbito global (o *Open Street Map*⁴⁰ e a *Wikimedia*⁴¹) e uma entidade proveniente do poder local (equipa dos dados abertos da Câmara Municipal de Lisboa⁴²). Este evento foi bastante significativo em relação à representatividade

com os dados abertos. Também o *Open Street Map* Portugal realizou um projeto numa escola de Aveiro em que os alunos fizeram o mapeamento da cidade.

³⁸ Website: <https://www.liquendatalab.com/>. Consultado a 04/05/2017.

³⁹ Website: <https://es.wanderingliquen.com/>. Consultado a 04/05/2017. Projeto desenvolvido por Marta Delatte no doutoramento.

⁴⁰ Website: <https://www.openstreetmap.org/#map=19/41.14251/-8.60902>. Consultado a 28/04/2017.

⁴¹ Website: http://wikimedia.pt/Wikimedia_Portugal. Consultado a 28/04/2017.

⁴² Website: <http://dadosabertos.cm-lisboa.pt/>. Consultado a 28/04/2017.

das entidades, como mencionado pelo Ricardo, tiveram a presença da comunidade (*Open Street Map*), da instituição (Câmara Municipal), e da instituição-comunidade (*Wikimedia*). Na interação entre estas entidades e na apresentação dos projetos de cada uma ficou claro o esbatimento das fronteiras limítrofes entre autoridade e a comunidade e entre as fontes legítimas de produção de conhecimento.

Os grupos de entusiastas provenientes da sociedade civil (amadores) e a administração local não se encontraram em confronto, mas enleados em redes complexas: dos grupos amadores provém projetos com interesse público, reconhecidos como as fontes legítimas da informação; a equipa específica da administração local presente colocou-se também como grupo amador, no sentido em que a maioria dos membros foram relocados para esse projeto sem terem competências específicas na área e tendo ido procurar aos projetos emergentes sociedade civil boas práticas e modos de fazer; reconhecimento da existência de conhecimento local fidedigno, não necessariamente associado a questões de qualificação/especialidade/autoridade, que permitem a criação de projetos com informação mais precisa e atualizada; e reconhecimento por parte da autoridade da importância de uma flexibilidade estrutural na produção de projetos relacionados com a abertura que não existe no seio das estruturas formais de poder.

O *Open Street Map* Portugal esteve representado por quatro membros, três deles que profissionalmente também trabalham no poder local e um professor universitário. O projeto foi apresentado pelo último. Este projeto foca-se na recolha de dados geográficos, tendo como mote ‘cada um faz a sua rua’, incentivado pelo fácil desenvolvimento nesta plataforma de mapas bastante pormenorizados, apostando no mapeamento do conhecimento local. Em termos organizativos é um projeto anárquico, horizontal e cujos utilizadores são o único mecanismo de controlo da informação. Em Portugal teve início de forma desarticulada e nasceu formalmente em 2011, fruto da conferência *GeoCamp*. Como estrutura local organizam *Open Street Maps Parties*, onde ensinam como contribuir para o projeto; oficinas de dados; e fazem verificações técnicas e de dados. Partilha com o Transparência *Hackday*, uma natureza emergente de um ecossistema tecnológico específico, que tem as práticas de *hacking* (de informação geográfica/geoespacial, dados e *software*) como denominador comum.

O orador referiu também a importância que a componente espacial sempre teve para os Estados e de como, em Portugal, a informação geográfica costumava ser matéria sensível e confidencial, produzida e armazenada pelo Instituto do Exército. Nos anos 90

o tratamento digital da informação geográfica era bastante difícil, mas essa situação começou a alterar-se com o surgimento de programas como o *Google Maps* e *Earth*. No entanto, a *Open Street Map* surge como resposta à permanência de um problema fundamental assente na inexistência de dados para determinadas áreas geográficas (zonas menos povoadas ou mais pobres) pois as empresas, cujo objetivo é o lucro, investem apenas na obtenção de informação acerca de centros populacionais de interesse. Com a viragem recente para a ideia de *smart cities*, as questões de mapeamento são cada vez mais importantes, e projetos como o *Open Street Map* providenciam as ferramentas necessárias para que as pessoas (independentemente das suas qualificações) que já se encontram num local específico que necessita de ser mapeado e que tem interesse/paixão por estas questões, possam pôr as mãos na massa e contribuir na construção e atualização dos mapas (e beneficiar dos efeitos inesperados desse processo⁴³).

A prática também é o mote no *Open Street Map*. Na sessão da manhã dinamizam uma *Open Street Map Party*, tendo apresentado e descrito as ferramentas necessárias e o seu funcionamento (uso da aplicação do *OSM Tracker*, que regista no mapa o trajeto percorrido, permitindo tirar fotos e notas, por exemplo aos números de porta nos pontos de interseção de ruas e nos locais onde existe comércio/serviços de interesse), dividindo os participantes em grupos de 2/3 pessoas, cada um procedendo à escolha de um talhão de território e saindo para a rua para mapear a cidade do Porto⁴⁴. Nessa curta atividade de mapeamento foi possível experienciar na prática duas das vantagens por eles apontados na teoria: o conhecimento local materializou-se num senhor que nos abordou quando nos viu tirar fotografias a um edifício que tinha uma placa a dizer que tinha sido a casa onde tinha nascido o Dr.º Ricardo Jorge (e que nenhum de nós tinha sequer reparado), dizendo-nos que ele sempre tinha vivido naquela rua e nos podia assegurar que a placa estava mal colocada e que ele tinha nascido na casa seguinte e não na que estava sinalizada; e as vantagens do trabalho ser desenvolvido colaborativamente materializaram-se tanto na diversão extra pela partilha e pela produtividade proveniente da discussão entre várias pessoas, mas também pelas vantagens técnicas de mais facilmente se conseguirem ultrapassar imprevistos aos quais os dispositivos móveis estão

⁴³ Por exemplo, negócios que nasceram influenciados pelo *Open Street Map*, como é o caso do *MapBox* ([website: https://www.mapbox.com/](https://www.mapbox.com/). Consultado a 19/06/2017), ou o caso de estudo que foi o Haiti, país que até ao sismo de 2010 quase não se encontrava mapeado nem no *Open Street Map* nem nos mapas da *Google*, mas apenas em duas semanas, se tornou um dos pontos melhor mapeados uma vez que, após o sismo de janeiro de 2010 e face à necessidade de informação geográfica para as equipas de salvamento, houve um movimento global de pessoas a contribuir colaborativamente. Fonte: <http://www.itoworld.com/our-work/video-gallery/open-street-map-project-haiti/>. Consultado a 28/04/2017.

sujeitos (nomeadamente as questões de carregamento e a capacidade de armazenamento, uma vez que um dos membros do grupo ficou sem bateria e eu fiquei sem espaço no disco, mas por sermos três conseguimos continuar o trabalho sem problema). Após o regresso os ficheiros foram submetidos no mapa (após criação de conta, única coisa necessária para a contribuição) e aprendemos o necessário à edição/inserção da informação no mapa do Porto, visualizando de forma imediata a contribuição para o projeto.

O projeto não tem outras diretivas que não o uso da técnica para, colaborativamente, intervir e mapear a cidade, mas na apresentação dele, as motivações dos membros presentes para nele participarem são políticas: encontram-se assentes numa ideia do mundo digital como facilitador da partilha de conhecimento sem que ninguém perca nada no processo⁴⁵ e do cidadão por um lado como *citizen scientist*, ator com capacidade de interpretação, manipulação, visualização e partilha de informação e, por outro como ator central na discussão pública pois quando a sociedade civil está envolvida emergem pontos de vista mais abrangentes, sendo por isso as soluções encontradas mais resistentes. Em relação às consequências do que fazem emerge também outra questão relacionada com a dinâmica entre entusiastas e especialistas uma vez que, e devido a um contexto de falta de recursos, têm observado uma reutilização do seu trabalho⁴⁶ por outras entidades: o mapa do serviço Sapo é o *Open Street Map*, várias administrações locais usam o seu conjunto de dados como predefinição nos serviços que exigem informação geoespacial, e o Instituto Nacional de Estatística está a ponderar usar o *Open Street Map* como suporte à realização dos censos em 2021, uma vez que necessitam de comprar uma base de dados geográficos novamente (a que compraram para os passados já não está atualizada e mesmo aquando da compra dessa foram necessárias atualizações posteriores que aumentaram os custos associados).

A equipa dos Dados Abertos da Câmara Municipal de Lisboa esteve representada pelo *Chief Data Officer* do projeto. Este teve início em abril de 2016 com a aprovação da Carta de Princípios para os Dados Abertos e com a nomeação de representantes de vários departamentos para o tratamento das questões dos dados abertos⁴⁷. O movimento nesta direção está enquadrado nas práticas de desenvolvimento de *smart cities* e

⁴⁴ Anexo 1. Grupo de que fiz parte a mapear uma das ruas da cidade do Porto.

⁴⁵ Próximo dos ideais do movimento *'free culture'*, que dão ênfase ao conhecimento como algo que 'ao contrário de uma peça de propriedade física, pode ser partilhado por largos grupos de pessoas sem que ninguém fique mais pobre' (Hill e Schoen *in* Swartz, 2015: 7)

⁴⁶ Que é assente em licenças abertas sendo por isso a reutilização um dos objetivos.

⁴⁷ Cerca de 30 pessoas, sem formação nem competências específicas na área dos dados abertos.

não só pela transparência face aos munícipes, mas também pelas vantagens observadas noutros locais de diminuição de custos e aumento da eficiência administrativa⁴⁸. Tendo consciência de como a estrutura local funciona e da dificuldade de iniciar projetos deste calibre em entidades mais fechadas/com estruturas pesadas devido, por exemplo, ao medo por parte das chefias/técnicos em relação ao uso posterior dos dados, ao medo de exposição de possíveis erros e à existência de informação que não sabem se deve ou não ser partilhada, apostaram por lançar um desafio imediato: cada responsável tinha de disponibilizar pelo menos um conjunto de dados num curto período de tempo.

O projeto foi-se desenvolvendo num processo formal com o desenvolvimento do *backoffice*, mobilização dos recursos, estabelecimento de parcerias externas, melhoria no portal e eventos e *workshops* sobre dados abertos. Atualmente têm 11 parceiros, 18 grupos e 357 conjuntos de dados. Os próximos passos são o desenvolvimento de API's⁴⁹, a iniciativa '*Open by default*', a inclusão de mais conjuntos de dados, a certificação de aplicações, o desenvolvimento de laboratórios de dados, a melhoria da usabilidade e comunicação, uma vez que não têm como medir a acessibilidade dos dados nem os conjuntos mais procurados, e a discussão da questão da privacidade em plataformas com estas características. No seio da Câmara Municipal também está a haver um esforço de criação de uma plataforma integradora que funcione como centro operacional integrado que centralize a informação disponível no interior⁵⁰ e para o exterior. Inicialmente foi no seio da conceptualização desta plataforma que surgiu a necessidade de explorar a questão dos dados abertos. O objetivo é que a plataforma se encontre sob o Protocolo *Freeware* e API pública, em respeito com os princípios provenientes da comunidade de *free software* e *open source*.

A *Wikimedia* Portugal, grupo local da *Wikimedia Foundation*, esteve também representada por um dos administradores de sistema. Esta entidade encontra-se situada entre a comunidade e a instituição, uma vez que, apesar de surgir próxima da ideia de produção colaborativa presente no *Transparência Hackday* e no *Open Street Map*, possui uma componente de formalização institucional maior, sendo reconhecida como as-

⁴⁸ E.g. Boston: redução de 50% dos pedidos de informação por parte dos munícipes por esta ser disponibilizada numa plataforma online.

⁴⁹ 'Acrónimo de *Application Programming Interface*, em português, Interface de Programação de Aplicações. No campo dos dados refere-se a um protocolo disponibilizado por uma determinada fonte, para que programas e aplicações possam aceder e usar diretamente os dados disponíveis'. Fonte: <http://dadosabertos.pt/glossario.php>. Consultado a 28/04/2017.

⁵⁰ Atualmente existem mais de 200 sistemas de comunicação nos vários departamentos que não comunicam entre si e que causam uma extrema ineficiência na comunicação interna.

sociação sem fins lucrativos, possuindo órgãos sociais e, como consequência, uma personalidade jurídica reconhecida e inserida nos processos mais abrangentes de tomada de decisão da *Wikimedia Foundation*⁵¹. Para além do projeto Wikipédia, o mais conhecido do grupo, têm vários outros como o *Commons* e a *Wikidata*. Partilham com o Transparência *Hackday* o uso de licenças abertas, a produção colaborativa, e o uso do *software wiki* como marca identitária. A apresentação da *Wikimedia Portugal* deu visibilidade à questão da integridade dos dados, problemática dada frequentemente como justificação para a necessidade de os manter fechados, admitindo que há um esforço despendido para evitar o vandalismo (especialmente nos artigos da Wikipédia), mas que este faz parte tendo em conta as características da plataforma e são situações prontamente corrigidas não deslegitimando por isso o seu papel como fonte (secundária⁵²) de informação.

Outra das questões exploradas pelas três entidades foi a da privacidade. Na *Wikimedia*, os IP's de quem contribui ficam registados nos servidores por três meses e são apagados posteriormente. O orador partilhou a história de quando foi intimado pela polícia brasileira por causa de um artigo sobre um político desse país acusado de corrupção e que pretendia processar a Wikipédia por difamação. Uma vez que, o nome dele aparecia como administrador de sistema foi uma das pessoas que a justiça intimou. Esta história foi partilhada como representativa de como a partilha de informação pode levantar questões sensíveis, especialmente quando tem uma componente política, e que, por o perigo de perseguição variar tendo em conta o local e contexto de escrita e o tema dos artigos, é importante que instituições de amplitude global como a *Wikimedia* possuam um código de boas práticas para que, dentro das características de funcionamento da organização, todos os contribuintes possam ter o máximo de proteção da privacidade possível. No *Open Street Map* a questão da privacidade não é discutida, seguindo o bom senso. Na equipa de dados abertos da Câmara de Lisboa a questão é bastante sensível, pecando por vezes pelo excesso de zelo, uma vez que, qualquer informação que possa levantar a mínima dúvida em relação à questão da privacidade não é disponibilizada.

As influências: O TMRC, a ética hacker e o movimento de free software e open source

Estes indivíduos, grupos e entidades são, de forma mais ou menos direta, herdeiros da cultura e ética *hacker*, desenvolvida num contexto particular, mas que se adaptou

⁵¹ Fonte: [http://wikimedia.pt/Wikimedia Portugal](http://wikimedia.pt/Wikimedia_Portugal). Consultado a 28/04/2017.

⁵² Não tem por objetivo ser fonte primária de informação, apenas secundária. Os artigos devem sempre conter as fontes primárias referenciadas para permanecerem no site.

à evolução tecnológica, permanecendo como influências transversais, tanto em contextos informais como em espaços formais, a um conjunto alargado de grupos e atores cujas práticas se encontram relacionadas com a tecnologia e com o digital. Já foi há mais de trinta anos que Steven Levy publicou a primeira edição do clássico *Hackers: heroes of the computer revolution* (1984), relato jornalístico dos primeiros *hackers*, os programadores e designers de *hardware* e *software* da era pré-internet que, apoderando-se do computador como ferramenta revolucionária, como meio (e fim) de criação, exploração e programação de novos espaços, construíram uma ‘filosofia de partilha, abertura, descentralização e de pôr as mãos nas máquinas a qualquer custo para melhorar as máquinas e melhorar o mundo’ (Levy, 2010: ix). Estes *hackers* viram o computador e a tecnologia como espaço sempre aberto, sem restrições aos poderes criativos e técnicos de cada um (Levy, 2010: 453),

Nos anos 50 e 60, dentro do contexto académico, começaram a surgir grupos como o *Tech Model Railroad Club* (TMRC), no MIT, onde pessoas de diferentes contextos, mas com o interesse comum pelas questões tecnológicas e com uma relação particular com o mundo que os levava a atribuir significado apenas aquilo cujo funcionamento conseguiam descortinar, se reuniam para usar o IBM 704, computador que ocupava uma sala inteira e requeria constante manutenção para permanecer operacional (Levy, 2010: 3-6). Foi no seio deste grupo que o termo *hack*, já usado no MIT para descrever as partidas que os estudantes engendravam no campus, ganhou uma certa respeitabilidade sendo usado como elogio e reconhecimento entre os membros do TMRC pelas façanhas técnicas inovadoras e virtuosas levadas a cabo. Posteriormente, no grupo de investigação em Inteligência Artificial, dirigido por John McCarthy (Levy, 2010: 10-1), implicitamente e de forma orgânica, começaram a brotar elementos de uma cultura, surgindo um conjunto de conceitos e crenças pelos quais regiam as suas práticas (Levy, 2010: 27) onde o mais importante era o orgulho na capacidade de fazer (Fredkin *in* Levy, 2010: 92). Levy (2010) afirma que neste momento inicial do movimento *hackers* as práticas associadas ao *hacking* não eram simplesmente ferramentas técnicas, mas encontravam-se imbuídas numa ideologia (a ética *hacker*), e numa metodologia que aplicavam a todos os problemas do dia-a-dia (Levy, 2010: 51), na qual a procura pela coisa certa (*the right thing*), pela solução técnica elegante capaz de responder aos constrangimentos apresentados por determinado problema, estava sempre presente (Gosper *in* Levy, 2010: 69).

Para esta pequena sociedade, o computador era uma caixa mágica onde era possível cada programador moldar, em código binário, um deus à sua imagem (Levy, 2010: 286), era, por isso, uma espécie de religião em que o texto sagrado (sem existência física, apenas concordância tácita) era a *ética hacker* assente nos seguintes mandamentos: o acesso aos computadores devia ser ilimitado e total pois é pela prática que se produz conhecimento (*hands-on imperative*); a informação deve ser livre pois só assim se pode melhorar a máquina de forma eficiente; a descentralização deve ser promovida em detrimento da confiança na autoridade; os *hackers* devem ser julgados apenas pela sua capacidade criativa e técnica e nunca por critérios de educação, raça ou idade; arte e beleza podem ser criadas no computador; e os computadores podem melhorar a nossa vida quotidiana e o mundo em geral (Levy, 2010: 27-34).

Os *hackers* tendiam a não discutir nem questões pessoais nem as implicações políticas e sociais das suas práticas em específico e dos computadores em geral (Levy, 2010: 74) no entanto, a *ética hacker* tinha a si subjacente princípios de aplicação mais abrangentes do que apenas à sua pequena comunidade. Uma das questões estava relacionada com a burocracia e o acesso (Levy, 2010: 96). A prática de *hacking* possui uma forte componente diretamente relacionada com o controlo e com a ilusão de que o controlo total da máquina é possível (Levy, 2010: 64), contudo devido à desconfiança da autoridade, e também devido à posição fundamental da liberdade da informação, todos os locais onde o acesso é negado devido à necessidade burocrática de manter as pessoas na ignorância e mantê-las sob controlo, seja no computador ou na sociedade, são tomados como insultuosos e ultrajantes. Segundo a *ética hacker*, todos os ficheiros e ferramentas que possam promover a melhoria do mundo e da demanda *hacker* deveriam ser facilmente acessíveis e sem condicionantes (e. g. direitos de propriedade) (Levy, 2010: 95-6).

Para além disso possuíam a crença no potencial do computador como arma de defesa contra a opressão política e de ataque na capacitação individual e na difusão da *ética hacker* (Levy, 2010: 178-9). Com o empurrão do grupo *Homebrew Computer Club*, lobistas pela acessibilidade, do *Altair*, primeiro computador pessoal (vendido em peças e montado diretamente pelo consumidor) (Coleman, 2013: 65), e da *Apple*, o negócio dos computadores pessoais descolou e estes começaram a ser produzidos em massa (Levy, 2010: 286). A partir desse momento o sonho *hacker* de abertura entrou em rota de colisão com a realidade: grande parte da elite de *hackers* integrou-se no negócio

em expansão regido pelas máximas empresariais onde os segredos possuídos, as portas fechadas e os direitos de autor/licenças de utilização (Levy, 2010: 276) são as alavancas que determinam as vantagens competitivas, o valor de mercado e o volume de vendas de determinado produto⁵³. Os *hackers* tinham capitulado perante a lógica do mercado, algo impensável para a primeira geração (Levy, 2010: 389).

A ética *hacker* perdeu a pureza, o mundo, que inicialmente se encontrava separado dela e que posteriormente a tinha passado a influenciar, diluiu-se no seu interior (Levy, 2010: 447); nos anos 80 o conceito e uso da palavra *hacker* começou a afastar-se do uso inicial, tendo adquirido uma conotação específica e pejorativa, sinónimo de ‘transgressor digital’, estereótipo de um ser anti-social que na melhor das hipóteses é ingénuo e desconhece as consequências das suas ações, na pior executa-as racionalmente com intuito criminal (Levy, 2010: 456-7). Vários fatores impulsionaram esta mudança como, por exemplo, a estreia do filme *War Games*, em 1983, história ficcional de um *hacker* que consegue aceder a um computador central militar colocando o mundo à beira da 3ª Guerra Mundial, e a prisão, altamente mediatizada, do grupo *hacker 414s* que, criou uma imagem estereotipada do *hacker* que permanece até hoje e que é resgatada pelos meios de comunicação social sempre que se dão casos de ataques informáticos. Por serem, geralmente, as questões criminais as que atraem maior interesse jornalístico, essa imagem tem se replicado sem questionamento acerca da sua adequação à realidade (Meyer, 2001: 2017-8). Porém, as ideias da ética *hacker* disseminaram-se (Levy, 2010: 451), tendo as práticas do grupo sobrevivido, adaptando-se a novas realidades e explorando novas fronteiras (Levy, 2010: 476).

Richard Stallman, um dos hackers do *TMRC* (Levy, 2010: 437) e um dos mais fervorosos opositores ao encerramento dos sistemas computacionais e às licenças de utilização de *software* (Levy, 2010: 441-2), autoproclamava-se nos anos 80 o último dos verdadeiros *hackers* (Levy, 2010: 437). No entanto, por um lado foi nesta altura que surgiram dois espaços fundamentais no disseminar da ética *hacker*: os BBL e as conferências *hackers*, por outro, o próprio Stallman foi uma figura chave no impulsionar do movimento de *free software* e *open source*, que lhe daria continuidade, com a criação em 1985 da *Free Software Foundation* (Kelty, 2008a: 206) e com o lançamento em

⁵³ Em alguns casos, especialmente em empresas que produziam jogos como é o caso da *On-Line*, manteve-se uma lógica de organização do trabalho baseada numa anarquia criativa valorizada pelos *hackers* assente na diversão e na maximização da capacidade criativa na programação desenvolvida (Levy, 2010: 346).

1989 do GNU GPL, licença de uso livre que pretendia fornecer uma alternativa legal às licenças existentes que assegurasse a impossibilidade de fechar a utilização e modificação do *software* licenciado (Coleman, 2013: 69-70). Seria no seio deste movimento que muitos aprenderiam a doutrina do *hackerismo*.

Os BBS (*Bulletin Board System*), precursores da Internet⁵⁴, espaços que permitiram a comunicação em rede de forma automática, anónima e independente de entidades públicas, tornou-se ponto de reunião para aficionados pela tecnologia e onde a discussão e partilha de ideias era constante (Coleman, 2013: 30). Nos anos 90 com a expansão da Internet também a partilha das práticas da comunidade *hacker* se expandiu, nomeadamente em relação à questão do *free software* (Coleman, 2013: 33); sem as restrições para a associação impostas pelos condicionantes geográficos surgiu uma comunidade fervescente assente nas ideias de partilha, colaboração e aperfeiçoamento técnico⁵⁵ (Coleman, 2013: 42). Em 1998, na Cimeira *Freeware*, houve uma reestruturação linguística de *free software* para *open source*, tentativa de combater a confusão entre *free* de livre e *free* de gratuito, uma vez que o foco se encontrava na liberdade/abertura deste, não no seu valor monetário (Coleman, 2013: 79). Já no grupo TMRC estava presente a ideia que não deviam haver *royalties* no *software*, mas que este devia ser uma prenda dos *hackers* para o mundo (Levy, 2010: 46).

O segundo espaço que emergiu no final dos anos 80 foi o das conferências *hacker*, espaços de encontro entre as redes virtuais globais através das quais comunicavam e as redes translocais físicas com elas interconectadas (Coleman, 2013: 46). É nestas conferências que a dinâmica fundamental a qualquer comunidade entre diferença e igualdade se articula, e onde indivíduos com origens geográficas, culturais e sociais completamente dispares se reúnem num espaço onde a linguagem técnica comum ritualiza um sentimento de pertença ao grupo (Coleman, 2013: 55). São espaços de performatização de um discurso público que contextualiza as experiências individuais em relação à tecnologia numa comunidade culturalmente específica, sendo as ‘suas interações conceptualizadas em termos de expressão, transparência, eficiência e liberdade’ (Coleman, 2013: 45).

⁵⁴ *Arpanet* já existia, mas o seu uso encontrava-se restrito a um número bastante reduzido de pessoas em contexto académico e militar (Coleman, 2013: 30).

⁵⁵ Surgiram projetos de desenvolvimento de *software* como o *Debian*, projeto que aceita e considera as contribuições voluntárias de todos os que nele quiserem participar, sendo o produto dele proveniente algo sempre aberto constantemente sujeito a discussão e aperfeiçoamento (Coleman, 2013: 43-4).

Públicos recursivos

No mundo atual, o digital e as redes são banais e difusas, encontrando-se interligadas com o dia-a-dia de todos e fazendo parte da forma como as pessoas se organizam em comunidade em várias esferas diferentes (Ito et al., 2000: xi). O digital encontra-se por isso, enredado nas transformações sistêmicas em relação às questões da sociabilidade e cultura, das quais é causa, mas também efeito, sendo necessário investigar as dinâmicas e as práticas através das quais a noção de comunidade e de identidade se materializam neste tipo de meios (Ito et al., 2000: 1-3). A sociedade de informação, como conceptualizada por Castells (2010b), nova sociedade emergente de transformações estruturais nas relações de produção, de poder e de experiência (ibid, 2010b: 376), tem como característica fundamental ter no centro da sua estrutura uma sociedade em rede, resultado de três processos independentes (tecnologias da informação, crise económica do capitalismo e do Estado e reflorescimento dos movimentos socioculturais); assenta também na nova economia da informação global⁵⁶ e numa nova cultura da virtualidade real⁵⁷. Na sociedade da informação o trabalho em rede torna-se uma forma dinâmica de organização da atividade humana que se propaga a si mesma (Castells, 2010b: 372-3).

Um dos problemas teóricos na exploração deste tipo de públicos prende-se com a dificuldade de os contextualizar tendo em conta os conceitos mais abrangentes cunhados para caracterizar os atores e práticas nos processos de ação coletiva. Apesar de grupos como este serem comumente apresentados como comunidades digitais, irei argumentar que em grupos como os estudados a informalidade dos encontros, a inexistência de estruturas formais organizativas, a falta de um conjunto de princípios/objetivos claros que reja a ação e o foco nas questões práticas sem ter diretamente em conta as consequências destas, são tudo características que os afastam dos conceitos de comunidade e movimentos sociais.

No entanto, não é possível generalizar nem de aqui inferir que a ideia de comunidades digitais deva ser abandonada. Cohen (1985) argumentou que a comunidade é uma construção simbólica, algo que em si não existe e cujos rituais e símbolos não possuem significado inerente, neutral: são fruto de um contexto que nos equipa de lentes

⁵⁶ Estamos próximos de atingir o ponto em que, em cada ano se produzirá mais informação do que o total produzido pela humanidade até ao ano anterior. Professor Manuel David Masseno - II Simpósio Internacional em Inovação e Governança Digital. Tema: A Sociedade em Rede e os desafios à proteção de dados pessoais – 11/11/2016. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=WDyN xuP4FIM>. Consultado a 06/02/2017

sociais e culturais através das quais percebemos e interpretamos a realidade à nossa volta e edificamos um ideal comunitário que não se pode localizar geográfica ou sociologicamente pois é fruto de um processo de construção mental subjetiva (ibid, 1985: 97-104). Para ele, a comunidade preenche um vazio permitindo a expressão de interesses e aspirações dispares de uma forma coerente (Cohen, 1985: 109). Anderson (2006), analisando o nacionalismo, apresenta também a ideia de Nação como concepção da modernidade assente numa construção imaginada de uma comunidade política homogênea (ibid, 2006), que atribua sentido à sua biografia não linear e a proteja contra a resistência e conflitualidade à qual está sempre sujeita (Anderson, 2006: 203-205).

Tendo em conta estas construções teóricas de comunidade os grupos emergentes do digital e mesmo aqueles que apenas têm presença *online*, como é o caso da *Wikimedia*, poderiam ser conceptualizados sob este conceito, mesmo sem terem uma presença física possível de localizar. No entanto, o *Transparência Hackday* parece ser exemplo do contrário: é um grupo emergente do digital, mas que tem uma presença física facilmente localizável, participantes facilmente identificados, mas onde, apesar disso, o conceito de comunidade não parece ser o mais correto pois a participação não é motivada por um ideal comunitário. A participação no grupo emerge mais de uma vontade espontânea, mas não necessariamente durável, proveniente das práticas, ferramentas e projetos, do que de uma vontade de pertença ao grupo (seja esta uma construção imaginada ou não), proveniente de uma identificação com quem realiza os mesmos ou com os seus objetivos (até porque não existem nenhuns claramente delineados). Para além disso a componente egoísta de diversão individual e de retorno da participação está sempre presente.

boyd (2014), discutindo especificamente a questão digital, menciona ser possível observar o surgimento de públicos em rede, que em simultâneo se apoiam em tecnologias de rede e em pessoas em rede para criar novas formas de comunidades imaginadas uma vez que, *online* conseguem escapar aos constrangimentos e restrições provenientes de vários fatores externos, acedendo e participando em públicos mais abrangentes (ibid, 2014: 201-202), pois permite uma exploração da identidade e das autorrepresentações sociais e atualizando-as num espaço privado e anónimo onde é possível errar sem medo da discriminação (boyd, 2014). No entanto, boyd (2014) afirma também que o espaço

⁵⁷ Emergente por um lado da existência de novos espaços sociais de realidade virtual onde também a sociabilidade é performatizada (Castells, 2010: xxix) e, por outro contruído por um sistema de media 'pervasivo, conectado e diversi-

mudou, mas não os princípios que o regem, e que a maioria dos adolescentes⁵⁸ usam a internet para se conectarem com a sua própria comunidade (ibid, 2014: 4-5), existindo esta simultaneamente como espaço físico e comunidade imaginada, espaço onde procuramos pertencer a uma comunidade mais abrangente (boyd, 2014: 9-10). Para ela os espaços mediados pela tecnologia têm características diferentes, – persistência, visibilidade, partilha e acesso (boyd, 2014: 11) – mas não são os espaços em si que são novos, o que é novo é a forma como alteram e amplificam as práticas sociais (boyd, 2014: 13).

Ao longo desta investigação para além das várias tentativas de conceptualização deste tipo de grupos emergentes da exploração teórica, observei também algumas a emergirem dos próprios atores estudados, tanto nos encontros, nomeadamente no dia internacional dos dados abertos, onde também estiveram presentes outras entidades e houve uma discussão mais teórica, como das entrevistas, e de outros eventos onde o Transparência *Hackday* esteve representado. A loquacidade e vocalidade dos *geeks*, e a forma como enquadram as suas ações de forma articulada (Kelty, 2008a: 19), é também observado no caso do Transparência *Hackday* (e especialmente dos moderadores que com frequência apresentam o grupo perante outros) na forma como, não tendo um enquadramento teórico geral que sirva de rótulo para o grupo, se apropriam de conceitos que caracterizam processos sociais mais gerais com os quais se identificam. No *workshop* apresentado pela Ana e pelo Ricardo no Festival da Política⁵⁹, usaram o conceito de *civic tech*⁶⁰, que remete para os esforços provenientes da sociedade civil na discussão e resolução de problemas sociais de forma colaborativa e onde as plataformas digitais surgem como meios com potencial para melhorar os processos e sistemas públicos de acesso à informação e promover novas oportunidades participação, para enquadrar as suas ações. No dia internacional dos dados abertos, o orador do *Open Street Map*, apresentou também o termo *citizen scientist*, como algo com o qual o grupo se identifica. A ideia de *citizen scientist* foi por ele apresentada, no contexto de mapeamento geográfico, como reconhecendo que qualquer pessoa, independentemente das suas qualificação ou competências, tem capacidade para interpretar, manipular, visualizar e partilhar informação, não devendo por isso, no caso do *Open Street Map*,

ficado' (Castells, 2010a: 1).

⁵⁸ O estudo etnográfico sobre práticas digitais que levou a cabo foi realizado no seio de adolescentes norte-americanos.

⁵⁹ Fonte: <http://festivalpolitica.pt/programacao/>. Consultado a 17/05/2017.

⁶⁰ Do qual falámos também aquando da entrevista formal que realizei aos dois. O conceito também emergiu esporadicamente nos encontros.

ser um mero censor da informação geográfica, mas sim participar ativamente na produção desta.

Devido às características particulares do Transparência *Hackday*, o que surge é mais colaboração do que a comunidade, não tendo como serem codificados em instituições sociais permanentes, que permitam falar em movimentos sociais, pois existem apenas protocolos limitados e provisórios que substituem o papel de adjudicação, reprodução social e orientação (Coleman, 2014: 361), e que são renegociados projeto a projeto. Devido às características particulares do *Open Street Map* o *hacking* é apropriado não meramente pela questão tecnológica, mas também pelo potencial como ferramenta participativa, não tendo o projeto outras diretrizes para além do uso da técnica para, de forma colaborativa, intervir e mapear a cidade. No entanto, em ambos os casos existe uma identidade política e social que emerge, mas não existente *à priori*, brota organicamente das configurações técnicas e das práticas usadas.

Por esse motivo, pretendo argumentar que o conceito que melhor se aplica a estes grupos é o conceptualizado por Kelty (2005, 2008a e 2008b) para caracterizar os *geeks* do movimento de *free software* e *open source*: o conceito de público recursivo. Segundo ele, estes públicos remetem para a existência de formas sociais particulares, que têm a internet como espaço de encontro⁶¹, e onde o imaginário dos membros cria os meios através dos quais se associam, a forma material em que inserem e o espaço que irão preencher, imaginários sociais que não são meras ideias, mas que também não chegam a ser instituições, são práticas através das quais imaginam a sua existência (Kelty, 2005:186). Estes públicos ‘preocupam-se com a modificação e manutenção dos meios técnicos, legais, práticos e conceptuais que asseguram a sua própria existência como público’ (Kelty, 2008a: 3), não partindo de questões ideológicas, identitárias, políticas ou sociais, mas sim chegando a estas apenas quando emergem das práticas técnicas: são estas os códigos de ação através dos quais uma visão particular da ordem social e moral da sociedade se manifesta (ibid, 2008a: 7-8). O Transparência *Hackday*, o *Open Street Map*, a *Tugaleaks* e a *Wikimedia* são exemplos de públicos que (tal como os públicos recursivos) não são nem comunidades nem movimentos sociais (apesar de poderem conter elementos associados a estes conceitos), são coletivos momentâneos que rapida-

⁶¹ Onde a internet desempenha um papel em simultâneo material e simbólico: é valorizada pela infraestrutura, por providenciar uma plataforma que permite a associação, mas também por permitir a atividade criativa, o que propicia uma perceção da internet como espaço independente e autónomo das formas convencionais de poder (Kelty, 2008a: 63).

mente se materializam, mas que, devido à (maior ou menor) informalidade, à centralidade da técnica, à inexistência de uma construção clara de objetivos de longo-prazo, nem discussão das consequências políticas e sociais mais abrangentes das suas práticas, com a mesma rapidez desaparecem sem deixar rasto, ou se reconfiguram em algo completamente diferente

No segundo capítulo, centrado em específico no coletivo Transparência *Hackday* irei aprofundar a argumentação em relação ao conceito de públicos recursivos, explorando cronologicamente a evolução do grupo e explicitando as características específicas emergentes da técnica (projetos, ferramentas e a prática colaborativa) através das quais o grupo se constrói, perpetua e modifica e através das quais a sua identidade de grupo emerge, não como algo estático e formal, mas sim como diretivas provisórias que rapidamente podem ser modificadas (exemplificado pela discussão iniciada recentemente à volta dos projetos Central de Dados e Demo.crática) ou abandonadas.

Capítulo 2. O grupo Transparência *Hackday* Portugal e os encontros *Date with Data*

Em território nacional um grupo de *hackers* bastante interessante é o que se reúne nos eventos *Date with Data* do Transparência *Hackday* Portugal. Entre 2010 e 2014⁶² o Transparência *Hackday* permaneceu como grupo informal, onde pessoas de várias áreas se reuniam com o intuito claro de trocar ideias e construir projetos que articularassem tecnologia e cidadania, mas com encontros sem uma periodicidade estabelecida. O objetivo inicial era apenas como ‘iniciativa para regularizar encontros entre ativistas e *coders*, jornalistas e geeks, curiosos e curiosas’⁶³. Entre julho e dezembro de 2010 reuniram-se oito vezes⁶⁴, tendo participado logo em outubro no *Future Places*⁶⁵, apresentando o grupo e algumas das ferramentas já criadas⁶⁶. A primeira temática na qual o grupo se debruçou prendia-se com a informação pública disponibilizada *online* pela Assembleia da República portuguesa, projeto que mais tarde culminaria no *website* Demo.crática. Por um lado, tentaram trabalhar a informação de modo a que esta pudesse ser apresentada de forma mais apelativa, em formatos não proprietários e com possibilidade de cruzamento de informação de forma mais facilitada; e por outro pretendiam apostar na criação de ferramentas que permitissem a exploração da informação, já disponibilizada pela Assembleia, em relação aos deputados e suas atividades⁶⁷. Uma das primeiras ferramentas criadas foi um mapa de visualização dinâmico da relação entre o número de deputados por partido e número de círculos eleitorais ao longo do tempo⁶⁸. Ainda no mesmo ano foi também discutida a participação na criação de redes de *wi-fi* comunitárias na cidade do Porto, com colocação de antenas em locais estratégicos⁶⁹, e foi organizada uma *hackathon*⁷⁰, aberta à participação de todos os interessados, que trabalhou sobre os dados da Assembleia da República já recolhidos⁷¹.

⁶² Em 2013, apenas em dois dos sete eventos é possível consultar o resumo dos encontros. A *wiki* foi atualizada por um dos membros do grupo em 2017, uma vez que uma das ferramentas que usavam para a edição colaborativa do documento (*pad* em rede) deixou de existir e os *links* para os documentos foram perdidos. A informação, que tinha sido armazenada também noutra formato foi novamente disponibilizada, mas não foi possível encontrar os correspondentes a 2013, estando por isso só disponíveis os anúncios.

⁶³ Fonte: <http://hacklaviva.net/page/4/index.html>. Consultado a 04/04/2017.

⁶⁴ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=hackdays>. Consultado a 04/04/2017.

⁶⁵ Evento que decorre anualmente na cidade do Porto desde 2008 e que aborda a dinâmica entre os novos *media* e o tecido social e cultural. Fonte: <http://futureplaces.org/about/>. Consultado a 04/04/2017.

⁶⁶ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2010/09/hackday-sessao-4/>. Consultado a 04/04/2017.

⁶⁷ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2010/07/hello-world/>. Consultado a 04/04/2017.

⁶⁸ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2010/08/hackday-sessao-2/>. Consultado a 04/04/2017.

⁶⁹ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2010/10/hackday-sessao-5/>. Consultado a 04/04/2017.

⁷⁰ Maratona de *hacking*.

⁷¹ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2010/12/hackathon-fervilhante-e-produtiva/>. Consultado a 04/04/2017.

Em 2011 e 2012, o grupo perdeu um pouco o fôlego inicial tendo-se reunido apenas quatro vezes em cada ano⁷². Em 2011 trabalharam especialmente as questões relacionadas com o *website* do Transparência Hackday e com a continuidade do projeto relacionado com os dados da Assembleia da República⁷³. Realizaram também uma deslocação a Vigo onde visitaram o *hackerspace* Kaleidoskopio, espaço que desenvolvia atividades relacionadas com a pintura, a culinária e a tecnologia, e onde apresentaram o Transparência Hackday e trocaram informação com/sobre espaços similares⁷⁴. Em 2012 começaram a discutir e propor ideias para novos projetos (e. g. mapeamento de obstáculos geográficos à movimentação de pessoas com deficiência motora e mapeamento das casas devolutas, ambos em relação à cidade do Porto, entre outros)⁷⁵, participaram novamente no *Future Places* e também estiveram presentes num evento da plataforma Cidadania 2.0⁷⁶, espaço que apresenta projetos realizados em Portugal relacionados com ferramentas/plataformas digitais que permitem/incentivam a participação cívica⁷⁷. Ainda no mesmo ano fizeram um encontro em Lisboa, em que, para além da apresentação do grupo e das suas metodologias de trabalho, dinamizaram um exercício prático de *brainstorming* de ideias em relação a uma série de temas (e. g. ferramentas de aproximação entre cidadãos e representantes e ferramentas técnicas para liberalização da informação)⁷⁸.

Em 2013, o coletivo reuniu-se sete vezes⁷⁹: continuaram a trabalhar nos vários projetos iniciados⁸⁰, organizaram a primeira *hackathon* do dia mundial dos dados abertos⁸¹ e estiveram presentes no evento *Global Voices Lusofonia*⁸². A partir de 2014 o grupo começou a reunir-se com mais frequência, uma vez que foi formalizado o estabelecimento de reuniões mensais (atualmente estipuladas no segundo sábado de cada mês), sendo acordada apenas uma pausa nos meses de Verão, foi também estabelecido o

⁷² Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=hackdays>. Consultado a 04/04/2017.

⁷³ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2011/01/hackday-sessao-9/> e <http://www.transparenciahackday.org/2011/02/hackday-sessao-10/>. Consultado a 04/04/2017.

⁷⁴ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2011/02/hackday-sessao-10/>. Consultado a 04/04/2017.

⁷⁵ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2012/05/hackday-sessao-12/>. Consultado a 04/04/2017.

⁷⁶ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2012/11/newsletter-novembro/>. Consultado a 04/04/2017.

⁷⁷ Fonte: <http://cidadania20.com/>. Consultado a 04/04/2017.

⁷⁸ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2012/12/1-de-dezembro-1o-transparencia-hackday-em-lisboa/>. Consultado a 04/04/2017.

⁷⁹ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=hackdays>. Consultado a 05/04/2017.

⁸⁰ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2013/02/16-hackday-26-de-janeiro/>. Consultado a 05/04/2017.

⁸¹ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2013/03/ainda-no-rescaldo-do-dia-mundial-dos-dados-abertos/>. Consultado a 05/04/2017.

⁸² Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2013/12/14-de-dezembro-sessao-dupla-transparencia-hackday-meetup-global-voices/>. Consultado a 05/04/2017.

Pavilhão Jardim da UPTEC-PINC⁸³, Pólo das Indústrias Criativas da Universidade do Porto⁸⁴, como local de encontro. Neste ano, para além da *hackathon* do dia mundial dos dados abertos⁸⁵ que passou a decorrer todos os anos, organizaram também uma *hackathon* especial dos dados eleitorais⁸⁶ e iniciaram o projeto Central da Dados, repositório central para depósito de conjuntos de dados de interesse público⁸⁷.

Em 2015, começaram a trabalhar nos conjuntos de dados em relação aos nomes próprios que iria culminar no projeto Totonome⁸⁸, lançaram o *website* do projeto Central de Dados⁸⁹, contribuíram para algumas plataformas internacionais como por exemplo o *Open Food Facts*⁹⁰, criaram a conta de Twitter Puré de Notícias⁹¹, continuaram a discutir as questões parlamentares e de orçamento⁹², criando o projeto Quarenta Anos de Abstenção, experiência de visualização dos dados das eleições entre 1975 e 2015⁹³, e também iniciaram um *brainstorming* em relação às questões de conteúdo do texto (questões linguísticas e de conversão/reconfiguração/manipulação digital)⁹⁴. Em 2016, para além da continuidade dada aos projetos iniciados anteriormente, também, a título de exemplo, iniciaram uma transcrição do livro *English as she is spoke*, guia de conversação português-inglês que data do século XIX e discutiram a questão das licenças, recebendo uma representante do *Creative Commons* Portugal no dia mundial dos dados abertos⁹⁵.

O *Creative Commons*, é um projeto de *open law* tendo como base a capacidade dos indivíduos para trabalharem colaborativamente na criação de novas realidades. Este projeto, inspirado pela prática de *hacking*, de procura de falhas no sistema que permitam a subjugação deste, focou-se na procura de ferramentas que permitissem contornar a lei onde esta não pudesse ser alterada, nomeadamente em relação à questão dos direitos de autor e licenças de utilização. As licenças *Creative Commons* permitem que o autor de determinado trabalho torne explícito quais as formas em que este pode ser usado no domínio público (Kelty, 2008a: 259-61), passando de uma situação em que ‘todos os

⁸³ Anexo 2. Fotografia tirada do exterior enquanto decorre um evento.

⁸⁴ Espaço disponibilizado sem qualquer tipo de contrapartidas.

⁸⁵ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2014-02>. Consultado a 05/04/2017.

⁸⁶ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2014-04>. Consultado a 05/04/2017.

⁸⁷ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2014-05>. Consultado a 05/04/2017.

⁸⁸ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2015-01>. Consultado a 05/04/2017.

⁸⁹ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2015/03/open-data-day-2015-o-rescaldo/>. Consultado a 05/04/2017.

⁹⁰ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2015-03>. Consultado a 05/04/2017.

⁹¹ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2015-05>. Consultado a 05/04/2017.

⁹² Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2015-10>. Consultado a 05/04/2017.

⁹³ Fonte: <https://transparenciahackday.github.io/40anosdeabstencao/>. Consultado a 05/04/2017.

⁹⁴ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2015-11>. Consultado a 05/04/2017.

direitos são reservados’ para uma em que ‘alguns direitos (estabelecidos por quem produz o material) são reservados’ (Kelty, 2008a: 265). O Transparência *Hackday*, o *Open Street Map*, e a *Wikimedia* encontram-se licenciados sob licenças abertas da *Creative Commons*.

Este processo de contextualização do grupo desde a criação em 2010 até ao final de 2016, quando iniciei o meu trabalho de campo, apenas foi possível a este pormenor tendo por suporte a *wiki*⁹⁶ do Transparência *Hackday*. Para a antropologia o arquivo digital faz colapsar a distância entre o momento de observação de campo e o momento de análise e escrita de e sobre o observado, criando uma continuidade no registo documental e na análise do mesmo (Estalella, 2014:11). Na internet, grupos como o Transparência *Hackday*, para os quais o acesso e liberdade da informação é fundamental, têm à sua disposição plataformas e ferramentas de documentação em formato digital⁹⁷ que permitem a qualquer pessoa a análise de um largo volume de informação com potencial para ser mais fidedigno que a memória humana⁹⁸, permitindo o próprio campo emergir concetualizado como arquivo (Coleman, 2013; Estalella, 2014; Kelty, 2008a).

Na *wiki* do Transparência *Hackday* é possível também encontrar referências reflexivas à sua própria existência: logo em 2010 aparece uma menção à importância do arquivo digital como espaço que em simultâneo performatiza a ideia de transparência presente no nome do grupo, permitindo a qualquer pessoa o rastreamento das ações e das discussões que emergem dos eventos, mas também onde se documentam as ideias/projetos/ferramentas discutidas, testadas e excedentes, cujo uso no futuro poderá ser pertinente e que assim ficam inscritas e de fácil resgate por qualquer participante no *Date with Data*. Estabeleceram nesse momento que deveriam ficar registados os objetivos do encontro, as tarefas nele realizadas, as ferramentas usadas e os recursos de interesse⁹⁹, sendo por isso através da exploração dos resumos/notas dos encontros realiza-

⁹⁵ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2016/03/open-data-day-portugal-2016/>. Consultado a 05/04/2017.

⁹⁶ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php>. Consultado a 27/05/2017.

⁹⁷ Neste grupo, para além do fórum e das notícias gerais, e da informação acerca dos projetos específicos existe também uma *wiki* onde é possível aceder a todo o tipo de informação relacionada com o grupo (e. g. notas e apontamentos de todas as reuniões, pessoas e recursos). Possuem também um arquivo digital plataforma Reddit: https://www.reddit.com/r/opendata_pt/. Consultado a 03/05/2017.

⁹⁸ Observado aquando da entrevista formal a dois dos membros mais antigos do grupo – Ricardo Lafuente e Ana Isabel Carvalho – que quando questionados sobre algumas questões episódicas relacionadas com informação recolhida na *wiki* e referente aos encontros mais antigos, tiveram de fazer um esforço de memória para se lembrarem exatamente do que tinha acontecido.

⁹⁹ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2010/08/hackday-sessao-2/>. Consultado a 04/04/2017

dos¹⁰⁰, possível formar uma imagem bastante nítida da evolução do grupo, de como foi construída a sua identidade e objetivos, das suas práticas e projetos e de todas as temáticas/ferramentas que surgiram na discussão, que acabaram por não ter utilidade para ela, mas que, permanecendo como excedentes no registo documental, não ficaram perdidos no lixo da memória humana, mas sim guardados para reciclagem futura. A digitalização do arquivo liberalizou o acesso a ele e transformou a forma como a cultura se materializa e se preserva, por um lado permitindo o registo em outros meios que o textual, por outro permitindo a inscrição das questões corriqueiras, do quotidiano, e mudando a natureza do que é arquivado (Estalella, 2014: 8).

De *Hackday* para *Date with Data*

No seio do Transparência *Hackday* Portugal foi iniciada uma discussão, em junho de 2015, para a escolha de um novo nome para o evento em específico. Foram considerados nomes como *A Date with Open Data*, *Dandy* dos dados e *Gala Date*¹⁰¹. Esta necessidade de reconfiguração da nomenclatura esteve, por um lado, relacionada com o facto de numa fase inicial as reuniões do coletivo terem sido frequentadas maioritariamente por pessoas da área da informática, das ciências da computação e do *design* e multimédia, mas existia um objetivo e uma necessidade clara de atrair pessoas de outras áreas de conhecimento, sem necessidade de *background* técnico, pelo que o termo *Hackday* no nome criava um entrave que pretendiam combater. Por outro lado, surgiu também em 2010 uma associação sem fins lucrativos denominada Transparência e Integridade, associação que entrou em contato com o grupo para o estabelecimento de parcerias¹⁰². Aperceberam-se ao longo do tempo que, para além da possibilidade de confusão entre os dois grupos devido ao nome semelhante, também a noção de transparência era algo diferente para os dois, possuindo uma conotação muito mais política e relacionada com a luta contra a corrupção para o primeiro grupo, aspeto que não era central para o Transparência *Hackday*. A escolha de alteração do nome recaiu em *Date with Data*¹⁰³, nome que remete para os dados abertos, foco fundamental do grupo. Essa mudança deu-se apenas na denominação dos encontros mensais, permanecendo o grupo em si sob a denominação de Transparência *Hackday* Portugal.

¹⁰⁰ E já tendo assistido a encontros e observado como estes são construídos, tendo por isso uma referência prática comparativa para esses momentos passados onde não estive presente.

¹⁰¹ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2015-06>. Consultado a 05/04/2017.

¹⁰² Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2010/10/hackday-sessao-5/>. Consultado a 05/04/2017.

¹⁰³ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2015-09>. Consultado a 05/04/2017.

Atualmente, para além das áreas de conhecimento mais técnicas (informática/design), participam também nos encontros do grupo pessoas da área da *open science*, da educação, do jornalismo e da investigação. Apesar da localização no Norte do país e de ter havido no seio do grupo uma decisão objetiva de não investirem na divulgação de modo a manterem um número estável de pessoas (10/12)¹⁰⁴ que permitam uma gestão mais equilibrada e participativa do trabalho, surgem pessoas novas com frequência, provenientes de vários pontos do país e deslocando-se de propósito ao Porto para os encontros. Algumas dessas pessoas têm conhecimento do grupo através de terceiros (antigos participantes, outras entidades com as quais colaboraram, académicos), ou tendo conhecimento da existência do grupo através da internet e atraídas pela falta de espaços em Portugal que partilhem o legado *hacker* e que se foquem nas questões da liberdade de informação e da abertura dos sistemas. Em 2013, o grupo levou a cabo uma discussão metodológica onde uma das questões abordadas centrou-se na integração de pessoas novas, sendo estabelecida, sempre que faça sentido, uma ronda de apresentações no início de cada sessão para facilitar a comunicação e a integração, e estabelecendo também a criação de uma lista de tarefas *à priori* para que os novos participantes se possam enquadrar mais facilmente e maximizar as suas competências no trabalho que está a ser levado a cabo¹⁰⁵.

O foco fundamental do grupo é atualmente na questão dos dados abertos (*open data*), mas esse foco não partiu de um objetivo inicial, mas sim das questões que se levantaram ao longo do processo de construção de projetos. Logo em 2010 o grupo discutiu algumas questões em relação aos princípios que deveriam ser seguidos, discutindo as questões do alojamento dos *websites* do grupo, do apoio institucional (se era ou não necessário/desejável), das licenças/registo de conjuntos de dados, das parcerias e da plataforma. Nessa discussão ficou bem clara a centralidade dos conjuntos de dados, da abertura e da neutralidade¹⁰⁶. No ano seguinte, e em seguimento das discussões técnicas em relação a como organizar os projetos e apresentar a informação seguindo princípios coerentes, surgiu pela primeira vez nos registos oficiais dos encontros o conceito de dados abertos. A discussão deste conceito partiu também de uma questão contextual, uma vez que, estava a decorrer na altura uma iniciativa da União Europeia, *Open Data Challenge*, que tinha por objetivo dar a conhecer projetos europeus na área dos dados

¹⁰⁴ Tendo-se mantido desde o início um núcleo permanente de 2/3 pessoas, têm havido uma renovação cíclica (mais ou menos de 2 em 2 anos), maioritariamente devido à migração de membros do grupo.

¹⁰⁵ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2013/02/16-hackday-26-de-janeiro/>. Consultado a 05/04/2017.

abertos¹⁰⁷. Também em 2011, a ideia de neutralidade foi materializada na afirmação de que o grupo deveria ‘procurar não tomar posição, porque disponibilizar a informação é dar a possibilidade a qualquer pessoa de explorar e fazer as suas próprias reflexões e associações, e isso nada tem a ver com o interpretar ou forçar uma leitura’¹⁰⁸.

Por dados abertos entende-se dados que podem livremente ser usados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa. Os dados devem encontrar-se disponíveis e o acesso deve ser simples, preferencialmente de download gratuito através da *internet*, ou a um custo razoável, e o seu formato deve ser conveniente e permitir a alteração. Um dos membros do Transparência *Hackday*, usou como exemplo os orçamentos municipais para ilustrar como os formatos nos quais os ficheiros são disponibilizados condiciona a capacidade de análise da informação neles presentes. Em Portugal estes orçamentos, quando disponíveis, são maioritariamente codificados em ficheiros *pdf*, não modificáveis, o que impossibilita que a informação seja comparada facilmente. Para além disso, os dados devem também ser disponibilizados sob termos que permitam a sua subsequente utilização e redistribuição e não devem existir restrições que impossibilitem o acesso a determinados grupos, ou seja a participação deve ser universal. Só respeitando estes princípios é possível tornar os dados interoperacionais, característica fundamental para a colaboração e abertura¹⁰⁹.

Não existe um movimento pelos dados abertos homogéneo: os grupos e atores que os defendem têm um emaranhado de motivações: contribuintes com curiosidade de saber como os seus impostos são aplicados, empresas que veem uma oportunidade para reduzirem os custos e ativistas que acreditam que a corrupção pode acabar se a informação for livre, entre outros. A ideia que os dados abertos contribuíssem para um governo mais transparente e responsável é limitativa, uma vez que estes podem ser abertos, mas apresentados de forma a mascarar a realidade (Swaartz, 2015: 63-4). Para além disso a partilha de documentos de interesse público, apesar de benéfica, deixa de fora, por exemplo, documentos relativos a corporações e outro tipo de associações que cada vez mais estão no centro da ação política (Swaartz, 2015: 68-70). No entanto, apostando na vantagem da *internet* como espaço de reunião de pessoas com objetivos comuns, os dados abertos são fundamentais para que possa haver uma discussão pública e para que as

¹⁰⁶ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2010/10/hackday-sessao-5/>. Consultado a 04/04/2017.

¹⁰⁷ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2011/07/hackday-sessao-11/>. Consultado a 04/04/2017.

¹⁰⁸ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2011/05/transparencia-vai-a-vigo/>. Consultado a 05/04/2017.

¹⁰⁹ Fonte: <http://opendatahandbook.org/guide/en/what-is-open-data/>. Consultado a 27/01/2017.

peessoas se possam reunir para investigar a informação e pressionar a mudança política e social (Swaartz, 2015: 72-3).

O Transparência *Hackday* foi reconhecido em 2014, como representante português do *Open Knowledge International*, plataforma global, sem fins lucrativos, que motivada pelo potencial libertador da informação, coordena uma rede de ativistas/entusiastas que em vários países advogam a abertura dos dados, providenciando um conjunto de materiais de divulgação e de competências específicas¹¹⁰. Dois dos projetos de maior relevo no seio desta organização são a Escola de Dados¹¹¹, plataforma com uma forte componente educativa onde são disponibilizados vários materiais e tutoriais sobre ferramentas que permitem o tratamento de dados e as várias aplicações que estes possam ter; e o índice global de dados abertos¹¹², indicador anual de avaliação do estado dos dados abertos a nível mundial, por país. Este indicador avalia os conjuntos de dados à luz dos critérios que têm de cumprir para poderem ser considerados dados abertos e qualquer individuo pode colaborar na revisão¹¹³. Inserido nesta plataforma, o Transparência *Hackday* participa nos festivais, leva a cabo traduções de materiais de interesse para as questões dos dados abertos, organiza o *Open Data Day* Portugal, evento de comemoração do dia mundial dos dados abertos e faz revisão dos conjuntos de dados em Portugal para o índice global de dados abertos. A representação é apenas informal não se encontrando registados formalmente, o que pensam que faria sentido com um grupo maior, mas é vantajosa ao nível da credibilidade que os projetos ganham por poderem colocar neles o carimbo da entidade internacional mais reconhecida na área dos dados abertos.

Em relação às metodologias de trabalho e aos objetivos do grupo foram também sistematizadas, em 2012, um conjunto de metodologias a seguir de modo a maximizar a diversão e a produtividade dos encontros. As principais passaram pela não discussão de política nem o abuso da discussão em geral, sendo valorizada mais a prática do que a opinião; o uso, sempre que possível, das ferramentas técnicas já existentes em vez de criação do zero de novas para cada projeto; a adoção da máxima de Linus Torvald (um dos gurus do movimento *free software* e *open source*) ‘lançar cedo, lançar regularmente’; e o aproveitamento de todas as oportunidades para criar conjuntos de dados de inte-

¹¹⁰ Fonte: <https://okfn.org/about/>. Consultado a 27/01/2017.

¹¹¹ Fonte: <https://escoladedados.org/>. Consultado a 05/04/2017.

¹¹² Fonte: <https://index.okfn.org/>. Consultado a 05/04/2017.

¹¹³ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2016/03/open-data-day-portugal-2016/>. Consultado a 05/04/2017.

resse¹¹⁴. Posteriormente, em 2015, foi apresentada como proposta metodológica para organização do trabalho o ‘safari/expedição de dados’, método proposto pela Escola de Dados, que pressupõe a criação de um grupo composto por vários atores: o contador de histórias que pensa nas narrativas que os dados podem contar, o escuteiro que faz o reconhecimento dos dados existentes, o analista que faz a análise desses dados, o engenheiro que constrói as ferramentas técnicas necessárias à sua visualização e o designer que trabalha na comunicação da história¹¹⁵.

O projeto como código-fonte, a técnica como linguagem, a colaboração como domínio

Só muito esporadicamente é possível encontrar documentado nas reuniões apon-tamentos relacionados com uma discussão mais abrangente da identidade do grupo, das suas motivações e metodologias usadas. Nos encontros onde estive presente com exceção das apresentações (sucintas e padronizadas) do grupo perante outros (novos mem-bros, eventos onde estão presentes outras entidades), onde essas questões estão inerentes à forma como o grupo é apresentado, ao longo dos eventos propriamente ditos essas questões raramente surgiram. Quando questionado se alguma vez tinham considerado fazer um encontro mais teórico/filosófico para discussão/sistematização dos ter-mos/conceitos usados e das consequências sociais e políticas das práticas/comunidade digital, o Ricardo disse que não, que a necessidade nunca surgiu e que pessoalmente acha que esses tipos de discussões seriam infrutíferas e levariam a discussões acerca de questões abstratas que não têm interesse para o trabalho realizado no seio do grupo. Na sua opinião todas essas questões apenas devem ser discutidas se emergirem dos próprios projetos porque só assim se discute o que é verdadeiramente importante para o trabalho que está a ser realizado, tal como no conceptualizado acerca dos públicos recursivos, é a técnica que configura o grupo, a sua ideologia, identidade e objetivos, e apenas são abordadas questões mais abstratas se os projetos o exigirem.

Tendo em conta o observado, e fazendo uma analogia com três das componentes fundamentais na programação, no Transparência *Hackday* o projeto, a técnica e a cola-boração são o código-fonte, a linguagem de programação e o domínio de registo, são as componentes indispensáveis na configuração na qual o produto final se apresenta. Não existindo uma identidade formal de grupo, nem objetivos claramente definidos, é na

¹¹⁴ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2012/12/1-de-dezembro-1o-transparencia-hackday-em-lisboa/>. Consultado a 05/04/2017.

¹¹⁵ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2015/01/safari-dos-dados-abertos/>. Consultado a 05/04/2017.

interseção destas componentes práticas que o grupo é chamado à existência. Mas são componente frágeis, variáveis e flexíveis, aspeto vantajoso pela mais fácil adaptação à mudança e maior capacidade de resposta, mas negativo em relação à uniformidade do grupo, uma vez que muito facilmente se transforma em algo completamente diferente do que era. Observei este fenómeno no evento de maio onde, devido ao acumular do trabalho necessário à atualização e desenvolvimento dos projetos Demo.crática e Central de Dados, assim como aos contactos obtidos de pessoas com interesse em participar neles, foi levada a cabo uma discussão sobre formas de autonomizar esses dois projetos, incentivando a criação de comunidades (sem necessidade de presença física) à volta deles, que possam trabalhar colaborativamente neles sem necessidade de frequência dos *Date with Data*, o que é contrário à importância dada ao encontro físico sempre demonstrada até esse momento.

Tal como o código-fonte de um *website* é a componente fundamental na programação: é nele que estão descritas e compiladas as instruções que permitem executar um programa específico, e materializando-se alterações ao código em alterações ao programa; também nas práticas do quotidiano no seio do Transparência *Hackday*, o projeto é o código-fonte: a organização e desenvolvimento do trabalho colaborativo tem sempre por intuito a criação, desenvolvimento e materialização de projetos em áreas específicas que articulem tecnologia e cidadania, e é das instruções, configurações e ferramentas específicas destes, e não de uma discussão teórico/filosófica, que todas as questões de interesse, e por consequência a identidade do próprio grupo, são chamadas à existência. Para Kelty (2008a), os *geeks* não partem de questões ideológicas, chegam a elas pelas práticas técnicas: a programação, o *hacking*, e a resolução de problemas do *software* e dos projetos emergem como formas de ação política onde a liberdade de expressão e de associação se manifestam, ‘expressando e “implementando” ideias acerca da ordem social e moral da sociedade’ (ibid, 2008a: 7-8). Essas ideias, no seio do *Date with Data*, podem já estar presentes *à priori* a título individual nos participantes do grupo, mas para o coletivo apenas ganham destaque quando provenientes da prática e do fazer, das questões emergentes do encerramento ou materialização dos projetos. Mais do que isso, não só chegam à ideologia pela prática, mas é também sempre a prática que é a ideologia mais fundamental sendo por isso as discussões mais abstratas, político-filosóficas ou conceptuais, mesmo quando relacionadas e emergentes da formulação de projetos espe-

cíficos, abandonadas ou adiadas assim que percebem que delas não provirão resoluções produtivas no imediato¹¹⁶.

Para além disso mais do que procurarem ativamente as áreas nas quais desenvolverão projetos, deixam que as temáticas nas quais trabalham surjam de forma orgânica, seja de conversas aleatórias entre os membros (e. g. projeto invasão dos Hambúrgueres, site que documenta o surgimento e localização de hamburguerias na cidade do Porto¹¹⁷, surgiu de uma conversa informal numa das reuniões), ou da identificação de fragilidades/problemas específicos inseridos na questão dos dados abertos (e. g. a pouca acessibilidade a documentos de interesse público foi o que espoletou a criação do projeto Central de Dados, neste projeto compilaram e uniformizaram conjuntos de dados de interesse público, com informação de eventos, como datas de eleições e referendos, e outro tipo de informação (e. g. dados relativos à violência doméstica e à taxa de mortalidade¹¹⁸). Esporadicamente, os projetos surgem como consequência de ações de atores externos ao grupo, como por exemplo o surgimento do projeto dadosabertos.pt¹¹⁹, consequência direta do contato de um ativista pelos dados abertos, não participante no grupo, mas com o qual já tinham tido contato, e que tinha procedido, a título individual, ao registo do domínio por ter visto que estava livre, esse ativista ofereceu-lhes o acesso ao domínio caso pretendessem desenvolver algo nele.

Tive oportunidade de observar o desenvolvimento deste último projeto desde a ideia inicial, despoletado pelo uso gratuito do domínio até à colocação *online* do *website* dadosabertos.pt. No encontro de 21 de fevereiro tinha sido pré-estabelecido pelos moderadores do grupo o objetivo de desenvolver um *website* onde pudesse ser disponibilizada todo o tipo de informação sobre dados abertos, em português, e que cumprisse em simultâneo a função de ferramenta de divulgação deste tipo de dados e de espaço educativo e de esclarecimento de como abrir os dados e quais as entidades/organizações em Portugal que possuem repositórios que respeitam os critérios necessários para serem considerados de conjuntos de dados abertos. O objetivo era conseguir terminar um primeiro rascunho nesse encontro que pudesse ser lançado em versão *beta* no evento de comemoração do dia internacional dos dados abertos que decorreria no encontro seguinte (4 de março).

¹¹⁶ Este facto será exemplificado mais à frente com o observado no projeto dadosabertos.pt.

¹¹⁷ Fonte: https://transparenciahackday.github.io/invasao_dos_hamburgueres/. Consultado a 28/01/2017.

¹¹⁸ Fonte: <http://centraldedados.pt/>. Consultado a 28/01/2017.

¹¹⁹ *Website*: <http://dadosabertos.pt/>. Consultado a 04/05/2017.

O projeto iniciou-se com uma discussão sobre o tipo de públicos para o qual deveria ser direcionado, a estrutura que deveria ter e qual a informação que deveria estar presente. Decidiu-se que os públicos a considerar deveriam ser os leigos, os provenientes de meios académicos e similares e os curiosos que pretendem saber mais informação sobre o tema. A estrutura e informação a colocar foi organizada tendo em mente a necessidade de ter uma seção para perguntas e respostas, um glossário e uma página inicial com as definições mais importantes, uma área com informação sobre o estado dos dados abertos em Portugal¹²⁰, uma outra seção com os recursos disponíveis em português onde colocariam traduções e outros materiais de interesse e por último uma área com contatos de interesse. Estas duas últimas seções foram as únicas que acabaram por não constar na primeira configuração do *website*.

O trabalho de construção deste projeto foi realizado em grupos de duas pessoas, cada um responsável por uma das questões de conteúdo a desenvolver, procedendo à procura, tradução e tratamento de informação e subsequente edição de texto. Para além destas questões foi também criado um grupo para ponderar as questões mais técnicas (por exemplo, configurações para a colocação *online* do *website*, e possibilidade de criação de um *datobot*¹²¹, ferramenta que permitiria a exploração de conjuntos de dados para ver se estes cumprem ou não os requisitos para ser considerados de dados abertos). Eu trabalhei em conjunto com a Ana na recolha, tratamento e edição da informação a constar no glossário e na definição formal de dados abertos, tarefas que não exigiam competências técnicas, e posteriormente na conversão do texto em formato *Markdown* (que desconhecia até aí, mas tendo tido a ajuda da Ana para aprender a usá-lo) para colocação no *website*. No final do dia, apesar de já haver conteúdo suficiente para uma primeira versão, havia ainda algumas tarefas por fazer para que este pudesse ser lançado no mês seguinte pelo que se decidiu realizar, posteriormente, um encontro no IRC, para acertar os pontos em falta e assegurar que teriam algo para lançar no dia internacional dos dados abertos. Nesse encontro, que decorreu dia 21 de fevereiro, discutiu-se o design, terminaram-se as edições de texto, centralizou-se a informação no *GitHub*, discutiu-se a escrita de um *press release* para o lançamento e discutiram-se também algumas questões práticas referentes à organização do dia internacional dos dados abertos. Nesse

¹²⁰ Ideia inicial era que nesta seção estivesse presente informação que incentivasse a participação de quem consulta o *website*, mencionando os grupos existentes que trabalham dados abertos, os eventos relacionados com o tema e os conjuntos de dados abertos existentes. Numa primeira fase do *website* acabaram por decidir colocar apenas as entidades que possuem repositórios de dados abertos em Portugal, ficando o restante para ser desenvolvido posteriormente.

¹²¹ *Bot* é um programa de faz pesquisas de rotina mediante as configurações que lhe são atribuídas.

dia, e perante a presença de várias entidades externas que participaram no evento, foi lançada oficialmente a primeira versão do *website*.

Durante o desenvolvimento deste projeto foi também possível observar como as discussões abstratas são remetidas para segundo plano. Aquando da discussão prática sobre que plataformas governamentais em Portugal podiam ser claramente consideradas como plataformas de dados abertos e que mereciam menção no *website* emergiu uma discussão em relação ao enquadramento legal do conceito de dados abertos onde claramente havia visões diferentes entre quem a enquadrava em noções mais abrangentes de direito público (participante com *background* em direito) e entre quem enquadrava em relação à questão de direitos de autor/licenças (participantes com *background* técnico). Como solução de compromisso rapidamente ficou decidido que, num momento inicial do *website*, deveriam ser mencionadas apenas aquelas que, independentemente da posição dos participantes na discussão anterior, eram consensuais, cujos conjuntos de dados não causavam qualquer dúvida acerca da abertura, sendo as restantes plataformas e a discussão em si deixada para posteriormente pois iria fazer perder tempo necessário para o desenvolvimento do projeto.

Pela exploração do arquivo de projetos desenvolvidos no seio do *Date with Data* é possível observar a sua abrangência temática e estrutural. Os projetos podem ser de alcance nacional (e. g. Demo.crática e Central de Dados¹²²) ou de intervenção na cidade do Porto (e. g. projetos Mila e Geodevolutas, mapas da cidade, o primeiro com os obstáculos para pessoas com dificuldade motora, o segundo dos edifícios devolutos na cidade¹²³). Podem ser projetos fechados, com finalização (e.g. O Preço Certo em Votos, projeto em que tendo por base a informação dos orçamentos das campanhas eleitorais fizeram uma estimativa do custo médio de eleger um deputado¹²⁴) ou em aberto (o projeto Demo.crática encontra-se em permanente versão *beta* pois devido às características particulares irá necessitar sempre de subseqüentes atualizações). Outro ponto de interesse, e importante na discussão teórica se grupos como o Transparência *Hackday* podem ser analisados sobre a luz dos conceitos mais tradicionais de comunidade e movimento social, é o facto de haver um reconhecimento informal de que os projetos, mais do que pertencerem ao grupo como um todo, pertencem às pessoas que participaram colabora-

¹²² Projeto Central de Dados, <http://centraldedados.pt/> e Demo.crática, <http://demo.cratica.org/>. Consultados a 08/04/2017.

¹²³ Fonte: <https://mila.crowdmap.com/> e <http://geodevolutas.org/>. Consultados a 28/01/2017.

¹²⁴ Fonte: <https://charlieit.github.io/preco-certo-em-votos/>. Consultado a 28/01/2017.

tivamente na sua construção, e que, devido à volatilidade da participação podem variar consideravelmente, estando por isso os seus nomes presentes nos créditos dos projetos e servindo as cúpulas identitárias do *Transparência Hackday*, do *Date with Data*, e do *Open Knowledge International*, mais como rótulos de legitimação e uniformização do trabalho feito do que propriamente como logótipos de uma marca unitária.

Um dos projetos de âmbito mais geral interessante de explorar é o da Central de Dados¹²⁵. Este projeto teve início em 2014, emergindo do facto de possuírem na altura vários conjuntos de dados sob os quais já tinham trabalhado, mas que não estavam facilmente acessíveis devido à dispersão de locais e de formatos em que se encontravam. Pretendiam por isso criar uma plataforma central simples, com uma página inicial clara nos objetivos do *website* e do modo de funcionamento, bem documentado e demarcado do existente na área de pesquisa de dados, permitindo uma defesa da publicação de conjuntos de dados e do uso destes em cenários concretos, e não apenas da manutenção dos dados existentes¹²⁶.

A Central de Dados, como o nome indica, é um repositório de conjuntos de dados abertos, de interesse público, publicados em formatos padrão e prontos a serem usados¹²⁷. Neste *website* estão disponíveis nove conjuntos de dados, são eles: as datas de eleições e referendos, as eleições legislativas, as eleições europeias, os governos e legislaturas, as datas das sessões plenárias do Parlamento, os dados dos óbitos em Portugal, da violência doméstica, dos nomes próprios e informação sobre os códigos postais. O trabalho do *Transparência Hackday* passou pela uniformização da informação, que apesar do interesse público e apesar da existência de plataformas como o *dados.gov*¹²⁸, repositório de conjuntos de dados disponibilizados pela Agência para a Modernização Administrativa, entidade criada no seio da administração pública central portuguesa, permanecia descentralizada em várias plataformas e publicada por várias entidades diferentes (por exemplo, Conselho Nacional de Eleições, Parlamento e Ministério da Saúde). Para além da centralização destes dados que facilita a sua acessibilidade, estes surgem disponibilizados em formatos abertos (CSV e JSON), que permitem a sua reutilização e manipulação sem restrições. Também o código do *website* se encontra disponível em licença de *software* aberta, podendo qualquer pessoa a ele aceder, propor alterações

¹²⁵ *Website*: <http://centralsdedados.pt/>. Consultado a 11/04/2017.

¹²⁶ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=datasetting>. Consultado a 10/04/2017.

¹²⁷ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=2014-11>. Consultado a 06/04/2017.

¹²⁸ *Website*: <http://www.dados.gov.pt/inicio/inicio.aspx#sthash.ztSrziIt.OBaeLZxy.dpbs>. Consultado a 11/04/2017.

ou usá-lo através de um *pull request* no *GitHub*¹²⁹. No dia internacional dos dados abertos foi partilhado com os participantes que tinham sido contactados por um grupo suíço interessado em usar o *software Datacentral*, *software* que criaram para permitir a fácil publicação de conjuntos de dados, uma espécie de ‘CKAN¹³⁰ dos pobres’¹³¹.

Se o projeto é o código-fonte no *Transparência Hackday*, a linguagem através da qual esse código é materializado é a linguagem da técnica. As ferramentas técnicas usadas nos encontros¹³², caracterizam-se pelo uso aberto, simples e pelo fácil acesso. Desde um momento inicial que se apostou sempre na escolha de ferramentas já existentes para diminuição dos esforços¹³³, como consequência a escolha recaiu maioritariamente em ferramentas de licença aberta que permitem a reutilização e modificação. Apostam também no uso da técnica como facilitador do acesso à informação que necessitam para a construção dos projetos, nomeadamente usando *scripts* que, de forma automática, executam tarefas especiais, como a compilação de informação presente em determinado local. Desta forma conseguem ultrapassar a lentidão burocrática associada à obtenção dos dados pelas vias existentes.

Na organização do trabalho também as ferramentas usadas primam pela abertura: o *software wiki*, que revolucionou a forma como o conhecimento é produzido por permitir o registo de todas as alterações que determinado documento sofreu, sendo assim possível analisar como, quando e quem produziu o conhecimento, reconfigurando fundamentalmente as questões práticas da organização de projetos de larga escala (Swaartz, 2015:28-9). Na *wiki* do *Transparência Hackday* é arquivada toda a informação de interesse (notas, anúncios e resumos dos eventos, pessoas, projetos, tarefas, recursos, traduções e *pads*¹³⁴) para maior transparência e com um intuito documental de permitir o mais fácil rastreamento do grupo e dos eventos, onde toda a informação, mesmo aquela (ferramentas, ideias, etc.) que tendo sido descartada ou não utilizada no momento

¹²⁹ Website: <https://github.com/centraldedados/centraldedados.pt>. Consultado a 11/04/2017.

¹³⁰ CKAN, *Comprehensive Knowledge Archive Network*, é um *software* aberto e de instalação gratuita de armazenamento e gestão de conjuntos de dados abertos, cujo código foi desenvolvido pelo *Open Knowledge International*. Apesar da sua instalação ser gratuita, a complexa manutenção necessária torna difícil a sua utilização por grupos de menor dimensão. Fonte: <https://ckan.org/>. Consultado a 11/04/2017.

¹³¹ Fonte: <https://github.com/centraldedados/datacentral>. Consultado a 11/04/2017.

¹³² Algumas dessas ferramentas são as *wikis*, os *pads*, o *GitHub*, o *Markdown*, o *Open Street Map*, os arquivos *CSV* (*Comma-separated values*), o formato *JSON* (*JavaScript Object Notation*) e as linguagens de programação *Script* e *Python*.

¹³³ Fonte: Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2012/12/1-de-dezembro-1o-transparencia-hackday-em-lisboa/>. Consultado a 05/04/2017.

¹³⁴ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php?id=hackdays>. Consultado a 22/04/2017.

específico em que surgiu, fica armazenada para possível reutilização futura, sem replicação de esforços¹³⁵.

Outras ferramentas colaborativas usadas nos encontros são os *pads*¹³⁶, sempre recorrendo àqueles disponibilizados sob licenças de *software* aberto, ferramentas de produção, edição e visualização de texto de forma colaborativa. Usando estas ferramentas é possível criar blocos de notas em rede, aos quais se adicionam os participantes pretendidos e onde todos eles podem escrever, fazer alterações e partilhar. A cada pessoa é atribuída uma cor de realce aparecendo as contribuições individuais a cores diferentes. Recorrendo a este tipo de documentos a organização do trabalho é facilitada pela existência de um espaço central de distribuição de tarefas, de atualização da progressão do trabalho, e documentação dos excedentes (mas também de partilha de piadas e de escolha do almoço, por exemplo). Para além das vantagens práticas no decorrer dos eventos em específico, os documentos produzidos nos *pads* são também uma espécie de ata informal escrita em conjunto uma vez que estas são convertidas e partilhadas na *wiki* do grupo.

A tecnologia é por vezes apresentada como terra incógnita para os cientistas sociais, pois estes permanecem frequentemente enraizados no mito ultrapassado das duas culturas: os que trabalham com máquinas e os que trabalham com pessoas (Law (ed.), 1991: 32), mas estes não são duas forças separadas, mas sim dois momentos articulados no processo de ação individual e coletiva (Law (ed.), 1991: 129). A prática, a técnica e os objetos tecnológicos definem e distribuem, de forma mais ou menos explícita, funções para os atores humanos e não humanos (Law (ed.), 1991: 137). O digital surge como processo intensificador, complexo e incerto, cujos efeitos são imprevisíveis (Savage et al., 2010: 3), mas que se encontra entrelaçado nos processos sociais. Por esse motivo é fundamental que compreendamos a componente relacional dos dispositivos e ferramentas digitais (Savage et al., 2010: 4), dando atenção à performatização, produtividade e materialidade dos métodos digitais no rastreio e conhecimento das pessoas e das coisas e na emergência de novas relações e conceções da própria vida (Savage et al., 2010: 6). As ferramentas técnicas usadas no seio destes grupos não podem ser consideradas meras coisas, objetos neutros, pois são em si ferramentas através das quais a identidade do grupo é construída, os seus objetivos e métodos desenvolvidos e as suas práticas con-

¹³⁵ O Transparência *Hackday* usa a *DokuWiki*, *software* aberto, de uso simples e fácil manutenção e integração. Fonte: <https://www.dokuwiki.org/dokuwiki#>. Consultado a 22/04/2017.

figuradas: no Transparência *Hackday* as configurações específicas do tipo de ferramentas usadas – licenças abertas, facilidade de uso, que permitam a edição de várias pessoas – materializam-se também nas configurações específicas pelas quais o grupo se materializa – dados abertos, partilha de informação, colaboração.

Os estudos sociais da ciência e da tecnologia e a teoria do ator-rede apontam para a tecnologia como algo que pode congelar o social e invisibilizar as inscrições, o conhecimento, as alianças e ações, tornando-as indispensáveis, mas sendo o seu papel de difícil compreensão na rede que articula o social e a técnica. A tecnologia é apresentada como presença poderosa nos processos de estabelecimento de sistemas morais específicos, tendo uma posição central nas práticas e ações que constituem a ordem social (Law (ed.), 1991: 32). A teoria do ator-rede apela também ao abandono do “social” como domínio autoexplicativo da realidade, e, apelando a uma “sociologia das associações” centrada no detetar de novas relações entre elementos heterogêneos e seguindo os atores (humanos e não-humanos) e as suas práticas para compreender como são formados os coletivos/grupos sociais (Latour, 2005: 1-17).

Um dos princípios fundamentais da teoria discute a agência dos objetos/atores não humanos (Latour, 2005: 63), como o são as ferramentas usadas no Transparência *Hackday*. Latour (2005), aponta, como razão principal para os objetos terem ficado anteriormente afastados na produção de conhecimento, o carácter limitativo da definição de atores e agência, que pressuponha a necessidade de intencionalidade e significado, logo os atores não humanos 'existiam apenas no domínio das relações “causais” “materiais”, mas não no domínio “reflexivo” “simbólico” das relações sociais' (Latour, 2005, 71). O reconhecimento da volatilidade dos laços sociais e do poder agregador de uma estrutura social abre portas para que seja dada atenção ao papel dos objetos (Latour, 2005, 70), estes não são meras coisas passivas, mas têm potencial para “autorizar, consentir, custear, encorajar, permitir, sugerir, influenciar, bloquear, tornar possível, proibir, e por aí fora” a ação humana. As relações com atores não humanos devem ser consideradas sempre que o seu poder associativo contribua para o agrupamento ou reagrupamento do coletivo (Latour, 2005, 75).

Outro argumento de interesse é o de Lave e Wenger (2008) de que a tecnologia como artefacto, quando usada em contextos de prática cultural, carrega consigo o património da comunidade, sendo o seu uso fundamental não só como ferramenta material,

¹³⁶ Nomeadamente da rede *Pirate Pad* (website: <http://piratepad.net/front-page/>), *Etherpad* (website:

mas também como veículo de identificação com a história e passado desta. O artefacto tem potencial para ser um ‘campo de transparência’, pois nele se encontra codificado um conjunto de práticas potencialmente reveladoras de características culturais e sociais mais abrangentes da comunidade. A tecnologia funciona por isso como mediadora, como artefacto que, tal como uma janela, é em simultâneo invisível, permitindo atribuir visibilidade ao que está para além dela, e visível, sendo reconhecida como algo saliente no contexto em que se encontra, não podendo por isso ser ignorada na análise (ibid, 2008: 101-2).

As ferramentas tecnológicas e metodologias usadas, as estratégias de documentação e a importância da abertura essencial presente no *Transparência Hackday* materializa também a herança do movimento (e da ética) *hacker*, do movimento *free software* e *open source*, e da cultura *maker* e *DIY*¹³⁷. Princípios fundamentais destes são o saber fazer, a partilha do código fonte, a conceitualização de sistemas abertos, a coordenação de projetos colaborativos (Kelty, 2008a: 254), assim como os conceitos fundamentais de disponibilidade e adaptabilidade. Defendem um acesso total, sem condicionantes de nenhum tipo que previnam a reconfiguração do conhecimento. Por esse motivo a questão da finalidade ganha também destaque (Kelty, 2008a: 10-1): se o processo técnico se mantiver permanentemente aberto, as alterações a este tornarão a tecnologia em causa cada vez melhor, tornando-se mais difícil e redundante a sua alteração (Kelty, 2008a: 60). É uma finalidade raramente atingida, mas à qual se chega de forma orgânica sendo a qualidade do produto final que o encerra.

Ao longo deste capítulo argumentei que no *Transparência Hackday* o projeto é o código-fonte, e a técnica é a linguagem que o permite programar. Continuando essa analogia o domínio *web*, onde se materializa o produto final é o que emerge da prática colaborativa e educativa. Os projetos são desenvolvidos colaborativamente, abertos às ideias e sugestões de todos, cada um contribuindo mediante as suas competências ou interesse, e sempre usando ferramentas que facilitem e incentivem essa colaboração. Para além disso, nos encontros e na socialização entre participantes a componente educativa e de partilha de conhecimento está também sempre presente: no processo de colaboração os contributos pessoais não têm como foco único a contribuição nos projetos, mas também a contribuição no conhecimento do outro. A título pessoal aprendi a usar

<http://etherpad.org/>) e *FramaSoft* (website: <https://framasoftware.org/>). Consultados a 19/06/2017.

¹³⁷ *Do It Yourself*. Cultura de meter as mãos na massa e fazer as coisas por sim mesmo.

ferramentas que desconhecia até ao momento (por exemplo os *pads*, a linguagem de conversão *Markdown*, o serviço de alojamento *web GitHub*, e o *software wiki*). Ao longo dos encontros observei um intuito direto de assegurar que todos os participantes percebem o que está a ser discutido e, apesar de, ao longo da construção de projetos e devido à necessidade de rápido desenvolvimento dos mesmos, mas também devido aos interesses dos participantes e à maximização das suas competências, por norma se organizarem as tarefas mais técnicas tendo em conta as competências que cada um já possui, sempre que surge alguma dúvida em relação à melhor forma de realização de algo ou que alguém menciona o desconhecimento de determinada ferramenta, a tendência não é a de alocar essas tarefas a pessoas que as sabem desempenhar, mas sim ensinar o seu uso àqueles que com elas se depararam.

Apesar de o *Transparência Hackday* e outros grupos similares primarem pela ideia de desprofissionalização, esbatendo-se as barreiras entre o especialista e o amador, todos podendo participar abertamente, e apesar do conceito de comunidade não ser o mais correto para este tipo de grupos, como argumentado no primeiro capítulo, a noção de comunidade de prática como conceptualizada por Lave e Wenger (2008), espaço que emerge, não com fronteiras rígidas de identificação social e copresença, mas como espaço de participação onde os membros partilham e discutem o significado das suas práticas (ibid, 2008: 98), é também pertinente. Lave e Wenger (2008) conceptualizam o conceito de comunidade de prática como emergente em contextos de aprendizagem de uma profissão. Nestes espaços, a relação entre mestre e aprendiz não é estática nem necessariamente hierárquica, o papel do mestre altera-se consideravelmente ao longo do tempo e do espaço, e a função a ele atribuída não está apenas nele localizada, mas encontra-se difusa na organização da comunidade. O papel do mestre é o de conferir legitimidade à aprendizagem mais do que a aprendizagem em si, processo no qual as relações horizontais entre aprendizes desempenham um papel igualmente ou mais importante. O acesso à comunidade de prática e a participação ativa nesta encontra-se dependente das características particulares que a localizam socialmente e a aprendizagem tem, neste contexto, uma forte componente de improvisação, de socialização orgânica proveniente dos momentos em que os aprendizes têm oportunidade de participar na comunidade. De uma localização periférica inicial onde observam as práticas (e. g. quem constitui a comunidade, como se relacionam entre eles e com o exterior), tornam-se participantes, interiorizando-as (ibid: 91-5).

A componente educativa tem neste contexto um forte aspeto informal, parte de uma vontade de aprender com os outros e de partilha de informação sobre os interesses em comum, e emerge da técnica e da prática, todos podendo ser em simultâneo mestres e aprendizes. Está também fortemente enraizada na ideia proveniente da comunidade *hacker* de que a internet é um espaço mais estimulante do que as instituições formais de educação e interação (Greenwalt, 2014: 41), permitindo uma maior liberdade criativa e novas formas de conexão com os outros (Stryker, 2011: 14). Apesar disso, os moderadores do Transparência *Hackday* apontam que do ponto de vista formal a componente educativa é um grande desafio – dificuldade de explicar o uso de ferramentas técnicas devido ao pouco tempo dos encontros e ao foco na prática e esforço grande de documentação acerca das ferramentas, projetos e temas que é difícil de gerir – e não se encontra presente como objetivo claro, tendo apresentado apenas o dadosabertos.pt como projeto de educação, tanto para quem participa no *Date with Data* como para o público mais abrangente.

Os encontros e a estrutura participativa

Ao longo dos encontros nos quais participei foi possível observar sempre a mesma estrutura de organização: primeiro, reorganiza-se o espaço físico (mesas, cadeiras, extensões elétricas) formando um quadrado/retângulo com as mesas para que todos os participantes possam estar em contato direto; em seguida e, apenas quando há pessoas que estejam a participar pela primeira vez, é pedido a cada um para fazer uma pequena apresentação para que todos se fiquem a conhecer; quando todos os participantes se conhecem, passa-se imediatamente à ação – todos preparam os seus computadores, o endereço do *pad* onde o trabalho será desenvolvido colaborativamente é passado entre os participantes e um dos moderadores do evento, no caso de ter sido estabelecido antecipadamente o que irá ser feito ou quando existe trabalho iniciado anteriormente e ao qual se vai dar continuidade, faz uma pequena introdução dos pontos na agenda para o dia, nos restantes casos é apresentada a ideia ou tema geral que a desenvolver no evento.

A hospitalidade e a transparência atribuem ao espaço físico uma *ambience* que materializa as práticas de quem os frequenta (Estalella, 2015: 6-8): o próprio local de encontro, o Pavilhão-Jardim do UPTEC, parece ter sido escolhido de propósito (não foi) como símbolo de abertura e transparência pois é um paralelepípedo onde dois dos lados são de vidro e estando localizado no meio de um jardim, sendo visível a todos os que estejam de fora o que se está a fazer no interior. O ambiente é informal, todos são incen-

tivados a darem os seus contributos e não existem diferenças de tratamento (que não as normais pela maior ou menor familiaridade por participarem há mais ou menos tempo).

Por vezes o trabalho é desenvolvido em grupos (2/3 pessoas), apontando cada pessoa o que pretende trabalhar ou quais as competências que pode acrescentar ao desenvolvimento de determinado projeto, sendo criados grupos com *pads* externos, cada um trabalhando numa parte específica do todo final. Na maioria das vezes, cada participante trabalha individualmente, sempre tendo o *pad* como base onde, para além dos tópicos e da divisão de tarefas, se vão documentando todos os avanços ao longo do encontro, onde se colocam todas as propostas/ideias para determinado projeto, onde se apontam todos os excedentes que poderão ser de interesse no futuro e todas as configurações e ferramentas técnicas necessárias. Mais do que uma ferramenta colaborativa de organização do trabalho, o *pad* é também usado como método digital de documentação de tudo o que se passa no encontros, espaço onde se inscreve uma espécie de ata formal coletiva que permite uma maior transparência do grupo, uma vez que todos *pads* são convertidos em formato texto e disponibilizados na *wiki* do Transparência Hackday¹³⁸, sendo possível a qualquer pessoa ir confirmar o que se passou, que tema foi tratado e, em alguns casos, até quem esteve presente em determinado encontro.

No *Date with Data* os almoços e as pausas são momentos onde a socialização entre os membros é performatizada e as diferenças/semelhanças entre os participantes ganham visibilidade, momentos de confraternização onde a discussão permanece nos interesses que os unem como grupo, mas onde cada um menciona as características do seu percurso profissional/académico, enquadrando esse nas motivações/objetivos gerais do grupo, e onde cada um partilha opiniões/pontos de vista particulares sobre determinado aspeto. Mesmo nestes momentos, raramente observei conversas que não estivessem diretas ou indiretamente, relacionadas com o digital, com a internet, com os dados abertos, com ferramentas técnicas, com outros grupos/eventos relacionados com as mesmas temáticas, ou com notícias atuais sobre as áreas anteriormente mencionadas.

Todo o evento tem uma componente presencial que teoricamente não se encontra explorada de forma muito extensiva pelos autores que realizaram investigação sobre estes temas (Coleman, 2013 e Kelty, 2005, 2008a e 2008b). Ao longo do evento, a própria socialização e partilha de informação pessoal entre os participantes parece emergir

¹³⁸ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php>. Consultado a 10/04/2017.

diretamente da técnica e da prática no sentido em que apenas parece acontecer como enquadramento de algum aspeto particular do que está a ser feito (por exemplo, se for necessário um enquadramento individual do conhecimento de determinada ferramenta, ou do uso anterior em determinado contexto). Consequência disso, é possível afirmar que tanto nos momentos de pausa como no restante evento a própria socialização emerge da técnica, no entanto, nos primeiros, o que se observa é a socialização pela socialização, como objetivo final, enquanto que nos segundos é a socialização pela atribuição de sentido ou legitimação de práticas específicas, pois o foco direto é no trabalho a realizar, nas tarefas a cumprir e na prática. Por este motivo, as características das conferências *hacker* apresentados por Coleman (2013) como espaços físicos fundamentais na construção social/identitária do grupo, articulando a diferença e a igualdade, e ritualizando a pertença pela linguagem técnica partilhada (Coleman, 2013: 55), apesar de fazerem sentido tendo em conta as configurações do *Date with Data* e apesar da componente física do encontro, parecem estar mais presentes especificamente nas pausas do que ao longo de todo ele.

Após a pausa para almoço é sempre feito um ponto da situação do trabalho já realizado, reorganizando-se o que é necessário, redistribuindo-se tarefas e focando o trabalho no objetivo estabelecido para aquele encontro específico. Numa das atas de reunião em 2013 (26 de janeiro), onde foram debatidas metodologias para a organização do trabalho, é possível encontrar o estabelecimento semiformal dos pontos de situação como momentos fundamentais para ser mantido um ritmo produtivo, sem redobramento/inutilidade de esforços¹³⁹. O trabalho desenvolvido em grupo ao longo do dia tem sempre em mente o objetivo de chegar ao final com algo palpável concluído naquele encontro (sejam revisões do índice global dos dados abertos ou traduções de interesse sobre dados abertos, ter uma estrutura de *website*/projeto pronta para ser colocada *online* ou ter uma nova ferramenta/visualização pronta). Um encontro positivo é sempre aquele que termina com algo material alcançado.

Não existem no seio do Transparência *Hackday* posições fixas nem uma hierarquia formal estabelecida, mas isso não significa nem que não existe nenhuma estrutura nem que todos os membros se encontrem exatamente ao mesmo nível. A organização é

¹³⁹ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2013/02/16-hackday-26-de-janeiro/>. Consultado a 05/04/2017.

bastante flexível e *ad hoc*¹⁴⁰, o que permite que consigam dar resposta muito rapidamente, pouco discutida internamente e cada vez mais minimalista. É reconhecido por um dos moderadores que, na prática, existem relações desiguais de poder e locais fechados à participação de todos, consequência das necessidades organizacionais, que levam a que a tomada de decisão esteja centralizada num grupo de pessoas. É possível identificar a existência de uma estrutura organizativa onde um núcleo central de membros (dois/três) têm um papel mais premente na preparação dos eventos e na escolha das temáticas/projetos desenvolvidos. Este grupo desempenha função de moderadores, preparando as *newsletters* e os documentos de trabalho, gerindo a distribuição de tarefas nas reuniões, dando resposta aos contatos externos, entre outros. Em relação às questões técnicas também se encontra centralizada (se bem que não exatamente no mesmo grupo de pessoas) a manutenção das infraestruturas, e o acesso a determinados locais, por exemplo, *websites* ou outras ferramentas técnicas específicas para as quais só um par de pessoas possuem os dados de acesso e/ou função como administradores. Apesar dessa centralização é importante mencionar o uso do GitHub¹⁴¹, plataforma que permite que qualquer pessoa possa contribuir, através de *pull-requests*, tanto na edição de texto/alteração de informação disponibilizada no *website*, como ao código do mesmo. Por uma questão de pragmatismo, alguns projetos também estão alojados em plataformas pessoais dos participantes.

Por terem consciência das questões relacionadas com a participação e por a sua identidade assentar tanto na importância dos esforços colaborativos tentam sempre que, dentro do possível, exista o menor número de restrições possíveis à participação igualitária de todos. Esse aspeto está especialmente presente numa tentativa objetiva do grupo de ter uma identidade própria afastada dos característicos *hackathons* e outros eventos similares cuja configuração (longas horas, sem interrupção, de *hacking* sem saírem de frente do computador) e tipo de comunicação agressivo afasta à partida alguns públicos: por exemplo, mulheres sentem-se excluídas pela forma como os *hackathons* são apresentados, criando uma discrepância de género, e pessoas com família à sua responsabilidade são impossibilitadas de participar pelos horários praticados, criando uma discre-

¹⁴⁰ Por exemplo, na organização dos últimos três eventos do dia internacional dos dados abertos a Marta Pinto participou mais ativamente em parte porque uma questão de falta de disponibilidade do restante grupo central, mas principalmente por uma vontade pessoal de ter um contributo mais ativo no grupo. A organização interna (encontrando-se por norma centralizada em 2/3) pessoas esta sujeita à volatilidade de disponibilidades, vontades e outras situações circunstanciais.

¹⁴¹ Fonte: <https://github.com/transparenciahackday>. Consultado a 10/04/2017

pância geracional. Por esse motivo os *Date with Data* e os eventos do dia mundial dos dados abertos mantém sempre um horário das 10:00 às 17:00 e substituindo ‘a pizza e o *Redbull* pelo chá e biscoitos’¹⁴², ou seja, trabalhando ativamente na criação de um espaço que possa ser acolhedor e de fácil acesso para todos. Neste sentido é de interesse mencionar que durante o evento de comemoração do dia internacional dos dados abertos todas as entidades externas que estiveram representadas mencionaram em algum momento ao longo do dia a surpresa pela paridade de género no encontro (percentagem de homens e mulheres bastante próxima).

O grupo possui um núcleo duro de cerca de 5/6 pessoas que está presente na maioria dos encontros, e mais umas quantas que aparecem com menos frequência. Apesar de ser no núcleo central de participantes que se encontra a razão para a continuidade do grupo, os novos participantes trazem também uma nova perspetiva, do exterior, que tem potencial no levantamento de questões. Até 2012, participavam mais ou menos dez pessoas, em 2012 e 2013 tiveram uma fase com menos participação (na maioria dos encontros estiveram apenas presentes a Ana e o Ricardo), e partir de 2013 mantiveram um número mais ou menos estável de oito pessoas. Em quase todos os encontros em que estive presente, observei um volume de participantes superior a esse. Na sessão da tarde do encontro de comemoração do dia internacional dos dados abertos estiveram presentes mais de trinta pessoas, provenientes de vários sítios diferentes, grande parte sem se conhecer anteriormente, e tendo naturalmente se desenvolvido momentos de *networking* nas pausas.

A ideia da internet como espaço meramente virtual, de interações anónimas e desterritorializadas, completamente diferentes das práticas noutros meios e sem relação com estes é um mito. Enquanto grupos como os *Anonymous* valorizam exclusivamente o anonimato e as interações *online*, e movimentos como o de *free software* e *open source* em que as contribuições efetuadas não necessitam de uma presença física (apesar desta não ser excluída), o *Transparência Hackday*, partindo do *online* e do potencial da internet, coloca-se como grupo onde é o encontro físico entre os membros que é valorizado acima do restante. Este argumento provém do observado tanto no arquivo digital como aspeto central na evolução do grupo e nas configurações que tomou, como nos encontros onde constantemente é reforçada a ideia que o *Date with Data* funciona e é produtivo porque a sua componente física permite um foco no trabalho que está a ser

¹⁴² Ricardo, dia internacional dos dados abertos, 4 de março 2017. Anexo 3. Mesa de receção ao evento.

desenvolvido, mas também breves momentos de descontração e socialização cara-a-cara, que *online* não seriam possíveis, perdendo-se o foco nas intermináveis discussões abstratas e contraproducentes (que me foram possíveis observar no IRC do grupo) e perdendo a possibilidade de estabelecimento de relações sociais mais significativas entre os participantes. Por esse motivo é um grupo de extremo interesse na análise da tecnologia como mediadora de práticas que, apesar de ganharem características e uma imagética própria pelo meio onde se desenvolvem, não são exclusivas desse meio nem completamente novas na essência, mas sim uma adaptação sociológica da forma de organização da ação coletiva e individual ao contexto híper tecnológico atual.

Tendo os projetos como código-fonte e o fazer como base o Transparência *Hackday* constrói-se a si mesmo, autorrepresenta-se, e tem a internet como lar, espaço simultaneamente simbólico e material. Emerge como público recursivo, mas possuindo uma diferença significativa em relação aos públicos analisados por Kelty, uma vez que é nos encontros presenciais que tudo acontece. Apesar de terem um canal de IRC e uma *mailinglist* ativa, onde discutem algumas questões, existe um objetivo claro, proveniente especialmente dos moderadores do grupo e daqueles que participam há mais tempo, de manter os *Date with Data* como espaço privilegiado para a discussão, desenvolvimento e execução dos projetos e de tomada de decisões em relação ao grupo. Esta ideia é tão importante no seio do grupo que foi das primeiras que me foi transmitida no primeiro contacto com eles, uma vez que, sempre que existe alguém que está a participar nos eventos pela primeira vez e é feita uma pequena introdução do grupo¹⁴³, esse facto é apresentado como marca identitária do grupo. Também ao longo do decorrer natural dos encontros e nas entrevistas essa questão emergiu com frequência.

Ao longo do trabalho de campo foi-me possível observar uma reunião no IRC¹⁴⁴, acordada por necessidade para finalizar os preparativos necessários à comemoração do dia internacional dos dados abertos, procedendo-se nesta reunião à discussão de questões práticas do evento em particular – quem traz o quê, programação, outras ideias – e a uma distribuição de tarefas a terminar para o *website* dadosabertos.pt, projeto que pretendiam ter pronto para lançamento no evento – produção e edição de texto, divulgação e construção técnica do *website*. O IRC é usado especialmente em situações como esta

¹⁴³ Nos eventos observados sempre feita pelo Ricardo.

¹⁴⁴ O Transparência *Hackday* usa o canal #opendata-pt na rede *Freenode*.

onde existem questões práticas específicas estabelecidas e funciona como canal alternativo de comunicação quando a presença física não é possível.

Devido às características destes canais de comunicação torna-se por vezes difícil seguir a conversa (estavam presentes cerca de 10 pessoas, todos falando em simultâneo e não só numa conversa linear entre todos, mas também com conversas apenas entre alguns membros): a discussão segue em várias direções e sobre vários assuntos simultaneamente, surgem com frequência piadas internas ou de componente mais técnica difíceis de compreender para quem não tem um historial de pertença ao grupo, o processo de tomada de decisão é de difícil rastreamento (por exemplo, foi enviado para o IRC um esboço de protótipo para *wireframe*, estrutura a usar no *website*, que foi prontamente comentada, mas tendo a discussão imediatamente continuado de forma aleatória, só mais tarde é que o Ricardo recentrou a questão perguntando se mais alguém tinha algo a acrescentar ou se a estrutura era consensual e assim se fechou essa questão), a necessidade específica de terminar *website* levou ao constante recentrar nas questões técnicas relacionadas com a colocação *online* deste, questões difíceis de acompanhar para quem não possui um *background* técnico ou quem não está habituada a comunicar por estas vias.

Foi também possível observar no encontro do mês de maio¹⁴⁵ o uso do IRC, uma vez que, um dos participantes mais antigos (e que de momento não se encontra no país) esteve *online* durante o encontro, participando na distribuição das tarefas e na discussão do trabalho através desse meio. Ao longo da observação nos encontros e também nas entrevistas realizadas à Ana e ao Ricardo emergiram algumas justificações, assentes na experiência tanto dentro como fora do grupo, deste tipo de canais como espaços onde com frequência surgem *trolls* e *haters* com uma motivação destrutiva, ou de pessoas que iniciam discussões mais abrangentes sem terem conhecimento das características específicas do Transparência *Hackday* e dos seus projetos. Estes fatores reduzem a utilidade destes canais para o grupo, pois dispersam a atenção na resolução dos problemas práticos do grupo e tornam-se contraproduativos, permanecem por isso apenas como espaços complementares de encontro.

Apesar do grupo Transparência *Hackday* parecer ter uma relação peculiar com a internet por este emergir como espaço complementar ao encontro físico e também por

¹⁴⁵ E algumas referências no arquivo digital dos encontros a usos similares.

não trabalhem ativamente por uma forte presença *online*¹⁴⁶, sendo que o *website* em si é usado maioritariamente para divulgação dos eventos físicos e dos projetos, o conceito de públicos recursivos permanece como aquele que melhor se adequa às configurações do grupo. O *online* e a internet permanecem no seio do Transparência *Hackday* como espaços de encontro onde o imaginário dos participantes é criado (Kelty, 2005:186), simplesmente o é de forma presencial. De todas as entrevistas levadas a cabo, os participantes evidenciaram sempre a internet como espaço potencial no processo de aquisição e produção de conhecimento e no seio do grupo, na prática, a internet permanece como espaço central, tanto como local de identificação entre os participantes, como meio sempre presente nas práticas e nos encontros¹⁴⁷.

Contudo, pela experiência comum das características menos positivas da interação exclusivamente *online*, essas mesmas pessoas, consideram¹⁴⁸ que a alta produtividade do grupo se encontra diretamente relacionada com o facto de estarem todos reunidos no mesmo espaço físico em vez de trabalharem individualmente apenas através da internet. É uma nova camada de significado que assenta sobre o conceito de públicos recursivos como apresentado por Kelty (2005, 2008a e 2008b). Têm também surgido referências, nomeadamente em relação à investigação no seio da arquitetura *open-source* (Estalella, 2016) em relação à recursividade do material, à oportunidade de encontro entre, por exemplo, o urbanismo e a prática de documentação que, ‘mantendo uma relação intrincada de representação, analogia e performance’ desenvolvem uma relação de recursividade onde se auto constroem e auto instruem (ibid, 2016: s. n.). Desta conceptualização podemos inferir que a recursividade como conceito é bastante abrangente, aberto, e pertinente, mesmo quando analisamos contextos onde não só a internet e o *online* são as bases da interação, mas onde também o encontro *offline* é privilegiado.

O trabalho como dádiva, a diversão pessoal como retorno

Os participantes no *Date with Data*, mais do que qualquer coisa, participam porque querem muito, porque se divertem nos eventos e porque têm retorno da participação. É o êxtase proveniente da realização das suas habilidades, objetivos e competências

¹⁴⁶ Estão apenas presentes no Twitter; não investem na divulgação do grupo apenas para chegarem a mais pessoas. Como consequência os contatos externos são, em geral, pouco frequentes. Receberam alguns contatos por parte de investigadores (especialmente em relação ao projeto Demo.crática), alguns contatos para parcerias, ou de pessoas com ideias específicas que gostavam de ver desenvolvidas (que raramente tiveram seguimento), mas sendo maioritariamente os contatos provenientes dos eventos que têm repercussões práticas.

¹⁴⁷ Todo o trabalho é desenvolvido com a internet como suporte, no arquivo digital encontram-se documentadas todas as práticas do grupo e todos os projetos se encontram disponíveis *online*.

¹⁴⁸ Especialmente a Ana e o Ricardo que, por serem as pessoas que estão no Transparência *Hackday* desde o início, já experienciaram as consequências para o grupo.

que os impele à ação. Para o Ricardo, a ideia de que o que fazem é voluntariado não faz sentido porque não é com uma motivação altruísta que o fazem, mas por um egoísmo assente no prazer dele proveniente. Indo de encontro aos ideais do movimento *free software* e *open source*, acreditam que não é necessário falar de altruísmo para que todos ganhem à mesma: têm retorno pessoal, não só pela diversão, mas também na forma, por exemplo, de competências técnicas (e não só) ou que não tinham anteriormente e que propiciam novas oportunidades profissionais e novas linhas de pensamento acerca das mesmas questões¹⁴⁹, ou que já possuíam, mas pretendem melhorar, ou manter em contato por uma questão de interesse pessoal¹⁵⁰. Os participantes fazem porque querem, mas a partir do momento que os projetos são iniciados todos podem usufruir, de forma aberta, do trabalho que está a ser desenvolvido (seja pela consulta das notas dos encontros na *wiki*, ou no *GitHub*, ou após lançamento acedendo aos *websites* dos projetos). No entanto essa dádiva a um público mais alargado também não é desinteressada tendo como retorno a visibilidade do seu trabalho e a abertura ao melhoramento deste por outras pessoas.

Informalmente, a Ana e o Ricardo alocam entre 15 a 20 horas mensais só de preparação e trabalho de manutenção fora do *Date with Data*, disponibilizando, no total, cerca de 30 horas de trabalho por mês para o *Transparência Hackday*. Não sendo um grupo formal, nem tendo personalidade jurídica, nem membros que pagam quotas, o financiamento formal torna-se quase impossível, por esse motivo, e tendo por inspiração o mote da comunidade de *free software* e *open source*: ‘sem orçamento, sem problema’, procuram soluções alternativas que não exijam financiamento monetário¹⁵¹, chegando-se alguns dos membros à frente, por vontade própria, quando é necessário algum esforço financeiro. Um dos exemplos é o projeto *Demo.crática*, que teve um custo material de realização de 30€, valor de registo do domínio *crática.org*¹⁵², mas sobre o qual fizeram uma estimativa, tendo conta o número de horas dedicadas ao projeto, a mão-de-obra, o planeamento e os custos financeiros que não necessitaram de comportar devido aos apoios de outras entidades, tendo chegado ao valor de 50 000€ de orçamento caso

¹⁴⁹ Como é o caso da Ana e do Ricardo, tendo eles também referido que outras pessoas que participaram no *Date with Data* tiveram o mesmo tipo de retorno.

¹⁵⁰ Por exemplo a Marta cujo forte incentivo à participação proveio do potencial de continuidade numa área de conhecimento na qual deixou de trabalhar, mas com a qual pretendia manter contato tendo em vista possível voltar a ela no futuro.

¹⁵¹ Por exemplo o servidor onde o grupo está alojado é o pessoal da Ana e do Ricardo, uma vez que ainda tinham espaço disponível.

¹⁵² Mencionado que tiveram como apoio de outras entidades, por exemplo a cedência do alojamento e de apoio técnico da parte da *Unimos.net* e disponibilização de um espaço físico de encontro pelo *Gesto CRL*.

este tivesse sido realizado com intuito lucrativo, mas mencionando que é exatamente ‘por ter um valor tão relevante que o decidimos dar’¹⁵³.

Tiveram financiamento apenas em duas edições do dia internacional dos dados abertos, através de micro bolsas da *Open Knowledge International*, entidade que reconhece a existência de imensos coletivos informais ou de indivíduos que trabalham nestas áreas, tendo por isso um sistema de candidatura a apoio financeiro bastante flexível e sem requisitos formais. Contudo, foi também apontado que a solidariedade se tem estendido aos oradores convidados para estes eventos que raramente exigem reembolso pela presença.

A internet surge como nova plataforma de produção de conhecimento, livre das ansiedades provenientes das questões de propriedade, controlo, validade e qualidade do que circula, permitindo uma reorientação do conhecimento e do poder e a emergência de novos modelos de atribuição de valor, assentes no trabalho e no conhecimento (Kelty, 2008a: 6-7), onde é possível produzir, circular e reutilizar todo o tipo de produtos culturais, sem que ninguém perca nada (Stryker, 2011). No entanto, perante o observado, estes modelos encontram-se mais próximos da ideia de dádiva e contra dádiva, explorada por Mauss (1966) do que da ideia de trabalho voluntário, sem retorno, em prol do bem comum. Mauss (1966) afirma, no contexto da exploração de sociedades que possuem economias assentes em formas arcaicas de troca de bens (ibid, 1966: 45), que a dádiva, em teoria voluntária (Mauss, 1966: 1), possui a si inerente a noção de valor (Mauss, 1966: 69) não sendo nem espontânea, nem desinteressada (Mauss, 1966: 70), mas assente numa economia de atribuição de valor não completamente afastada do interesse próprio (Mauss, 1966: 72). Coleman (2013) argumenta que entre os atores inseridos no movimento de *free software* e *open source*, a atribuição de valor encontra-se frequentemente sujeita a fricções e disputa de onde emergem várias forças contraditórias que atuam em simultâneo nos membros do grupo, como por exemplo entre frustração e prazer e coletivismo e individualismo (Coleman, 2013: 91) que os colocam algures entre uma socialização assente na partilha de conhecimento e construção deste como empreendimento coletivo e um elitismo/individualismo assente na autossuficiência (Coleman, 2013: 105-7). Inerente à cultura *hacker* emerge também uma ideia de que a excitação pessoal máxima é atingida ‘quando a coisa é mais potencial do que realização’ (Hertzfeld *in* Levy, 2010: 470).

¹⁵³ Fonte: <http://demo.cratice.org/>. Consultado a 28/01/2017.

Para os participantes do Transparência *Hackday*, para além da diversão individual, o potencial humorístico do que fazem é também importante, seja ele manifestado nas configurações específicas dos projetos ou no tipo de atividades que desenvolvem nos eventos que são programados com maior antecedência. Em relação aos projetos, exemplos do humor são o Puré de Notícias, o Totonome e o Marcelo. O Puré de Notícias é uma conta de *Twitter* suportada por *scripts* que procuram palavras de ligação nas manchetes jornalísticas criando títulos alternativos pela junção de duas manchetes e publicando automaticamente *tweets* que primam pelo absurdo, pelo humor e por um ‘imaginário de notícias paralelas’¹⁵⁴. Títulos como ‘Greg tem dois joelhos artificiais, mas chegou ao topo do ano’ ou ‘Facebook admite que fica bem a uma mulher’ ou ainda ‘Ministério do Ambiente investiga origens de 4 bactérias multirresistentes no final do Vitória de Setúbal - Paços de Ferreira’¹⁵⁵, são apenas alguns exemplos dos *tweets* absurdos que saem deste projeto e que não têm qualquer outro objetivo para além de provocarem gargalhadas. O projeto Totonome¹⁵⁶ é um jogo de escolha entre dois nomes, um reconhecido como legítimo para dar a uma criança em Portugal, outro que não pode ser registado. Apostando no teor humorístico dos nomes, este jogo demonstra, da forma informal, a forma arbitrária de aprovação de nomes próprios em Portugal¹⁵⁷. Outro projeto (ainda em processo de construção), que saiu de um encontro especial do dia das mentiras onde estive presente, é o de criação de uma visualização do défice dos afetos do Presidente da República, construindo um mapa assente nas viagens de Marcelo Rebelo de Sousa para mostrar os sítios onde lhe falta ir, articulando essa informação com outros conjuntos de dados que permitam acrescentar uma causalidade sem causa com potencial humorístico.

Na participação neste evento ficou claro que o humor que está presente nos projetos não é racionalizado, mas sim que se apega a estes porque, na construção dos mesmos, a diversão que os participantes deles pretendem retirar faz com que constantemente as ideias provenham das tentativas de fazer os outros rir. Apesar de nos eventos o foco ser na ação, sem perdas de tempo nem esforços desdobrados, a rigidez e a formalidade ficam à porta, e os momentos de quebra gelo, piadas, e ideias com potencial humorístico não são consideradas perda de tempo, mas sim algo inerente ao

¹⁵⁴ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2015/05/pure-de-noticias/>. Consultados a 31/01/2017.

¹⁵⁵ Fonte: <https://twitter.com/puredenoticias>. Consultado a 29/05/2017.

¹⁵⁶ Fonte: <http://totonome.transparenciahackday.org/?nome1=Marlete&nome2=Iriana>. Consultado a 27/04/2017.

¹⁵⁷ Nomes propostos são avaliados pelo Instituto dos Registos e do Notariado que aprovam ou não, mediante um conjunto de critérios, o uso.

motivo pelo qual participam. Também no delinear da programação para o dia internacional dos dados abertos houve uma escolha de atividades mais informais e divertidas (*Mapping Party* e *quizz* sobre dados abertos com prêmios para os vencedores¹⁵⁸). Desde o momento inicial que as ideias de diversão, humor e auto-realização são parte integrante do ser *hacker*. O humor, por um lado, tem na sua base a mesma necessidade de consciência e alteração da forma das coisas e uma visão irônica sobre a linguagem e as convenções presente na prática de *hacking* (Coleman, 2013: 100). Por outro, de forma inconsciente, tem potencial para captar uma audiência, produzindo ‘formas de consciencialização coletiva e socialização partilhada’, funciona, por isso, no seio destes grupos como mecanismo técnico de reconhecimento do estatuto de pertença à comunidade e da identificação no seio desta (Coleman, 2013: 103-4).

¹⁵⁸ Eles próprios uma piada: dados de jogo de três tamanhos diferentes para o 1º, 2º e 3º lugar (anexo 4)

Capítulo 3. Discussão metodológica

Ativistas pela abertura – metodologias abertas?

Em espaços como o Transparência *Hackday* Portugal, a *Tugaleaks* e outras entidades como o *Open Street Map*, a *Wikimedia* e o *Liquen Data Lab*, estão presentes públicos que comunicam em vários níveis diferentes, sem um percurso individual homogêneo e linear, pessoas que se desdobram em vários grupos e projetos, cujas motivações e opiniões acerca do digital e das questões tecnológicas se multiplicam *ad infinitum* e onde a identidade, as relações e a ação emergem de uma dinâmica complexa entre as ferramentas técnicas usadas, as práticas individuais e de grupo e os projetos circunstanciais no qual estas são construídas. Através da investigação levada a cabo nesta dissertação, é possível discutir o potencial da articulação, de forma flexível, de várias técnicas/métodos de investigação em antropologia (os locais de encontro digitais, o arquivo digital, a colaboração e as entrevistas¹⁵⁹) que permitam a recolha dos dados empíricos nos vários locais pelos quais estes se encontram dispersos, e que permitam uma melhor compreensão da realidade social e cultural, que num mundo altamente globalizado e digitalizado como o atual aparenta ser cada vez mais esguia e complexa e sendo por isso necessário o uso de estratégias metodológicas igualmente dinâmicas na sua observação.

No estudo destes atores o trabalho de campo tradicional e a escrita etnográfica ganham novas configurações. A importância para estes grupos da abertura na divulgação e licenciamento do conhecimento, da informalidade e flexibilidade da organização e da centralidade da produção colaborativa, exigem do investigador uma abertura a novas metodologias, métodos e contributos de outras áreas como resposta metodológica a objetos de estudo que, por terem essas fortes marcas identitárias se tornam difíceis de acompanhar seguindo métodos rígidos e fechados. Mas o seu potencial é muito mais alargado podendo essas próprias características serem apropriadas como ferramentas através das quais podemos questionar e reconfigurar as práticas e metodologias de produção de conhecimento na antropologia. No seio da antropologia foi a abertura como princípio que, por exemplo, incentivou a emergência do comentário como novo género literário exemplar de uma investigação mais transparente e de um projeto aberto a várias

¹⁵⁹ Entrevistas como espaço onde se refletem e replicam as interações sociais (Hockey e Forsey, 2012: 83), e como método essencial na localização do conhecimento e no questionamento das noções, crenças e significados das práticas dos atores (Hockey e Forsey, 2012: 70-71), assim como espaço potencial para captar um ‘imaginário etnográfico’ (Hockey e Forsey, 2012: 83).

contribuições, não só da parte dos investigadores, mas de todos os que de alguma forma têm relação com o projeto em desenvolvimento, sem hierarquia de poder (não querendo isto dizer sem estrutura) que condicione as relações (Kelty, 2008b:184-185; e 189)¹⁶⁰. É o campo como encontro epistemológico: sem plano rígido traçado, o conhecimento é produzido num ambiente flexível, assente no saber fazer de quem investiga, e neste como característica fundamental nas práticas dos atores investigados sem exigência de legitimidade académica ou profissional (Kelty, 2008b:195-196).

Nos últimos anos têm surgido vários debates acerca do potencial da abertura da antropologia à multidisciplinidade, à experimentação e à incerteza, sendo um dos exemplos a discussão teórica à volta das aplicações do conceito de protótipo como processo de exploração concetual e de elaboração teórico/metodológica (Estalella, 2015:2; e Carrozza e Andrea, 2016); como objeto epistémico e ferramenta crítica, cuja finalização em aberto causa um efeito político (Corsín, 2013: 385-386). Grupos como o Transparência *Hackday*, a *Tugaleaks*, o *Open Street Map* e o *Liquen Data Lab* são espaços protótipo, espaços que espelham aquilo neles é produzido e que ao emergirem do que fazem se encontram em permanente fragilidade, precariedade e informalidade social. Sem terem organizações rígidas e formais, são configurados pelo contexto específico do que estão a produzir no momento, facilmente se tornando algo completamente diferente do que eram anteriormente: por exemplo a *Tugaleaks* passou de plataforma de agregação de conteúdo para meio de comunicação social e o Transparência *Hackday* passou de uma centralidade máxima do encontro físico para um incentivo à criação de comunidades *online* à volta de dois dos seus projetos. São grupos sempre à beira da extinção, mas essa sua capacidade adaptativa coloca-os na linha da frente de resposta às questões digitais, sendo por isso espaços paradigmáticos no estudo da participação cívica.

O protótipo (tal como a compreensão da vida social) é algo sempre incompleto, num estado frágil e precário, necessitando da participação de outros para que as suas condições produtivas possam ser alcançadas e mantidas (Estalella, 2015:6). É um objeto em construção, através do qual várias temáticas de interesse social geral podem ser problematizadas: questões de abertura/encerramento, envolvimento, durabilidade, organização, propriedade e crítica (Corsín e Estalella, 2010). É um artefacto que se transforma a si mesmo, ‘designado para retardar a vida social a um fenómeno proto atual’ (Corsín,

¹⁶⁰ Associada a esta proposta surgem dois conceitos fundamentais: o de coordenação relacionado com as opções (técnicas e materiais) escolhidas que permitem a um grupo de pessoas trabalhar em conjunto, e o de colaboração que

2013:390-391). Metodologicamente, proporciona uma suspensão carregada de possibilidades sociais à espera de serem materializadas, uma certa possibilidade de poder sequestrar o futuro, e protótipar as ciências sociais (Corsín e Estalella, 2010), permitindo a experimentação, o surgimento de trajetórias inesperadas e reconhecendo o erro e as expectativas como inerentes aos processos de produção de conhecimento (Carrozza e Andrea, 2016: 72). Os espaços e grupos mencionados nesta dissertação são espaços onde a experimentação, a flexibilidade e a prática são também ferramentas através das quais podemos repensar os métodos de rastreamento de atores que pelas práticas e pelo *medium* de interação que privilegiam (o digital) são difíceis de acompanhar.

Do meio digital para o arquivo digital

As ferramentas promissoras de abertura são, por um lado, por norma seguidas de apelos à regulamentação destes novos espaços e, por outro, usados de formas múltiplas com efeitos contraditórios, ferramentas com potencial em simultâneo para a libertação e opressão (ou para a mera indiferença) política (Horst e Miller, 2012: 21-22). A tecnologia será sempre mal compreendida se analisada pelos prismas extremistas que ora a apresentam como ferramenta libertária e carregada de potencial democrático, ora apontam o seu potencial ao cargo da opressão das liberdades individuais (Greenberg, 2013). A crença na internet (e no meio digital) como o ‘grande equalizador’ (boyd, 2014: 23) é gorada, pois esta meramente ‘espelha, magnifica e torna mais visível o bom, o mau e o horrível da vida quotidiana’ (boyd, 2014: 24), não resolvendo *per se* divisões culturais; pelo contrário, uma vez que é construída num contexto onde essas já existem, ela própria tende a replicar, intencionalmente ou não, as desigualdades existentes (boyd, 2014: 156).

O estudo etnográfico de Miller e Slater (2000) sobre o uso da internet em Trinidad aponta para esta como fenómeno significativo apenas quando considerado num contexto/espaço específico (ibid, 2000: 1). Tsing (2005), estudando o movimento ecológico indonésio, discute também os conceitos de global e local, e apresentando-os como interdependentes, argumentando que os fenómenos de impacto global (tal como a internet o é) espoletam condições específicas e compromissos concretos localmente (Tsing, 2005: 267), quadros concretos de identificação e diferença que configuram as práticas particulares que determinado fenómeno cria, propicia ou neutraliza num contexto físico específico (Tsing, 2005: 245).

remete para o trabalho teórico e conceptual que resulta (ou não) das atividades coordenativas (Kelty, 2008b: 187).

Em Trinidad, Miller e Slater observaram uma afinidade natural pela internet, percebida como plataforma global de performatização de componentes e valores do ser nacional de Trinidad (ibid, 2000: 2), como ferramenta utilitária nas práticas do cotidiano e como símbolo de modernidade (ibid, 2000: 3). A internet é apresentada como espaço que transcende os dualismos local-global, as teorias macro explicativas (Miller e Slater, 2000: 7), e que não deve ser analisada por uma separação *a priori* entre mundo *offline* e mundo *online*, real e virtual, pois estes interpenetram-se profundamente e de formas complexas (Miller e Slater, 2000: 82-3). Na internet emergem novos meios imbuídos em simultâneo de novas formas de interação e de novos modos de representação (Miller e Slater, 2000: 4), mas cuja importância se encontra articulada com a vida *offline* diária não como algo dela separada (Miller e Slater, 2000: 7).

No seio da antropologia, Horst e Miller (2012) argumentaram que a entrada do digital no dia a dia não nos torna menos humanos, nem as nossas ações menos autênticas e mais mediadas, sendo por isso um meio de grande utilidade (e não um empecilho) na discussão mais importante da antropologia: o que significa ser humano (ibid, 2012: 4), pois através da sua análise conseguimos dar visibilidade aos processos que rapidamente banalizam as coisas e as tornam parte da norma social e cultural (Horst e Miller, 2012: 29). Os processos de transformação cultural, inseridos numa sociedade tecnológica e num meio digital, permanecem fruto da agência e intenção humana, permanecendo por isso a antropologia, devido às suas características diferenciadoras, a disciplina de excelência para investigar como a cultura digital é normativizada (Horst e Miller, 2012: 30) pois assenta epistemologicamente na imersão particular como base para a generalização através de uma análise comparativa (Miller e Slater, 2000: 21).

Tendo em consideração o produto das várias investigações analisadas e discutidas teoricamente por Horst e Miller, são estabelecidos seis princípios basilares para uma antropologia digital: 1) digital¹⁶¹ como intensificador do aspeto dialético da cultura (Horst e Miller, 2012: 3), representando uma nova fase na abstração humana, permitindo reduzir quase tudo ao mesmo elemento e um desenvolvimento simultâneo do universal e do particular (Horst e Miller, 2012: 5-6) , não como fenómenos que se opõem, mas como dimensões que se encontram interdependentes (Tsing, 2005); 2) a mediação pro-

¹⁶¹ Definido por ‘tudo o que pode ser, de forma última, reduzido para código binário, mas que produz uma posterior proliferação de particularidade e diferença’ (Horst e Miller, 2012: 3).

veniente do digital não anula a sociabilidade¹⁶² e a humanidade, o mundo online é um espaço paralelo ao offline, sujeito aos mesmos processos de construção cultural da subjetividade humana (Horst e Miller, 2012: 11-13); 3) o compromisso com um projeto etnográfico que, focando-se no estudo de indivíduos e coletivos específicos, tem por objetivo uma compreensão mais alargada/holística do mundo (Horst e Miller, 2012: 3), reconhecendo que ninguém vive exclusivamente no mundo digital, e que este tem de ser articulado com outros contextos (Horst e Miller, 2012:16-17); 4) a aceitação do relativismo cultural e das particularidades do mundo globalizado nas práticas e encontros provenientes do digital (Horst e Miller, 2012: 3); 5) o reconhecimento da ambiguidade da cultura digital, nomeadamente em relação às questões de abertura e encerramento (Horst e Miller, 2012: 3), que espelha a ambiguidade da experiência humana face à liberdade; e por último, o reconhecimento da materialidade do digital, tanto em relação à infraestrutura/tecnologia, como em relação ao conteúdo e ao contexto (Horst e Miller, 2012: 25), e da capacidade humana para acompanhar os rápidos avanços tecnológicos e torná-los normativos (Horst e Miller., 2012: 4).

Ao longo desta investigação a aposta foi no estudo simultâneo das relações *na e através da internet* (Miller e Slater, 2000: 82-3), articulando o trabalho de campo (encontros físicos do Transparência *Hackday*, e entrevistas com participantes e com outros atores relevantes), com a análise crítica do arquivo digital dos grupos que emergiram da investigação e com a observação das comunicações *online* (encontros no *IRC* e discussões nos fóruns). Concluí que, em Portugal, apesar de existir um número considerável de grupos e projetos, que tratam questões relacionadas com o digital e a tecnologia¹⁶³, a observação destes apenas olhando para sua presença *online* pode mostrar uma visão distorcida da realidade em relação ao número real de pessoas por detrás mesmos, o que, do ponto de vista metodológico, é importante ter em conta quando consideramos as diferenças entre olharmos apenas para a sua presença *online* ou apenas para a *offline*, ou olharmos para ambas de forma articulada¹⁶⁴. A internet é um meio que maximiza a mensagem e amplifica a audiência, e a tecnologia acelerou o processo de divulgação de

¹⁶² Pelo contrário, para alguns autores a Internet surge como espaço com bastante potencial como ferramenta de sociabilidade uma vez que tem a vantagem de silenciar as marcas identitárias de etnicidade, género, classe, idade que em outros contextos podem funcionar como restrições relacionais (Coleman, 2014: 174).

¹⁶³ Para além dos abordados ao longo deste projeto tive também conhecimento de vários outros: *Data Meetup* Lisboa; *R-ladies* Portugal, *Improve Coimbra* (já extinto), *FabLab* Lisboa, *Unimos*, entre outros.

¹⁶⁴ Ideia presente em boyd (2015) quando afirma que apesar de trabalhar sobre práticas *online* há mais de dez anos acha que não é possível ter um entendimento profundo das práticas mediadas das pessoas sem envolvimento cara-a-cara em pelo menos um dos ambientes físicos que habitam, analisando assim as práticas por ângulos diferentes, atribuindo um contexto e profundidade às observações *online* (ibid, 2015: s. n.).

informação, simplificando as questões técnicas a ele subjacentes¹⁶⁵, e facilitando a sua reprodução, modificação e divulgação (Greenberg, 2013: 5). No entanto, nesse processo quem produz e circula a informação é, frequentemente, invisibilizado (boyd, 2014).

Em Portugal, observei a existência de grupos que pelo volume de trabalho pensaríamos, à primeira vista, que têm uma mão-de-obra superior à que têm na realidade (Transparência *Hackday*, Manufatura Independente, *Tugaleaks*); e um desmultiplicar de grupos que nos poderia levar a pensar na existência de um número elevado de pessoas a trabalhar nestas questões em Portugal, mas onde, na prática, é possível observar muitas das mesmas pessoas a desdobrarem-se em vários projetos diferentes (Associação D3¹⁶⁶) e com várias relações a diferentes níveis entre eles. É possível afirmar que a comunidade *hacker* em Portugal é bastante dispersa e que existem poucos *hackerspaces* (e que os existentes têm um curto período de vida), mas que, apesar disso, existe um grupo considerável (tendo em conta a dimensão do país) de grupos e projetos (mesmo que deles façam parte muitas das mesmas pessoas).

Outra questão problemática que emergiu em relação ao estudo metodológico deste tipo de coletivos esteve relacionada com uma questão pouco debatida pela antropologia digital: a questão do acesso a atores cuja relevância provém das suas práticas digitais e para os quais a questão do anonimato é bastante importante, não só por uma questão ativista, mas também por levarem a cabo práticas disruptivas, ilegais ou nos limiares da legalidade que acrescentam uma barreira extra a derrubar no estabelecimento inicial de confiança necessário ao estudo etnográfico. O acesso (ou nesta investigação específica, a falta dele) reconfigura os objetos, objetivos e as metodologias de determinado projeto.

Contudo, se o acesso direto à observação das pessoas e grupos que emergem da cultura digital ganha novos obstáculos devido à difícil atribuição, o acesso indireto à documentação das suas práticas e à evolução dos seus projetos foi positivamente facilitado pelo surgimento da internet como meio centralizador da informação. O desenvolvimento das tecnologias digitais marcou, por isso, uma viragem nas potencialidades das ciências sociais no rastreamento dos atores e das suas práticas pois, com cada vez mais frequência, estas se encontram registadas em espaços digitais que permitem ao investi-

¹⁶⁵ Estima-se que já há dez anos atrás cerca de 94% da informação mundial se encontrava registada digitalmente, percentagem que tenderia a aumentar (Greenberg, 2013: 5).

¹⁶⁶ Website: <https://dd.indie.host/c/associacao-d3>. Consultado a 28/04/2017.

gador resgatar a informação rapidamente e sem qualquer custo, permitindo um estudo simultaneamente preciso e em extensão, qualitativo e quantitativo (Latour e Venturini., 2009: 5-6), cumprindo os parâmetros de investigação em antropologia pois nem esta nem a etnografia têm de ser sinónimo de observação participante (Hockey e Forsey, 2012: 69). O arquivo digital foi um dos sítios de estudo analisado neste projeto de investigação, especificamente o arquivo *wiki* do grupo Transparência *Hackday* Portugal¹⁶⁷, usado como suporte na análise cronológica da evolução do grupo e na análise da influência das ferramentas técnicas na configuração do grupo; e o arquivo digital de notícias da *Tugaleaks*, usado na investigação da evolução da estrutura do *website*, da sua passagem de espaço de divulgação de notícias para espaço de investigação jornalística, e no seu enquadramento nas questões teóricas mais abrangentes referentes às transformações no seio do jornalismo. As *wikis* são espaços de extremo interesse pois nelas torna-se explícito não só o produto final proveniente da produção do conhecimento, mas também o processo através do qual foi construído.

Os *websites* surgem como espaços carregados de potencial como objetos de arquivo (Rogers, 2010: 247), que permitem descobertas sobre a cultura e o social no mundo *offline* (Rogers, 2010: 243). Espaços também onde a ideia de transparência que estes grupos defendem é performatizada numa quase obsessão documental, permitida pelos *pads* e *software wiki*, sendo possível resgatar a informação passada em relação à sua evolução cronológica, eventos, participantes, projetos, ferramentas técnicas e discussões, providenciando ao etnógrafo uma maior imersão no contexto e um espaço de contraponto e legitimação da informação recolhida junto dos atores observados. O potencial do arquivo digital para a antropologia provém também da facilidade da abertura do arquivo etnográfico, como exercício de modernização epistémica (Estalella, 2014: 4), mas reconhecendo a dificuldade dos etnógrafos a aceitarem por expor as potenciais fragilidades do seu trabalho, revelando o processo de tomada de decisão e as suas limitações. Historicamente a antropologia prefere estar do outro lado da barricada analisando ela os públicos vulneráveis não se tornando num deles (Estalella, 2014: 17). O arquivo tem também potencial como ferramenta de libertação para as populações/públicos sobre as quais é referente, e da documentação como forma de intervenção que quando tornada pública permite dar visibilidade aos processos sociais (Estalella, 2014:18). Ao longo desta dissertação os arquivos digitais, *wikis* e *websites* dos grupos, indivíduos e

¹⁶⁷ Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/wiki/doku.php>. Consultado a 24/04/2017.

projetos estiveram sempre presentes como espaços fundamentais de recolha documental, de contraponto à informação transmitida pelos participantes, mas também como ferramentas técnicas cujas características específicas se encontram enleadas nas configurações que os próprios grupos apresentam, nomeadamente a abertura e a colaboração.

Os sítios múltiplos e a colaboração

A etnografia multissituada reconfigura a reflexividade, não só em relação ao investigador e ao seu papel político ativo no decorrer da investigação como 'ativista circunstancial', articulando diferentes papéis, posições e perspetivas e renegociando várias identidades e compromissos contraditórios (Marcus, 1995: 111-4), mas também por com cada vez mais frequência a investigação decorrer no seio de atores que possuem o mesmo nível (ou superior) de conhecimento e que não podem mais ser considerados como 'outros', mas como homólogos (Holmes e Marcus, 2005). O conhecimento mais importante é aquele paralelo ao interesse do investigador e ao projeto da sua investigação, por isso a questão da reflexividade torna-se uma dimensão do próprio método usado, uma vez que existe uma identificação cognitiva e intelectual entre o investigador e os seus sujeitos de investigação que o reposicionam. Neste contexto o etnógrafo é confrontado por discursos que se sobrepõem ao seu, por sujeitos que possuem a mesma informação que ele e por sujeitos que pretendem saber o que ele quer saber (Marcus, 1995:112).

Ao longo desta investigação estas problemáticas estiveram sempre presentes, uma vez que, esta recaiu sobre atores com competências técnicas bastante específicas e com um nível de qualificação (formal ou informal¹⁶⁸) bastante alto, contextos nos quais o antropólogo é mais uma contraparte do que um mero observador (Holmes e Marcus, 2005: 248). Estes públicos podem falar a mesma língua que ele, mas dominam também linguagens técnicas particulares, que apenas pela imersão no contexto são possíveis de descortinar. Apesar de loquazes e vocais, por um lado as explicações que apresentam para as suas ações podem ser ficcionadas (Kelty, 2008a: 19), pelo que o antropólogo permanece como ator de relevo na separação do ruído do significado, por outro, em grupos como o estudado, onde é o fazer e a prática que são sempre o foco principal da (e para a) existência, a loquacidade de quem neles partilha é localizada a estas questões, permanecendo as questões identitárias, as motivações e as consequências sociais das

¹⁶⁸ Ou seja, proveniente de uma educação no seio de instituições formais ou pela autoaprendizagem.

suas práticas como espaços em branco para os quais os cientistas sociais possuem as ferramentas de pesquisa e escrita necessárias ao preenchimento.

A colaboração é também uma das marcas identitárias mais acentuadas de grupos como o Transparência *Hackday*, e todos os seus encontros têm uma componente prática e colaborativa que torna difícil uma estratégia metodológica de mera observação. A essência deste tipo de espaços encontra-se fortemente enraizada na mentalidade *hacker* e *maker* de *hands-on-imperative*, na cultura *DIY* e na construção colaborativa de projetos. Analisar o significado da sua ação social apenas é possível se passarmos da participação para a colaboração. Dessa forma não só é possível compreender as ações de quem estudamos, mas também de certa forma, explorar o participante *in the making*, explorando as ferramentas usadas, contribuindo para os projetos com ideias e com o nosso trabalho, colaborando na ordem natural dos eventos, e explorando analiticamente as práticas não como um *outsider*, mero observador da realidade, mas como um *insider*, um colaborador ao nível de todos os outros que frequentam estes espaços.

Ao longo desta investigação o meu processo de construção de conhecimento emergiu enleado no processo de construção de projetos do Transparência *Hackday*: estive presente nos *Date with Data* dando a minha contribuição pessoal nos projetos, recolhendo e tratando informação, editando texto para os *websites*, atualizando a *wiki* do grupo, participando ativamente na discussão de ideias sobre os projetos e sobre questões digitais mais gerais e socializando de forma orgânica com os restantes participantes. No encontro do mês de maio uma das tarefas propostas foi a de criação de um ficheiro com a cronologia dos projetos para atualização do *website* do Transparência *Hackday* e do *Date with Data*, tarefa que eu já tinha levado a cabo para a escrita desta dissertação. É esta uma das vantagens da colaboração: a produção de conhecimento torna-se um processo multidirecional, com contribuições em ambas as direções, sem replicar de esforços e com uma produtividade maior. É a colaboração em simultâneo como metodologia prática e reflexiva, através da qual a própria etnografia pode ser reconfigurada, tornando-se um processo colaborativo de produção de conhecimento, por um lado mais plural, pois emergente dos contributos de todos os atores envolvidos, independentemente do seu papel, profissão ou grau de especialidade, por outro mais orgânico, pois construído num ambiente informal, emergindo da discussão e da incerteza mais do que de um processo individual de construção de uma narrativa uniforme.

Conclusão

No primeiro capítulo discuti as várias materializações do digital em Portugal, explorando os múltiplos espaços de pertença e as várias entidades. Argumentei que o *hacking* emerge como ferramenta de reconfiguração de outras áreas (técnicas e não técnicas) de conhecimento (jornalismo, geografia, ciência, educação); que o digital e as práticas colaborativas esbatem as barreiras entre amadores/entusiastas e profissionais/especialistas, reconfigurando também as fontes reconhecidas de autoridade e legitimidade na produção de conhecimento; e que, conceptualmente, os grupos estudados não se enquadram nos conceitos mais gerais no estudo da ação social que são o de comunidade e movimento social, apresentando-os como públicos recursivos, chamados à existência pelas suas próprias práticas (Kelty, 2005, 2008a e 2008b).

No segundo capítulo procedi a uma descrição da evolução, metodologias, encontros, estrutura participativa e organizativa, os projetos e ferramentas técnicas usadas pelo Transparência *Hackday*, apresentando este grupo como público recursivo (2005, 2008a e 2008b), onde o físico tem uma importância extra para a produtividade e como comunidade de prática em espaços desprofissionalizados. Argumentei que, neste grupo, o projeto é o código-fonte, a técnica é a linguagem de programação e a prática colaborativa de produção de conhecimento é o domínio, componentes na interseção das quais o grupo é chamado à existência com configurações identitárias e sociais específicas, mas que sempre precárias; que o *hacking* emerge como ferramenta para a participação cívica, para a defesa dos dados abertos e como ferramenta de intervenção urbana; e que a diversão pessoal e o humor surgem como retorno pelo trabalho que, não sendo remunerado, também não é percecionado como voluntário.

No terceiro capítulo discuti as questões metodológicas emergentes do digital, nomeadamente em relação ao campo, ao acesso aos grupos e tradução dos seus significados e aos potenciais da abertura e colaboração. Discuti o potencial para a antropologia de uma flexibilidade e experimentação metodológica, onde as práticas e contributos dos próprios públicos estudados possam também ser apropriados como ferramentas reflexivas através das quais podemos questionar e reconfigurar metodologicamente a antropologia. Os métodos de investigação para este trabalho foram a etnografia multissituada, a colaboração e a exploração de arquivos digitais, reconhecendo que a análise de grupos provenientes do digital sem que se analise as suas manifestações físicas pode levar a

conclusões falaciosas (nomeadamente em relação ao número de pessoas por detrás destes grupos), sendo por isso necessária uma exploração conjunta do *online* e do *offline*.

Tendo em consideração a fragilidade e precariedade de grupos como estes e a possibilidade de a qualquer momento se reconfigurarem completamente ou se extinguírem, questionei a Ana e o Ricardo qual pensam ser o futuro do grupo (especialmente caso eles deixem de fazer parte dele por qualquer motivo) a resposta foi perentória e em linha com o observado também em relação a outras questões: não pensam sobre problemas que não existem por isso, e estando de pés firmes no grupo, nunca se tinham questionado sobre isso. No entanto, perante essa pergunta o Ricardo mencionou a crença de que o espaço continuaria de alguma forma, seja com as características atuais ou com outras configurações, uma vez que se perceberia rapidamente a falta que esses espaços fazem. O Transparência *Hackday* é um grupo paradigmático da complexidade e multitudine de configurações em que as denominadas comunidades digitais se materializam e são atores de relevo no estudo da participação política/cívica na era pós-internet e da liberdade de informação. Os seus participantes são provenientes de múltiplas áreas de conhecimento, mas partilham o interesse pelas questões da tecnologia e da cidadania, e uma perspetiva específica de aprendizagem pelo fazer e pelo trabalho colaborativo.

No grupo Transparência *Hackday* é praticado um ativismo pela defesa dos dados abertos como meio necessário a todos para tornar a informação visível, tangível, e reutilizável, apresentando uma analogia das lentes: quando as mudamos, conseguimos ver o mundo à nossa volta com mais nitidez, tal como quando reconfiguramos os dados, estes nos permitem olhar para a realidade à nossa volta de forma diferente. Para o Transparência *Hackday* a informação deve ser apresentada de forma aberta e como algo que pode ser reconfigurado, discutido e analisado, coletiva e individualmente, como algo não-fechado, sujeito ao questionamento e ao surgimento de questões e dúvidas. A total imparcialidade, cientificidade e pureza na produção de conhecimento são ficções reconhecidas por isso a dúvida e a incerteza surgem como algo que pode trazer consigo uma camada extra de legitimidade em vez do tradicional desespero. Tendo isso em conta a informação que é apresentada de forma fechada, que não levanta questões, é muito mais problemática pois o não permitir as dúvidas não significa que estas não existam, mas que provavelmente foram transformadas em certezas por motivos incertos e num processo fechado, não documentado e não sujeito a investigação.

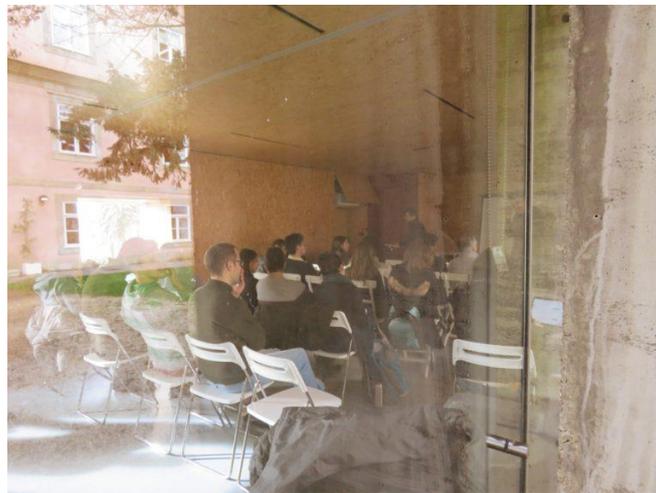
Praticam também um ativismo através dos projetos, mas mais do que se considerarem um grupo ativista, consideram-se um grupo de interesse, mantendo o foco em projetos práticos e naquilo que podem fazer no momento sem terem um objetivo de longo prazo claramente delineado nem anteverem ou pretenderem consequências diretas (políticas, tecnológicas, ou de outro tipo) das suas ações. Posicionam-se fortemente contra a discussão política episódica, mas reconhecem que na prática tudo o que fazem é político pois enquadrado na questão política dura de quem tem acesso aos dados e da dimensão política dos detalhes técnicos que condicionam o design da informação (e consequentemente da vida pública e política dos cidadãos), enquadrando-se por isso no movimento global de *hacktivistas*, indivíduos ou grupos que usam competências de programação ou ferramentas técnicas para o protesto, mudança ou simples reconhecimento da política (Greenwalt, 2014: 189).

No mundo atual de relações complexas, emergentes das dinâmicas entre vários interesses, grupos e atores contraditórios, e onde vários movimentos, partidos, corporações e indivíduos lutam pelo poder político, económico, social e cultural, grupos como os explorados nesta dissertação são uma lufada de ar fresco: o que fazem é o que são, sem objetivos pré-estabelecidos, motivações políticas ou perspectivas duráveis de existência, mas posicionando-se, na articulação entre os projetos que desenvolvem, as ferramentas que usam e a colaboração, como atores cujas práticas têm potencial político. Acaba por ser curioso que um dos seus projetos de maior dimensão se chame *Demo.crática*, termo onde o sufixo *demo* pode ser considerado pelo seu duplo significado: *demo* proveniente do grego e significando população, cidadãos, pessoas e *demo* proveniente da linguagem informática como versão de teste, demonstração ou explicação de algo. O *Transparência Hackday* e grupos similares emergem como espaços de emancipação tecnológica onde ambos os significados estão presentes, posicionando-se como versões em *demo*, em teste, da própria democracia, demonstrando e experimentando o poder proveniente do cidadão, mas sem que este seja o objetivo direto, mas sim o que emerge das suas práticas. Inspirando-nos nestes grupos e questionando como as suas práticas podem reconfigurar outras áreas de conhecimento, é possível criarmos também novas versões em *demo* do processo de produção de conhecimento em antropologia, abrindo-o à experimentação e à colaboração e no processo testando seu potencial metodológico e político.

Anexos



Anexo 1. Grupo de que fiz parte a mapear uma das ruas da cidade do Porto.



Anexo 2. Fotografia tirada do exterior enquanto decorre um evento.



Anexo 4. Mesa de receção no dia internacional dos dados abertos.



Anexo 3. Prémios do quizz no dia internacional dos dados abertos.

Fonte: <http://www.transparenciahackday.org/2017/03/como-foi-o-open-data-day-2017/>.
Consultado a 21/06/2017

Referências bibliográficas

Anderson, B. (2006 [1983]). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London e New York: Verso Books.

Appadurai, A. (2004). “Etnopaisagens globais: notas e perguntas para uma antropologia transnacional”; e “O patriotismo e os seus futuros” in *Dimensões culturais da globalização: modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema. Pp. 71-93 e 211-236.

Article 19. (1999). *The Public's Right to Know. Principles on Freedom of Information Legislation*. Disponível em: <https://www.article19.org/data/files/pdfs/standards/righttoknow.pdf>. Consultado 02/05/2017.

boyd, d., (2014). *It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens*. Yale: Yale University Press.

_____ (2015). “Making Sense of Teen Life: Strategies for Capturing Ethnographic Data in a Networked Era.” In Hargittai, E. & Sandvig, C. (Eds.) *Digital Research Confidential: The Secrets of Studying Behaviour Online*. Cambridge, MA: MIT Press. Disponível em: <http://www.danah.org/papers/2012/Methodology-DigitalResearch.pdf> (sem numeração). Consultado a 09/03/2017.

Brevini et al. (ed.) (2013). *Beyond Wikileaks: Implications for the Future of Journalism, Communications and Society*. NY e Hampshire: Palgrave Macmillan

Carrozza, C. e Gaspar, A. (2016). “Performing digital ways of knowing: epistemic walks with methods-as-prototypes” in *Graduate Journal of Social Science April 2016, Vol. 12, Issue 2, pp. 58–76*. Disponível em: <http://gjss.org/sites/default/files/issues/chapters/papers/GJSS%20Vol%2012-2%203%20Carrozza%20and%20Gaspar.pdf>. Consultado a 10/03/2017.

Castells, M. (2010a [1996]). *The Information Age: Economy, Society and Culture: The Rise of Networked Society*. Volume I. MA, Oxford e West Sussex: Wiley-Blackwell

_____ (2010b [1998]). *The Information Age: Economy, Society and Culture: End of Millenium*. Volume III. MA, Oxford e West Sussex: Wiley-Blackwell

Chun, L. (2001). "Human Rights and Democracy: the case for Decoupling". *The International Journal of Human Rights*, Volume 5 (3), pp. 19-44.

Coleman, G. (2013). *Coding Freedom: the Ethics and Aesthetics of Hacking*. Princeton e Oxford: Princeton University Press

_____ (2014). *Hacker, Hoaxer, Whistleblower, Spy: the Many Faces of Anonymous*. London: Verso Books

Corsín, A. (2013). "Introduction: The prototype: more than many and less than one". *Journal of Cultural Economy*, 7:4, 381398. <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17530350.2013.858059>

Corsín, A., e Estalella, A. (2010). "The prototype: a sociology in abeyance". In "Prototyping cultures: social experimentation, do-it-yourself science and betaknowledge", Madrid, 4th and 5th of November 2010, ed. Christopher Kelty. <http://limn.it/theprototype-a-sociology-in-abeyance/#ftn5>

Cohen, A. (1985). *The Symbolic Construction of Community*. London e NY: Routledge

Cummings, N e Lewandowska, M. (2007). "From Capital to Enthusiasm: an Exhibitionary Practice" in *Exhibition Experiments*. Basu, Paul & Macdonald, Sharon (eds.). Oxford: Blackwell.

Estalella, A. (2014). "La apertura del archive etnográfico" (*draft*). in *Anales del Museo Nacional de Antropología XVI – 2014*.

_____ (2015). "Prototyping social sciences. Emplacing digital methods". In *Digital Methods for Social Science. An Interdisciplinary Guide to Research Innovation*. H. Snee, C. Hine, Y. Morey, S. Roberts & H. Watson (Eds.). Palgrave.

_____ (2016). "The urban archive: auto-construction, free culture and the city" in *Making Archives, Shaping History Workshop*, 26 April 2016 Manchester School of Architecture. Spanish Research Council (CSIC) (sem numeração)

Greenberg, A. (2013). *This Machine Kills Secrets: Julian Assange, the Cypherpunks, and Their Fight to Empower Whistleblowers*. New York: A Plume Book, Penguin Group

Greenwalt, G. (2014). *No Place to Hide: Edward Snowden, the NSA and the U. S. Surveillance State*. New York: Metropolitan Books Henry Holt

Hockey, J. and Forsey, M. (2012). "Ethnography Is Not Participant Observation: Reflections on the Interview as Participatory Qualitative Research". in *The Interview: An Ethnographic Approach*. J. Skinner (ed.), Bloomsbury, UK, pp. 69-87

Holmes, D. R. e Marcus, G. E. (2005). "Cultures of Expertise and the Management of Globalization: Toward the Re-Functioning of Ethnography" in *Global Assemblages: Technology, Politics and Ethics as Anthropological Problems*. Pp. 235-252. A. Ong e S. J. Collier (ed.). Malden e Oxford: Blackwell Publishing

Horst, H. and Miller, D. (ed.) (2012). *Digital Anthropology*. London e NY: Berg.

Ito et al. (2010). *Hanging Out, Messing Around and Geeking Out: Kids Living and Learning with New Media*. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series in Digital Media and Learning. Cambridge and London: MIT Press

Kelty, C. (2005). "Geeks, Internets, and Recursive Publics," *Cultural Anthropology*20, no. 2. DOI 10.1525/can.2005.20.2.185

_____ (2008a). *Two Bits: The Cultural Significance of Free Software and the Internet*. Durham: Duke University Press

_____ (2008b). "Collaboration, Coordination and Composition: Fieldwork after the Internet," in *Fieldwork isn't what it used to be*, James Faubion and George Marcus (ed.). Ithaca, NY: Cornell University Press

_____ (2010). "Introduction: Culture In, Culture Out" in *Anthropological Quarterly*, Volume 83, Number 1, Winter 2010, pp. 7-16 (Article). DOI: 10.1353/anq.0.0108

Latour, B. (2005). *Reassembling the social. An Introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press

Latour, B. e Venturini, T. (2009). "The Social Fabric: Digital Traces and Quali-Quantitative Methods". [online]. Disponível em http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini_Latour-The_Social_Fabric.pdf. Consultado em 16/06/2016.

Lave, J. e Wenger, E. (2008 [1991]). *Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation*. NY: Cambridge University Press.

Law, J. et al. (1991). *A Sociology of Monsters: Essays on Power, Technology and Domination*. Sociological Review Monograph 38. John Law (ed.). Londres e Nova Iorque: Routledge

Levy, S. (2010). *Hackers: Heroes of the Computer Revolution*. Sebastopol, CA: O'Reilly

Marcus, George E. (1995). "Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography" in *Annual Review of Anthropology*, 24, pp. 95-117

Mauss, M. (1966 [1950]). *The Gift: Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies*. Londres: Cohen & West Ltd.

Meyer, G. (2001). "Hackers, Phreakers, and Pirates: The Semantics of the Computer Underground" in *Criminal Psychology and Forensic Technology: A Collaborative Approach to Effective Profiling*. Grover Maurice Godwin (ed.). Boca Raton, London, New York e Washington, D.C.: CRC Press

Miller, D. and Slater, D. (2000). *The Internet. An Ethnographic Approach*. Oxford e NY: Berg

Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Consultado a 02/05/2017

_____ (2015). *Promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression*. Disponível em: http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf Consultado a 02/05/2017.

Ong, A. e Collier, S. J. (2005). "Global Assemblages, Anthropological Problems" in *Global Assemblages: Technology, Politics and Ethics as Anthropological Problems*. Pp. 3-21. A. Ong e S. J. Collier (ed.). Malden e Oxford: Blackwell Publishing

Robben, A. e Sluka, J. A. (2007), "Fieldwork in Cultural Anthropology: an introduction" in *Ethnographic Fieldwork: an Anthropological Reader*, Oxford: Blackwell Publishing, pp. 1-28.

Rogers, R. (2010). "Internet Research: The Question of Method—A Keynote Address from the YouTube and the 2008 Election Cycle in the United States Conference" in *Journal of Information Technology & Politics*, 7:241–260, 2010. DOI: 10.1080/19331681003753438

Santos, B. S. (1989). "Os direitos humanos na pós-modernidade". *Oficina do CES*, Volume 10, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, pp. 1-14.

Savage, M. et al. (2010). “Digital Devices: Nine Theses” in *CRESC Working Papers Series, Working Paper No. 86. Dezembro 2010*. Disponível em: <http://www.cresc.ac.uk/medialibrary/workingpapers/wp86.pdf>. Consultado a 10/03/2017

Stryker, C. (2011). *Epic Win for Anonymous: How 4Chan’s Army Conquered the Web*. London: Duckworth Overlook

Swaartz, A. (2015). *The Boy Who Could Change the World: the Writings of Aaron Swaartz*. Palmer, S. B. (ed.). Nova Iorque: The New Press.

Tsing, A. L. (2005). *Friction, An Ethnography of Global Connection*. Princeton and Oxford: Princeton University Press

Venturini, T. (2012). “Building on faults: how to represent controversies with digital methods. *Public Understanding of Science*, 21(7). DOI:10.1177/0963662510387558.